

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SHAHR-E NAFT: A CONSTRUÇÃO DA CIDADE-REFINARIA
DE ABADAN E O REGIME ENERGÉTICO PETROLÍFERO
(1912-1942)

ANTÔNIO BYLAARDT BACELLAR DO CARMO

NITERÓI

2022

ANTÔNIO BYLAARDT BACELLAR DO CARMO

***SHAHR-E NAFT: A CONSTRUÇÃO DA CIDADE-REFINARIA
DE ABADAN E O REGIME ENERGÉTICO PETROLÍFERO
(1912-1942)***

Dissertação apresentada ao Instituto de
História da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador:
Prof. Dr. Tâmis Peixoto Parron (UFF)

NITERÓI

2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C287s Carmo, Antônio Bylaardt Bacellar do
Shahr-e naft: a construção da cidade-refinaria de Abadan e
o regime energético petrolífero (1912-1942) / Antônio
Bylaardt Bacellar do Carmo ; Tâmis Peixoto Parron,
orientador. Niterói, 2022.
115 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2022.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2022.m.10663234700>

1. História Comparada Global. 2. História Contemporânea.
3. Oriente Médio. 4. Petróleo. 5. Produção intelectual. I.
Parron, Tâmis Peixoto, orientador. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

ANTÔNIO BYLAARDT BACELLAR DO CARMO

***SHAHR-E NAFT: A CONSTRUÇÃO DA CIDADE-REFINARIA
DE ABADAN E O REGIME ENERGÉTICO PETROLÍFERO
(1912-1942)***

Dissertação apresentada ao Instituto de
História da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em 28 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tâmis Peixoto Parron – UFF

Prof. Dr. Leonardo Marques – UFF

Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros – UFRJ

NITERÓI

2022

RESUMO

Tomando o sistema-mundo capitalista como unidade de análise e o sudoeste do Irã como unidade de observação, esta dissertação busca investigar o processo de construção da refinaria de petróleo e do núcleo urbano iraniano de Abadan, durante a primeira metade do século XX, conectando-o com a montagem do complexo industrial petrolífero no Irã e com as transformações na economia mundial durante este período. Para tal fim, este trabalho se utiliza de correspondências diplomáticas e relatos de viagem, além de propor uma ressignificação do conceito de regimes energéticos.

Palavras-chave: História Comparada Global. História Econômica. Oriente Médio. Petróleo.

ABSTRACT

Taking the capitalist world-system as its unit of analysis and the Iranian southwest as its unit of observation, this dissertation seeks to investigate the construction of the Iranian oil refinery and urban nucleus of Abadan, during the first half of the twentieth century, connecting it with the constitution of the Iranian oil industry and the transformations of the world economy during this period. To do so, this work makes use of diplomatic correspondence and travel diaries, and proposes a reworking of the concept of energy regimes.

Keywords: Global Comparative History. Economic History. Middle East. Oil.

Lista de figuras

Figura 1	Plano urbano do centro de Abadan em 1964, com apenas as vias de maior tráfego marcadas	46
Figura 2	Variações nos preços médios nominais e reais, em dólares de 2014, do barril de petróleo, entre 1861 e 2014	91
Figura 3	Variações na produção da tonelagem de petróleo, com o ano de 1931 como referência	92
Figura 4	Porcentagens ocupadas por diferentes fontes energéticas na produção global de energia primária	96

Lista de tabelas

Tabela 1	População aproximada das cidades medio-orientais e norteafricanas, em milhares de habitantes (1800-1975)	35
Tabela 2	Número de funcionários da Anglo-Persian Oil Company estacionados na Pérsia, por nacionalidade (1919-1951)	50
Tabela 3	Orçamento dos ministérios iranianos entre 1928 e 1933, em milhões de rials	82
Tabela 4	Orçamento dos ministérios iranianos entre 1928 e 1933, em porcentagens aproximadas do total	82
Tabela 5	Produção de petróleo cru pela APOC no Irã, em milhares de toneladas longas (1,016 tonelada), e pagamentos da APOC ao governo iraniano, em milhares de libras esterlinas, entre 1926 e 1932	85
Tabela 6	Produção de petróleo no Oriente Médio, em toneladas de óleo cru, e sua porcentagem na produção global de petróleo, entre 1952 e 1980	90

Sumário

Introdução		8
Capítulo I	O contexto histórico e político do Irã e Golfo Pérsico na virada para o século XX	16
Capítulo II	Abadan: cidade-refinaria, cidade privada, cidade em disputa	40
Capítulo III	Todo o Golfo é Abadan: transformações no Kuwait, Catar e Irã como um todo	61
Capítulo IV	Do Golfo para o mundo: a “petrolificação” da economia global	89
Considerações finais		104
Fontes e referências bibliográficas		106

Introdução

Em tempos recentes, assistimos o crescimento do interesse da comunidade acadêmica brasileira no estudo das sociedades e História do Oriente Médio. Contudo, esta segue uma área do conhecimento pouco explorada. Podemos citar diversos fatores que contribuem para este cenário, como barreiras linguísticas e a dificuldade de acesso a fontes e produção bibliográfica sobre o tema, mas um elemento fundamental é o nosso distanciamento do tema. Desde o Ensino Médio, estamos acostumados a não estudar muito sobre a África e a Ásia; é possível terminar um curso superior em História no Brasil tocando muito pouco nestes assuntos, apesar de recentes esforços de reforma curricular. Seguimos tratando esses territórios como longínquos, de pouco impacto na construção de nossa própria sociedade; quando nos debruçamos sobre eles, muitas vezes os tratamos pelo prisma da escravidão (no caso da África) ou do fundamentalismo islâmico (no caso do Oriente Médio), reforçando narrativas unívocas.

O autor palestino Edward Said, em sua clássica obra *Orientalismo*, buscou afastar o estudo dos povos asiáticos da prática colonialista do uso de arquétipos, estereótipos e categorias analíticas eurocêntricas, mas ainda vivemos em um meio acadêmico cuja principal ferramenta para entender o Oriente Médio permanece sendo suas manifestações culturais, especialmente o Islã.¹ Não se trata do estudo destas manifestações – de como elas transformam-se através do tempo e do espaço e de como elas se relacionam mutuamente com fenômenos econômicos e políticos – mas da formulação de axiomas historiográficos baseados na observação de tais manifestações culturais em primeiro lugar. Assim, constrói-se a imagem de “mentalidades”, pouco flexíveis, de cada região e cada época, que carregam em si o germe de praticamente toda e qualquer transformação social, política ou econômica.²

Somos unidos enquanto seres humanos por nossas necessidades materiais, sejam elas tangíveis ou intangíveis, reais ou imaginadas, e são estas necessidades que nos

¹ Ver SAID, Edward W. *Orientalism*. Nova Iorque: Random House, 1979.

² Para uma crítica contundente da metodologia empregada pela “História das mentalidades”, ver GINZBURG, Carlo. A proposito della raccolta dei saggi storici di Marc Bloch. *Studi Medievali*, v. 3, n. 6, 1965, p. 344-347.

levam a ações coletivas – ou seja, políticas – que constróem nossas histórias. Quando retiramos este aspecto – o da materialidade – de nossas produções historiográficas, escrevemos narrativas de excepcionalidade, descritivas e fragmentadas, em vez de buscar as relações entre os diversos fenômenos sociais envolvidos. Daí a opção pelo emprego do materialismo histórico como base teórica primeira para este trabalho.³

Outro fantasma que assombra a produção historiográfica sobre o Oriente Médio, é o Estado-nação. Em teoria, o Estado-nação controla o fluxo de mercadorias, capital-dinheiro e força de trabalho nos territórios sob seu domínio, mas isto é uma abstração. As instituições políticas existem em decorrência de diversos processos sociais, econômicos e culturais que transformam uns aos outros através do tempo e do espaço, processos estes que incluem o movimento de mercadorias, de capital-dinheiro e de força de trabalho. Tomar estas bases como um conjunto de dados homogêneos ignoráveis é confundir as bases sociais do Estado-nação com a própria abstração do “Estado-nação”. Assim, acabamos por compreender o mundo por meio das lentes do Estado-nação e seu suposto domínio sobre a sociedade.

Portanto, este trabalho utiliza as premissas teórico-metodológicas de Immanuel Wallerstein e demais expoentes da perspectiva mundo-sistêmica como ponto de partida. Vivemos sob um sistema socioeconômico e político de escala mundial denominado “capitalismo”. O capitalismo aqui não é uma abstração genérica, um tipo de modelo social pré-fabricado que pode aplicado como um carimbo sobre um determinado território ou sociedade. O capitalismo é um sistema mundial heterogêneo, extremamente dinâmico e profundamente desigual, seja em relação às formas políticas que assume, à distribuição de poder e autonomia política e econômica, ou ao estado em que se encontram as forças produtivas dos diferentes territórios que o integram. Este capitalismo também é o fruto histórico de transformações intensas dentro do complexo econômico, político e cultural – ou “economia-mundo”, nas palavras de Fernand Braudel – do noroeste europeu no século XVI. A economia-mundo capitalista, de profundas tendências inflacionárias, expandiu-se agressivamente por meio de uma série de investidas coloniais desde então, incorporando e posteriormente assimilando territórios à sua periferia.⁴

³ Para um discurso mais elaborado sobre a concepção materialista da História, ver o prefácio de MARX, Karl. *A contribution to the critique of political economy*. Moscou: Progress Publishers, 1977.

⁴ Uma primorosa introdução à perspectiva mundo-sistêmica do capitalismo é o ensaio “Historical capitalism”, de Immanuel Wallerstein. Ver WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical capitalism*. Nova Iorque: Verso, 2011, p. 47-72.

A unidade de análise desta dissertação é, então, o próprio sistema-mundo capitalista, mesmo que a unidade de observação seja o Oriente Médio – mais especificamente, o complexo petrolífero centrado em Abadan, no Irã. É importante aqui qualificar o emprego da perspectiva mundo-sistêmica em sua abordagem holística, para a construção de uma História que seja verdadeiramente global, e não meramente comparativa. Assim, o sistema não é encarado meramente como um todo composto de partes:

Uma abordagem holística, por contraste, concebe uma parte como um fenômeno contextual-relacional cujas qualidades individuais são expressões deste contexto relacional. Assim, suas circunstâncias espaço-temporais – tratadas como variáveis discretas por uma abordagem analítica – não são as qualidades (ou propriedades) de uma parte independente. Estas circunstâncias são reflexos da relação de uma parte com o todo, que nos informam tanto sobre as naturezas da parte e do sistema como um todo. A parte serve como unidade de observação, o sistema como a unidade singular de análise. As partes não compõem um sistema a partir desta perspectiva; elas *constituem* um sistema – significando que elas ativamente formam o sistema face a uma série de relações mutuamente condicionantes entre parte e parte e entre parte e todo. Uma abordagem holística, portanto, resulta não em afirmações hipotéticas-dedutivas falseáveis, mas em interpretações contestáveis de fenômenos sociais.⁵

Este trabalho busca então, investigar a construção da cidade-refinaria de Abadan, no sudoeste iraniano, como reflexo da construção do complexo industrial petrolífero do Irã e do Golfo Pérsico em maior escala, e da adoção, cada vez maior, do petróleo como base energética da economia mundial. Através do emprego de procedimentos metodológicos da Geografia Crítica, estes dois processos históricos serão analisados de forma mutuamente complementar, em um jogo dialético entre as diferentes escalas: local, regional e global.⁶

Se a unidade de análise desta produção é a economia-mundo capitalista e suas transformações na tempestuosa transição entre os séculos XIX e XX, a sua unidade de observação é bem menos ampla, delimitada por uma circunscrição espaço-temporal e empírica compatível com as dimensões de uma dissertação de mestrado. O século XIX é marcado pela reorientação do Império Britânico – a principal potência militar,

⁵ Ver BARONOV, David. The analytical-holistic divide within world-system analysis. In: KORZENIEWICZ, R. P. (ed.). *The world-system as unit of analysis: past contributions and future advances*. Londres: Routledge, 2017, p. 8. Tradução livre.

⁶ Ver MASSEY, Doreen. Imagining globalization: power-geometries of time-space. In: BRAH, Avtar; HICKMAN, Mary J.; GHAILL, Máirtín Mac an (eds.). *Global futures: migration, environment and globalization*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 1999, p. 27-44; e MARSTON, Sallie. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 2, 2000, p. 219-242.

econômica e política do centênio – para o Indopacífico, sendo a colonização da Índia, Paquistão e Birmânia seu principal empreendimento. Esta reconfiguração dos investimentos econômicos também promoveu a defesa dos interesses britânicos no Índico a um patamar de grande importância nas preocupações militares do Império, especialmente considerando o rápido avanço do Império Russo sobre a Ásia Central – avanço este que levou políticos e administradores coloniais britânicos, como os Lordes Ellenborough e William Bentinck, a crer que os russos buscavam anexar a Índia.⁷ Neste contexto, o controle sobre o Golfo Pérsico era essencial para proteger rotas comerciais para o subcontinente indiano e mercados consumidores dos bens produzidos ali, face a íntima e histórica relação entre as duas regiões e a incorporação do Golfo à economia-mundo do Índico Ocidental que se deu antes da expansão capitalista sobre a região, como apontam Pedro Machado e Janet Abu-Lughod.⁸

Além desta disputa russo-britânica, a promulgação das Leis Navais do Império Alemão inaugurou um desafio à superioridade marítima britânica. Ao início do século XX, o Reino Unido estava em vias de ser substituído enquanto potência hegemônica do capitalismo global pelos Estados Unidos da América, em um processo que Giovanni Arrighi descreve como a construção de um novo ciclo sistêmico de acumulação.⁹ A percepção do declínio do Império tornou-se um estímulo importante a diversas iniciativas políticas britânicas, como o ambicioso projeto do então Primeiro Lorde do Almirantado Winston Churchill de modernizar a Marinha Real através da conversão de navios movidos a carvão em navios movidos a óleo combustível pesado (*heavy fuel oil* ou HFO).¹⁰ Este processo já havia sido iniciado pela Alemanha e pelos Estados Unidos da América, este último contando com reservas significativas de petróleo em seu próprio território.¹¹ As operações de extração de petróleo já existentes na Birmânia e Azerbaijão eram consideradas insuficientes para a execução deste projeto; relatos da existência de inúmeros poços de betume, vazamentos naturais de óleos e “chamas eternas” (vazamentos naturais de metano em combustão) na região do Khuzistão – área

⁷ Uma boa síntese sobre as tensões e conflitos entre os impérios britânico e russo no oitocentos, coletivamente denominados de o Grande Jogo, se encontra na introdução de EWANS, Martin. *The Great Game: documents*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2004.

⁸ Ver ABU-LUGHOD, Janet L. *Before European hegemony: the world-system A.D. 1250-1350*. Nova Iorque/Oxford: Oxford University Press, 1989; e MACHADO, Pedro. *Ocean of trade: South Asian merchants, Africa and the Indian Ocean, c. 1750-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

⁹ Ver ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 6-10.

¹⁰ Ver YERGIN, Daniel. *The prize: the epic quest for oil, money and power*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1993, p. 153-155.

¹¹ *Ibid.*, p. 155-156.

no sudoeste do Irã habitada principalmente por árabes e fronteira ao Império Otomano – atraíram investimento da petrolífera *Burmah Oil*, que estabeleceu a subsidiária *Anglo-Persian Oil Company* (APOC) em 1908, após a descoberta e perfuração de um grande reservatório de petróleo em Masjed-e Soleyman. A atuação de Churchill garantiu que a APOC recebesse subsídios do governo britânico, e que o mesmo se tornasse o sócio majoritário da empresa por meio da compra de 51% das suas ações em 1914.¹²

A construção da então maior refinaria de petróleo do mundo em Abadan – uma ilha entre os rios Shatt al-Arab e Karun, na Baixa Mesopotâmia – promoveu a entrada de enormes quantidades de petróleo médio-oriental no mercado internacional. A localização estratégica da refinaria facilitou o fluxo de recursos para Abadan e o fluxo de petróleo e seus derivados a partir da ilha. O Irã converteu-se no maior produtor de petróleo e derivados do mundo, e explorações subsequentes o firmaram como possuidor das maiores reservas de petróleo à época; este título pertence hoje à Venezuela.¹³ O funcionamento do complexo petrolífero em Abadan, a manutenção de termos vantajosos aos britânicos nas concessões dos sucessivos governos iranianos para a exploração de petróleo no país, a limitação de influências externas na Pérsia e a supressão de movimentos nacionalistas e socialistas na região tomou destaque na política externa do Império Britânico.¹⁴ A enxurrada de petróleo médio-oriental no mercado, além de viabilizar a modernização da Marinha Real, promoveu: a) a derrubada dos preços do petróleo e seus derivados, iniciando uma revolução energética em nível global; b) a popularização dos plásticos, alterando profundamente cotidianos e modos de vida ao redor do mundo; e c) a criação de novos fertilizantes baseados em hidrocarbonetos derivados do petróleo, abrindo caminho para a Revolução Verde.¹⁵

Considerando este contexto, este trabalho propõe a reformulação da categoria analítica de *regimes energéticos*, originalmente proposta por John Robert McNeill, à luz da extrapolação e conexão com o conceito de *regimes alimentares*, primeiramente formulado por Philip McMichael e Harriet Friedmann. McNeill define regimes

¹² Ibid, p. 159-160.

¹³ Ver ISSAWI, Charles. Petroleum: transformation or explosion?. In: *An economic history of the Middle East and North Africa*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1982, p. 194-209.

¹⁴ Ver DARWIN, John. *The Empire Project: the rise and fall of the British world-system, 1830-1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 470-471.

¹⁵ Ver BROWN, Charles E. *World energy resources*. Basingstoke: Springer, 2002; MEIKLE, Jeffrey L. *American plastic: a cultural history*. New Brunswick/Londres: Rutgers University Press, 1997; PERKINS, John H. *Geopolitics and the Green Revolution: wheat, genes and the Cold War*. Nova Iorque/Oxford: Oxford University Press, 1997; e SMIL, Vaclav. *Energy in World History*. Boulder: Westview Press, 1994, p. 171-175 e p. 182-183.

energéticos como os conjuntos de arranjos socioeconômicos e tecnológicos que determinadas sociedades possuem para a coleta, armazenamento, circulação e consumo de energia¹⁶; buscaremos aqui utilizar este conceito em escala global, relacionando as transformações no regime energético mundial com mudanças no regime alimentar global e alterações no ordenamento geopolítico. O trabalho de McMichael e Friedmann busca explicar o papel estratégico da agricultura na construção e desenvolvimento do sistema-mundo capitalista por meio da identificação e associação entre períodos relativamente estáveis de acumulação de capital, configurações específicas de poder geopolítico, e formas de produção agrícola. Assim, tensões dialéticas interclassistas e interestatais são acompanhadas de conflitos e reformulações no mundo agrário, sinalizando e acompanhando processos históricos de crise e transição nas arenas socioeconômica e geopolítica.¹⁷ No centênio entre 1850 e 1950, o ciclo sistêmico de acumulação hegemônico pela Grã-Bretanha deu lugar, progressivamente, a um novo ciclo hegemônico pelos Estados Unidos; a ordem geopolítica dominada pelos impérios coloniais europeus transformou-se em uma ordem dominada pelos Estados Unidos e pela União Soviética; e a agroindústria monocultora intensiva expandiu-se e tomou conta da América Latina, do Sul da Ásia e da África Ocidental até atingir seu ápice na Revolução Verde.¹⁸ Neste período histórico, a economia-mundo capitalista também passou pela transição entre uma matriz energética baseada em carvão mineral para uma matriz energética baseada em petróleo, seus derivados, e gás natural. Este processo permitiu ao capitalismo enquanto sistema mundial contornar a alta exponencial dos preços do carvão no início do século XX, alta esta relacionada tanto à dificuldade de encontrar novas grandes jazidas de carvão (combinadas a uma demanda energética crescente), quanto à sucessão de greves de mineiros na Inglaterra, País de Gales, Alemanha e França. A crise dos preços de carvão teve efeito cascata nos países que compunham o centro do sistema-mundo capitalista, pois a alta do carvão encarecia a

¹⁶ Ver MCNEILL, John Robert. *Something new under the sun: an environmental History of the twentieth-century world*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 2000, p. 297.

¹⁷ O conceito de regimes alimentares foi primeiramente exposto em FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. Agriculture and the state-system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis: Journal of the European Society for Rural Sociology*, v. 29, n. 2, ago. 1989, p. 93-117; e refinado em MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, 2009, p. 139-169.

¹⁸ Ver ARRIGHI (1996), p. 59-61; ver também a introdução de GRIFFIN, Keith. *The political economy of agrarian change: an essay on the Green Revolution*. Londres: The MacMillan Press, 1990, p. 1-14.

produção fabril e o transporte, provocando altas nos preços de alimentos, roupas e da própria força de trabalho.¹⁹

Esta tendência inflacionária, que ameaçava jogar o capitalismo europeu em crise estrutural, foi interrompida pela transição à matriz energética petrolífera. A “petrolificação” da economia e cotidiano deu sobrevida ao capitalismo, barateando energia, transporte, alimentação, vestimentas e trabalho. As formas de governança doméstica e o equilíbrio geopolítico global também foram profundamente alterados, tema discutido em detalhes por Timothy Mitchell em sua obra *Carbon democracy: political power in the Age of Oil*. Assim, podemos identificar também uma forte relação entre crises de acumulação de capital, reconfigurações geopolíticas e transições em matrizes energéticas, reconstituindo a categoria analítica de *regimes energéticos* em escala global.

Para investigar a gestação deste regime energético petrolífero, esta dissertação se limita a observar a construção da cidade-refinaria de Abadan, entre 1912 – ano de abertura da refinaria – e 1942 – quando a vila adjacente à refinaria já era uma grande cidade com mais de cento e cinquenta mil habitantes. A escolha por este recorte espaço-temporal não é arbitrária: Abadan era uma das maiores refinarias do mundo quando de sua inauguração, tornando-se a maior em 1938 (no tocante a sua extensão física e volume de petróleo processado); Abadan, portanto, tem papel de destaque na produção de derivados de petróleo e é um dos principais nódulos na construção da cadeia mercantil global do petróleo.²⁰ A veloz expansão urbana em Abadan também tem um grande impacto no Irã (e na região do Golfo Pérsico de forma mais ampla); a edificação, em assustadora velocidade, de uma cidade industrial em um país dominado por uma aliança entre as classes de *‘ulama* e *bazaari* acelerou os processos históricos de burocratização política, financeirização econômica, proletarização da mão de obra e urbanização da população em geral - os “quatro grandes processos” do capitalismo contemporâneo segundo Charles Tilly.²¹

Durante estas três décadas o Irã também passou por transformações internas importantes, notoriamente a invasão britânica durante a Primeira Guerra Mundial, o fim

¹⁹ MITCHELL, Timothy. *Carbon democracy: political power in the Age of Oil*. Londres/Nova Iorque: Verso, 2011, pp. 21-27.

²⁰ Ver HEIN, Carola; SEDIGHI, Mohamad. Iran's global petroleumscape: the role of oil in shaping Khuzestan and Tehran. *Architectural Theory Review*, v. 21, n. 3, 2016, p. 349-374.

²¹ Ver ABRAHAMIAN, Ervand. *A history of modern Iran*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 20-31; e TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 1984, p. 60-65.

da dinastia Qajar e consequente ascensão da dinastia Pahlavi em 1925, a abolição da escravidão em 1929, as reformas de Reza Shah e a invasão anglo-soviética de 1941.²² Abadan e o complexo petrolífero da Anglo-Persian Oil Company têm papel importante em todos estes processos: proteger a cidade e assegurar a continuidade e crescimento do fluxo de petróleo foi uma das prioridades britânicas durante ambas as invasões no país; o envolvimento britânico na ascensão de Reza Pahlavi foi justificado, entre outros fatores, pela proteção dos interesses petrolíferos em Abadan e dos interesses geopolíticos no Índico; a cidade de Abadan foi utilizada por Reza Shah como modelo para seu projeto modernizador no Irã; a convivência entre persas, árabes, ingleses, escoceses, indianos e armênios na refinaria e na cidade catalisou conflitos e reconfigurações de relações étnicas e de classe; e a instalação da indústria petrolífera contribuiu para o declínio do uso da mão de obra escrava na Pérsia.²³ Passemos então a um balanço do contexto histórico do Irã Qajar na virada do século XX e da construção da Anglo-Persian Oil Company – e de suas relações com os Estados iraniano e britânico – nas primeiras décadas do mesmo.

²² Sobre o conturbado século XX no Irã, ver ABRAHAMIAN, Ervand. *Iran between two revolutions*. Princeton: Princeton University Press, 1982.

²³ Ver MIRZAI, Behnaz. *A history of slavery and emancipation in Iran, 1800-1929*. Austin: University of Texas Press, 2017, p. 207-210.

Capítulo I

O contexto histórico e político do Irã e Golfo Pérsico na virada para o século XX

Ao longo do século XVIII, podemos constatar que o comércio e as atividades produtivas do Oriente Médio já estão majoritariamente direcionadas para a Europa (Levante e Norte do Irã) e para a Índia (Golfo Pérsico); portanto, à medida em que o subcontinente indiano vai sendo incorporado à economia-mundo europeia, também o Golfo é arrastado para o sistema-mundo capitalista em expansão. O estabelecimento de domínios territoriais na Índia por parte da Companhia Britânica das Índias Orientais levou a adoção de regimes centralizados de produção em unidades de grande escala, transformando de vez a terra e mão de obra indianas em commodities no mercado capitalista global. O comércio de seda-por-lã entre o norte do Irã (Gilan, Mazandarão, Azerbaijão) e os portos mediterrâneos — passando pela cidade de Aleppo, na Síria Otomana —, tradicionalmente realizado por mercadores armênios, foi também captado pelos britânicos; em uma ação conjunta das Companhias do Levante e das Índias Orientais, os britânicos convenceram os armênios a redirecionar suas caravanas para o Golfo com preços baixos, onde as mercadorias seriam levadas por rio e mar até Suez, no Egito.²⁴ A produção de seda persa passou a ser orientada pelas demandas específicas de seus consumidores britânicos, indianos, turcos e russos; os fluxos de prata para a Índia foram drasticamente reduzidos, sendo substituídos pelo comércio de frutas secas e vinho de Shiraz; e a ascensão dos açúcares britânico e holandês, além da lã inglesa, levou estas indústrias locais ao status de mercados de nicho, para atender gostos europeus

²⁴ Ver CHAUDHURI, Kirti N. *The trading world of Asia and the English East India Company, 1660-1760*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 225-227.

exigentes que adoçavam o chá com açúcar de Ahvaz ou ostentavam cachecóis de lã de Kerman.²⁵

Mesmo em uma posição geopolítica estrategicamente favorável, a Pérsia e o Iraque não ofereceram resistência às agressivas táticas comerciais britânicas pois: a) o mercado indiano, maior parceiro comercial dos persas, já estava nas mãos dos ingleses; e b) o século XVIII marca um momento de intensa instabilidade política na região. A dinastia Safávida, já demasiadamente dependente dos poderes de seus vassalos, desmorona com a rebelião dos Hotakis, uma família nobre de pashtuns,²⁶ cujo líder era o genro do *shah* Soltan Hosayn. Uma guerra civil se inicia entre os Safávidas e Hotakis, ambas as casas clamando o trono; quem emerge vitorioso é o clã dos Afsháridas, que depõem seus soberanos Safávidas e expulsam os Hotakis para o Afeganistão. Com pouco mais de uma década de governo, Nader Shah é morto em 1747 quando os luris²⁷ rebelam-se e formam a dinastia Zand, que nunca controlou todo o território anteriormente clamado pelo trono persa. A “colcha de retalhos” que formava as terras iranianas apenas foi unificada com a ascensão dos Qajar (uma dinastia azeri com origens turcomanas), que governavam do Azerbaijão ao Baluquistão a partir de Tehran²⁸ — mas comentaremos a vida política sob os Qajar mais adiante.

Alinhada a estas novas ardentes demandas do comércio internacional, a paisagem alterou-se radicalmente: os latifúndios e as sericícolas espalharam-se pelas zonas rurais, empurrando a pequena propriedade de agricultura de subsistência para fora das principais estradas e dando origem a uma nova classe de grandes proprietários de terras denominados de *arbaban*.²⁹ O crescimento da atividade comercial e as incertezas da vida campesina inchavam as cidades como Bandar Abbas, Isfahan, Khorramshahr, Baghdad e Basra, especialmente ao início do século XIX, após o fim das guerras na Pérsia e do estabelecimento de um controle mais direto do governo central Otomano

²⁵ Ibid., p. 329; e ISSAWI, Charles. *The Fertile Crescent, 1800-1914: a documentary economic history*. Nova Iorque/Oxford: Oxford University Press, 1988, p. 4-6.

²⁶ Os pashtuns são um povo indo-iraniano que habita, até hoje, a região que conhecemos como Afeganistão. Falam um dialeto da língua persa e, em contraste ao povo persa, são predominantemente sunitas.

²⁷ Os luris são um povo indo-iraniano que habita as Montanhas Zagros no sudoeste do Irã. Sua língua, o luri, carrega grande similaridade com o persa antigo.

²⁸ Ver WARD, Steven. *Immortal: a military history of Iran and its armed forces*. Washington: Georgetown University Press, 2009, p. 39; e AMANAT, Abbas. *The pivot of the universe: Nasir al-Din Shah Qajar and the Iranian monarchy, 1831-1896*. Londres: I.B. Tauris, 1997, p. 2-3.

²⁹ Plural de *arbab*, persa para “chefe”. Ver ISSAWI (1988), p. 23-25.

sobre o Iraque.³⁰ Novas colheitas, alheias ao clima local, foram inseridas na paisagem, e novas formas de financiamento comercial foram introduzidas:

Novas colheitas surgiam – ou antigas eram expandidas – em resposta a demandas europeias, como o algodão egípcio, o tabaco turco e o ópio iraniano; outras culturas como a garança e o carvalho-da-Grécia [para tinturas] perderam seus mercados quando produtos químicos tomaram seu lugar. Os bancos modernos gradualmente expandiram seus negócios para o prejuízo dos prestamistas tradicionais.³¹

Dadas estas situações, temos de perguntar: em que consiste e resulta a assimilação do Oriente Médio ao capitalismo global? Wallerstein descreveu três etapas que uma dada região passa neste processo: 1) estar à margem da economia-mundo capitalista, em sua zona externa; 2) estar incorporada ao capitalismo; e 3) estar periferalizada, ou assimilada ao sistema-mundo na qualidade de periferia. Nenhuma destas etapas é estática, mas fluida e envolve diversos processos legais, diplomáticos, comerciais, fundiários, culturais, *et cetera*.³²

Para uma região ser considerada incorporada ao capitalismo, a maior parte de suas atividades produtivas têm de responder, com relativa celeridade, às transformações do mercado mundial; este é o caso do Golfo Pérsico de 1750 a 1850: a produção de seda flutuava com as convulsões sociais na Europa e no Sul da Índia, e a indústria do ópio respondia às disputas entre a Grã-Bretanha e a China.³³ Esta capacidade de resposta só é pode ser alcançada com o aumento da escala das entidades decisórias da região em questão:

Uma unidade maior tem mais probabilidade de ter um impacto sobre si e seus próprios prospectos de acumulação de capital ao alterar suas decisões sobre a produção à luz do que ela acredita serem mudanças de condições em algum mercado. Consequentemente, para empreendimentos em uma zona começarem a responder em tal maneira, eles devem tornar-se maiores. A criação de tais unidades decisórias maiores pode ocorrer tanto em um local de produção direta (por exemplo, criando uma *plantation*) quanto em um local de coleta mercantil da produção, desde que o coletor – isto é, o mercador – tenha algum mecanismo de controle sobre as atividades de vários pequenos produtores (por exemplo, obrigação de dívidas). Em segundo lugar, as decisões, pelo menos aquelas acerca da expansão ou contração da produção, deve ser possibilitada nos termos da capacidade de aquisição dos (ou de livrar-se da responsabilidade pelos) elementos que entram no processo

³⁰ Ibid., p. 16; e ABRAHAMIAN (2008), p. 18.

³¹ Ver ISSAWI (1988), p. 5. Tradução livre.

³² Ver WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System III: the second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840s*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2011, p. 129-130.

³³ Ver ISSAWI (1982), p. 32-42.

produtivo – máquinas, materiais, capital e, sobretudo, trabalho humano. O trabalho humano deve ser “coercível” de alguma maneira. Em terceiro lugar, aqueles que controlam os processos produtivos têm mais probabilidade de responder se as instituições políticas que têm poder e autoridade relevantes permitem, estimulam e subsidiam estas respostas. Finalmente, estas respostas requerem uma infraestrutura institucional de segurança razoável e arranjos monetários apropriados.³⁴

Um processo análogo também é observável no Golfo Pérsico, não apenas na ascensão dos *arbaban*, mas também na proliferação de casas de comércio em Basra, Bushehr, Khorramshahr, Masqat, Bandas ‘Abbas e Chabahar, quase todas posses privadas de comerciantes locais notáveis (*a’yan*), substituindo as sociedades tradicionais e modelos de parceria comercial pré-existentes.³⁵

Finalmente, a ausência de um Estado (ou estrutura política similar) forte, que apresente obstáculos ao comércio exterior, é fundamental para a incorporação. Um Estado que exerça um mínimo de controle sobre a produção é necessário para a preservação das dinâmicas sociais desequilibradas do capitalismo, mas o oposto é desejável neste primeiro momento de incorporação. Ora, como já discutido neste texto, as estruturas políticas do Oriente Médio passaram por uma brutal fragmentação no século XVIII, e mesmo o fim da autonomia dos *pashas*³⁶ mamelucos do Iraque em 1831 e fundação da dinastia Qajar em 1796 não resolveu este problema.³⁷

O Irã Qajar já nasceu descentralizado. A pequena família nobre das margens do Cáspio não tinha poderio militar para efetivar suas conquistas, e o poder efetivo do *shah* nunca se estendeu para muito além da província de Tehran. Com problemas para empregar até mesmo coletores de impostos, o *shah* dividia as províncias em “feudos tributários”, distribuídos entre nobres e *a’yan*, que coletavam os impostos em nome de Tehran sem muito controle ou transparência, em um sistema de concessões conhecido como arrematação fiscal (*tax-farming*).³⁸ Em muitas ocasiões, o poder dos governantes

³⁴ Ver WALLERSTEIN (2011b), p. 130-131. Tradução livre.

³⁵ Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 18; e UDOVITCH, Abraham L. *Partnership and profit in Medieval Islam*. Princeton: Princeton University Press, 1970, p. 37-62.

³⁶ Turco otomano para “chefe”. Título honorífico Otomano aplicado a generais e marechais, ao Grande Vizir (primeiro-ministro), ao eunuco-mor do Palácio de Topkapi, a membros do alto clero de Istanbul e, neste caso, governadores de províncias.

³⁷ Ver WALLERSTEIN, Immanuel. The Ottoman Empire and the capitalist world-economy: some questions for research. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 2, n.º 3, 1979, p. 394-398.

³⁸ O sistema de arrematação fiscal (*tax-farming*) consistia em alugar o direito de cobrar impostos a governantes locais – estes arcavam com todos os custos e riscos desta tarefa e, em troca, recebiam uma fração dos impostos imperiais. A classe tradicional persa de coletores de impostos era chamada de *mostowfiyan*. Cada *mostowfi* carregava um pequeno caderno onde as anotações e cálculos eram feitos em escritas crípticas e códigos passados de geração em geração. Estes cadernos eram tratados pelos *mostowfiyan* como propriedade pessoal – daí a falta de controle sobre os impostos até da parte dos governantes locais a quem esta tarefa era confiada. Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 10-11.

e coletores do *shah* tinha de ser confirmado ou legitimado por *khans* ou *rouhaniyan*³⁹ — isto é, quando os próprios chefes locais ou clérigos não atuavam enquanto coletores e/ou governantes.⁴⁰

Portanto, em meados do século XIX, o Golfo Pérsico já exibia diversas características de uma zona incorporada ao sistema-mundo capitalista. A ruptura metabólica entre campo e cidade já era observável através da expansão da fronteira agrícola de commodities voltadas para o mercado externo e consequente expansão da fronteira agrícola de bens de subsistência.⁴¹ Zonas de oferta de mão de obra abundante e pouco qualificada se constituíram no Platô Iraniano, na Armênia e na Alta Mesopotâmia, inundando as grandes cidades.⁴² Mas o conjunto das forças produtivas da região ainda necessitava de um último impulso para alcançar o desenvolvimento desejado para a economia-mundo capitalista, e este impulso estava estocado por dezenas de milhares de ano sob o solo persa e iraquiano.

A Ásia Central e o Oceano Índico durante o século XIX foram os palcos de dois processos de expansão imperialista de repercussões globais: a ampliação das fronteiras russas para o leste e sul e a consolidação do governo britânico na Índia. No entanto, o domínio sobre a Índia será o foco de disputas diplomáticas, econômicas e militares até as primeiras décadas do século XX, especialmente entre os dois poderes já mencionados, Grã-Bretanha e Rússia.

Afinal, qual era o valor da Índia para estes impérios estrangeiros? É uma tarefa difícil resumir uma discussão tão complexa como esta, à qual grandes historiadores devotaram livros inteiros, em pouco parágrafos; mas de forma grosseira, podemos compreender a importância da Índia no sistema-mundo capitalista em quatro pontos. Em primeiro lugar, a Índia era um território com condições ideais para a produção de diversas *commodities* requisitadas no comércio mundial, das Américas à China; inversamente, também constituía um enorme mercado consumidor para *commodities* de todo o globo; era um território dotado de grande excedente de mão de obra com potencial de ser enviado — por muitas vezes, através de meios compulsórios — para ser enviado para o trabalho em diversos outros países; e ocupava um ponto

³⁹ Plural de *rouhani*, "clérigo" em persa.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 14-19.

⁴¹ Ver MOORE, Jason. Sugar and the expansion of the Early Modern world-economy: commodity frontiers, ecological transformation and industrialization. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 23, n.º 3, 2000, p. 429-431.

⁴² Ver ISSAWI (1988), p. 23-27.

geopoliticamente estratégico que facilitava qualquer mobilização militar em uma área que ia da Líbia ao Japão.

Mesmo com a ascensão do algodão estadunidense no século XIX, a Índia manteve níveis altos de produção têxtil — mas as exportações de fios, fibras e tecidos crus ultrapassaram os tecidos processados e pintados. Em 1840, apenas uma pequena fábrica em Puducherry, por exemplo, produzia 1200 libras (aproximadamente 545 kg) de fibra grossa de algodão por dia, produção exportada principalmente para o Sudeste Asiático ou para a Pérsia.⁴³ A indústria algodoeira indiana também estava profundamente relacionada com a produção de índigo. Uma mercadoria barata, o índigo era utilizado por todos os estratos sociais, da China ao Sahel, como corante para roupas.⁴⁴ Especialmente após o colapso das produções americana e haitiana do corante (devido às Revoluções Americana e Haitiana, respectivamente), as exportações indianas de índigo em toda a região Indo-Pacífica cresceram.

Além disto, a produção indiana de algodão relacionava-se com o comércio de escravos na costa oriental da África. O historiador Pedro Machado, em seu monumental *Ocean of trade: South Asian merchants, Africa and the Indian Ocean* (2014), expõe como, desde o século XVIII, os têxteis indianos, particularmente os produzidos na província de Gujarat, eram uma mercadoria de grande apelo entre os habitantes dos chefados em Manica, Inhambane, Gaza e Moçambique, sendo comercializados em troca de marfim e escravos. Este marfim era consumido em Bhavnagar, Diu, Damão, Kutch, Surat, Bombaim e outros portos indianos,⁴⁵ além de reexportado para Mukalla no Iêmen, Suhar e Masqat em Omã, e Macau.⁴⁶

Usando têxteis indianos (financiados com prata hispano-americana) como moeda, franceses, portugueses e brasileiros fizeram fortunas transportando escravos da África Oriental para as Antilhas Francesas, Angola e — especialmente no século XIX — Brasil:⁴⁷

O desenvolvimento de um tráfico negreiro expressivo em Moçambique a partir de meados do século XVIII, no qual Shobhachand adentrou, deve seu crescimento inicial aos plantadores de açúcar franceses que buscaram satisfazer as demandas por trabalho servil nas Ilhas Mascarenhas de Maurício e Reunião. Escravos moçambicanos também eram

⁴³ Ver PARTHASARATHI, Prasannan. *Why Europe grew rich and Asia did not: global economic divergence, 1600-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, p. 228.

⁴⁴ Ver relatório de 1801 do India Office, Bombay (IOPS) apud ISSAWI (1988), p. 184.

⁴⁵ Ver MACHADO (2004), p. 169-180.

⁴⁶ Ibid., pp. 181-182.

⁴⁷ Ibid., pp. 208-210.

enviados a Madagascar para trabalhar nos planaltos do Império Merina ou – junto a escravos malgaxes – eram revendidos ao longo da costa para traficantes de escravos com investimentos no comércio mascarenho ou para mercadores suaíles para os mercados da Península Arábica e do Golfo Pérsico. Além disso, escravos eram enviados para a Cidade do Cabo para serem usados pelas companhias de carta holandesas e britânicas e seus colonos, e levados para o sul e sudoeste da Ásia para serem empregados por feitorias comerciais costeiras e em várias funções domésticas. Chegando ao Atlântico no século XIX, este comércio mobilizou mercadores brasileiros da Bahia e, especialmente, do Rio de Janeiro que mantinham relações comerciais com traficantes negreiros de Montevidéu e do Rio da Prata; estes mercadores brasileiros enviaram navios negreiros para a costa do sudeste africano em Moçambique para buscar fontes alternativas de trabalho já que suas fontes habituais no centro-oeste africano estas sujeitas a uma crescente vigilância britânica.⁴⁸

É importante notar algo no texto acima: havia uma demanda por escravos no Golfo Pérsico, suprida por mercadores suaílis⁴⁹ conectados ao comércio têxtil indiano. Esta demanda também era suprida por mercadores árabes de Omã, que vendiam pagãos do leste africano e cristãos etíopes em troca de prata persa;⁵⁰ mas retomaremos esta discussão mais adiante.

Outras indústrias e atividades extrativistas surgiram na Índia oitocentista: enormes plantações de chá e fábricas de papel para fazer concorrência à China; plantações de juta, cuja fibra era usada para confeccionar sacos comerciais, tapetes, cortinas, cordas, mochila e uniformes militares; e indústrias pesadas, como carvão e aço, cujas fatias de mercado ainda eram pequenas na virada para o século XX, mas tinham bons prospectos devidos à intensa expansão da malha ferroviária no subcontinente.⁵¹

Durante o século XIX, houve um crescimento das importações indianas de mercadorias europeias. O desenvolvimento de indústrias locais e construção de uma complexa rede de ferrovias na Índia ainda dependia de carvão, aço e maquinário europeu.⁵² Apesar de estar na vizinhança imediata da Birmânia (atual Mianmar), quaisquer combustíveis, como querosene e óleo diesel, eram vendidos a um preço relativamente alto pela Burmah Oil — isto é, quando interrupções na produção

⁴⁸ Ibid., p. 208. Tradução livre.

⁴⁹ Os suaílis (ou suaíles) são um povo bantu que habita a costa africana do Índico, numa faixa que vai do norte de Moçambique ao Quênia. Falam uma língua bantu muito influenciada pelo árabe e são predominantemente muçulmanos sunitas.

⁵⁰ Ver MIRZAI (2017), p. 66-68.

⁵¹ Ver CHAUDHARY, Latika; GUPTA, Bishnupriya; ROY, Tirthankar; SWAMY, Anand V. Introduction. In: _____ (eds.). *A new economic history of Colonial India*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2016, p. 8.

⁵² Ver BOGART, Dan; CHAUDHARY, Latika. Railways in Colonial India: an economic achievement?. In: CHAUDHARY et al (eds.), op. cit., p. 157.

birmanesa não forçavam as autoridades locais a comprar combustíveis da Royal Dutch Shell.⁵³

A Índia tornou-se também grande consumidora de tecidos processados na Europa. Essa desindustrialização do território indiano, cuidadosamente executada por uma série de atos legislativos — da modificação da Carta Régia da Companhia Britânica das Índias Orientais em 1793 à revogação das *Corn Laws* em 1846 —, transformou os prolíficos artesãos e manufatores locais em consumidores assalariados, e foi fundamental para a incorporação da Índia à divisão internacional do trabalho vigente e, conseqüentemente, para a assimilação periférica do subcontinente ao sistema-mundo capitalista.⁵⁴

O Raj Britânico foi fundamental na provisão de mão de obra, tanto desqualificada quanto qualificada, para o Império. De 1830 a 1920, estima-se que mais de 1 milhão e 300 mil indianos foram transportados para diversas localidades do globo, em contratos que os forçavam ao trabalho durante cinco anos, no mínimo. Dentre estes, meio milhão foram enviados para trabalhar nas *plantations* das Ilhas Maurício ou Reunião; mais de 400 mil substituíram parte dos recém-libertos africanos nas Antilhas Inglesas; 150 mil foram enviados à Colônia de Natal, na África do Sul; e cerca 60 mil foram plantar açúcar em Fiji, no Oceano Pacífico.⁵⁵ A mão de obra indiana também foi usada pelos britânicos em seus investimentos no Baixo Iraque, especialmente na construção ferroviária quando os salários locais subiam devido à inundações ou epidemias; cerca de 15 mil indianos foram empregados na empreitada anglo-germânica da Ferrovia Berlim-Baghdad na virada do século XX.⁵⁶

A força de trabalho indiana foi fundamental na manutenção da ordem política do Império. O *Indian Army*, composto de cipayos⁵⁷ indianos e oficiais britânicos, foi utilizado amplamente pela Grã-Bretanha para garantir a lealdade dos súditos, canalizar sentimentos nacionalistas em ações militares que beneficiassem os interesses do Império (como nas Guerras Anglo-Afegãs), e defender os interesses britânicos no Indo-Pacífico

⁵³ Ver YERGIN (1993), p. 108-109 e p. 112-114.

⁵⁴ Ver FRANK & WALLERSTEIN apud RAY, Indrajit. The myth and reality of deindustrialization in Early Modern India. In: CHAUDHARY et al (eds.), op. cit., p. 56-58.

⁵⁵ Ver METCALF, Thomas R. *Imperial connections: India in the Indian Ocean arena, 1860-1920*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2007, p. 136.

⁵⁶ Ver ISSAWI (1988), p. 36. Sobre a importância do uso, por parte dos britânicos, da mão de obra indiana para baratear custos de produção e quebrar resistências locais aos regimes de trabalho coloniais, ver TINKER, Hugh. *A new system of slavery: the export of Indian labour overseas, 1830-1920*. Londres: Oxford University Press, 1974, p. 37-45.

⁵⁷ Termo utilizado pelo Império Mogol e pelo governo colonial indiano para designar o mais baixo escalão do exército terrestre. Tem origem no persa *sepahi*, significando "soldado".

(e, a partir da abertura do Canal de Suez em 1869, no Norte da África e no Levante também). A utilização de soldados indianos nas linhas de frente das guerras coloniais alinhava-se perfeitamente com o pensamento imperialista Vitoriano; os soldos baixos eram um alívio ao governo de Sua Majestade.⁵⁸ Soldados indianos a serviço do Império constituíram a maior parte das tropas britânicas na conquista do Baluquistão, no estabelecimento do protetorado sobre o Afeganistão, na Segunda Guerra do Ópio, e na supressão de rebeliões nacionalistas, como a de Tawfik Pasha no Egito, o levante da *Yihetuan* na China, e a Guerra Madista no Sudão.⁵⁹

Precisamente pelo seu enorme valor econômico, político e militar, a Índia era considerada a principal colônia britânica no século XIX, e o medo de uma invasão estrangeira era constante. A derrota neerlandesa na Quarta Guerra Anglo-Holandesa no século passado, em conjunto com boas relações econômicas entre as duas nações, não fazia dos Países Baixos uma ameaça palpável. A supremacia inglesa sobre os franceses no Oceano Índico também foi estabelecida nas Guerras Carnáticas no século XVIII; o estrondoso fracasso da invasão napoleônica da Rússia em 1812 afastou de vez quaisquer pretensões francesas sobre a Índia.⁶⁰

A grande preocupação britânica era a Rússia; o império dos Romanov havia anexado grandes áreas na Sibéria, mantinha boas relações com os canatos da Ásia Central (Bukhara, Khiva e Kokhand) e, através de duas guerras contra os Qajar na primeira metade do século XIX, havia tomado as possessões deste império no Cáucaso.⁶¹ Estes conflitos russo-persas não geraram nenhum tipo de represália diplomática britânica pois a justificativa russa para a invasão era a libertação de cristãos (armênios, georgianos e circassianos) escravizados pelo Irã.⁶²

De fato, a mão de obra escravizada era empregada no Irã Qajar, mesmo que de forma radicalmente diferente da escravidão atlântica. A maior parte do trabalho rural na

⁵⁸ Ver METCALF (2007), pp. 68-70.

⁵⁹ Ibid., p. 69, p. 71-72, p. 80-82 e p. 87-88. *Yihetuan* ("Liga da Harmonia e Justiça", em mandarim) era o movimento político e militar, mais conhecido pelo termo *Boxers*, que liderou uma revolta nacionalista na China durante a virada do século XIX para o XX. A Guerra Madista foi uma revolta no Sudão contra o governo angloegípcio, liderada por Muhammad Ahmad ibn 'Abdullah, cujos seguidores acreditavam ser o *Mahdi* prometido do Islã.

⁶⁰ Ver EWANS (2004), p. 3-6.

⁶¹ As duas Guerras Anglo-Persas do século XIX terminaram em dois tratados que significaram, para a Pérsia Qajar, a perda de territórios no Cáucaso controlados pelos persas desde a dinastia Safávida. Com o Tratado de Gulistan (1813), a Rússia anexou a Geórgia, o Dagestão, partes da Armênia e a maior porção do que hoje é o Azerbaijão; com o Tratado de Turkmenchay (1828), o resto da Armênia e do Azerbaijão moderno também passou às mãos russas – a parte meridional do Azerbaijão permanece território iraniano até hoje.

⁶² Ver MIRZAI (2017), p. 35-38.

Pérsia do século XIX era realizada em regime servil, em que camponeses com pouca liberdade de movimento interprovincial pagavam altos impostos em espécie aos governantes locais — fossem estes *shazadehan*,⁶³ chefes tribais, nobres locais ou clérigos. Os escravizados cristãos, fossem armênios ou georgianos — os alvos preferidos dos escravizadores persas — eram empregados no exército do *shah*, como servos domésticos nas residências nobres e casas de comércio, ou como servos da administração pública, especialmente nos haréns reais.⁶⁴ Neste sentido, como a escravidão não constituía a principal fonte de força de trabalho no Irã — tanto quantitativamente, quanto qualitativamente (não era empregada nas principais atividades produtivas) —, a sociedade iraniana não pode ser entendida enquanto uma sociedade escravista, nos termos postos por Moses Finley.⁶⁵

Russos também eram escravizados pelos *khans* de Bukhara e Kokhand e revendidos para os persas até a ocupação czarista destas terras e o estabelecimento de protetorados. Tanto a Rússia quanto a Grã-Bretanha usavam a causa abolicionista como pretexto para sua presença militar no Cáucaso e Ásia Central e na Pérsia e Afeganistão, respectivamente, apesar das ambições imperiais de ambas as partes parecerem óbvias até para o jornalismo da época.⁶⁶

Assim, a Pérsia e o Afeganistão constituíam importantes obstáculos naturais às pretensões russas sobre a Índia; deste fato advinha a necessidade britânica de manter a lealdade e o regime do *shah* intactos, mesmo que isto envolvesse conviver com a escravidão. Com o fim da oferta de escravos cristãos do Cáucaso, os compradores persas voltaram-se para o sul; através dos portos do Golfo Pérsico (Lengeh, Bandar Abbas, Chabahar, Qeshm, Khorramshahr) e das cidades na fronteira com o Império Otomano (Basra, Kermanshah, Khorramshahr), os persas começaram a comprar moçambicanos e mombaçanos pagãos e cristãos etíopes das mãos de mercadores suaílis e, especialmente, de árabes omanis — estes próprios consumidores de mão de obra cativa africana.⁶⁷

A resposta britânica foi rápida: em 1848, Mohammad Shah foi pressionado pelos britânicos a assinar um *firman* que baniu a importação de escravos nos portos persas.⁶⁸

⁶³ No persa, plural de *shahzadeh*, "prole do *shah*". Designa descendentes — legítimos ou não, diretos ou não — do *shah*.

⁶⁴ Ibid., p. 98-101 e p. 108-114.

⁶⁵ Ver FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 91-92.

⁶⁶ Ver MIRZAI (2017), p. 40.

⁶⁷ Ibid., p. 41-42.

⁶⁸ Ibid., p. 40.

No entanto, este tratado parece mais um esforço de pintar uma boa imagem internacional dos governos britânico e iraniano do que uma iniciativa genuinamente abolicionista: o tratado foi pouco respeitado pelas autoridades locais persas (sobre as quais Tehran tinha muito pouco controle), mas em nenhum momento houve uma tentativa britânica de bloqueio naval — apesar dos protestos dos oficiais da Marinha Real encarregados de manter as leis.⁶⁹ A escravidão continuou a existir, e o tráfico foi simplesmente redirecionado para a rota terrestre, através da fronteira ocidental com o Império Otomano. Este desvio provocou uma temporária escassez de mão de obra africana no Irã, o que de fato inflou os preços:

Podemos traçar o padrão inflacionário com os seguintes exemplos: em 1850, o preço médio de uma pessoa escravizada no interior estava entre vinte a cem *tomans*, enquanto o custo de um eunuco era maior. Ao mesmo tempo, o preço de uma criança em Tehran era entre doze e dezoito *tomans*, e uma bela *kaniz* etíope podia chegar a custa setenta *tomans*. Em 1872, o valor de uma pessoa escravizada incluída em um dote chegava a cinquenta *tomans*. Em 1875, o preço de um jovem rapaz em Shiraz era de trinta e cinco *tomans*. Em 1883, o preço de uma criança etíope escravizada com idade entre doze e catorze anos em Shiraz era de quarenta libras (cem *tomans*), uma somali de idade similar custava vinte libras (cinquenta *tomans*) e uma mombaçana custava catorze libras (trinta e cinco *tomans*). Em 1880, o preço de uma *kaniz* e um *ghulam* de oito ou nove anos de idade era de cento e vinte *tomans* em Shiraz. De acordo com C. J. Wills, na década de 1880, o preço de um menino mombaçano era de doze libras (trinta *tomans*), enquanto uma menina era vendida por um terço a mais. Uma menina etíope podia chegar ao preço de oitenta a cem libras (200 a 250 *tomans*).⁷⁰

Apenas na última década do século XIX o tráfico de escravos será efetivamente banido no Irã; no entanto, os movimentos políticos locais parecem ter um papel maior nesta luta do que a pressão diplomática britânica. O fim de dois dos grandes impérios muçulmanos do passado (os Mogóis na Índia e os Safávidas no Irã) e o declínio aberto de um terceiro (o Império Otomano, que também — em teoria — comandava as lealdades dos muçulmanos sunitas através de seu sistema de califado) provocou uma onda massiva de efervescência política na '*Ummah*':⁷¹ no século XIX, surgiram diversos movimentos que buscavam modernizar o Islã, mas as tendências fundamentalistas, que pregavam um retorno às normas sociais (reais ou imaginadas) da época de Muhammad,

⁶⁹ Ibid., p. 68-71.

⁷⁰ Ibid., p. 68. No sistema monetário Qajar, 1 *toman* valia 8 rials; 1 rial valia 1250 dinares. No persa, o termo *ghulam* traduz-se como "servente" ou "servo doméstico"; o termo *kaniz* é seu equivalente feminino. Tradução livre.

⁷¹ Termo árabe cuja tradução literal é "comunidade", mas que é empregado principalmente para referir-se ao conjunto global dos muçulmanos (*'ummat al-Islam*, "a comunidade islâmica").

emergiram vitoriosas. No Irã e no Iraque, estes *'ulama*⁷² diziam que o Corão não permitia o cativeiro de nenhuma pessoa que não um prisioneiro de guerra (e mesmo assim, apenas até o pagamento do resgate); outros *rouhanis* indignavam-se publicamente com a escravização de muçulmanos persas e turcomanos para suprir a demanda de cativos emergida das dificuldades de se obter africanos no último quartel do século XIX.⁷³

Ao mesmo tempo, o crescimento das cidades devido ao comércio (Tehran, Isfahan, Kermanshah, Khorramshahr, Bushehr, Bandar 'Abbas) propiciava o contato com as ideias dos secularistas e nacionalistas árabes, também indignados com o governo Otomano sobre o Levante. Um nacionalismo secular iraniano, defensor de um Estado liberal moderno e livre de práticas bárbaras como a escravidão, começa a formar-se nos centros urbanos persas no final do oitocentos, mas apenas no século seguinte ganharia força.⁷⁴

As pretensões centralizadoras do trono Qajar necessitavam de financiamento. Para combater inúmeros levantes tribais e fiscalizar efetivamente seus coletores de impostos e governantes, as tropas do *shah* ainda utilizavam mosquetes de carregamento frontal em pleno século XX. O pouco dinheiro da Coroa persa era gasto na compra de armamentos e munições britânicas, sempre em falta.⁷⁵ Enquanto isso, os britânicos também sofriam com a escassez de uma outra mercadoria: petróleo. A Royal Dutch Shell cobrava preços abusivos, a Standard Oil mais ainda, e as reservas do Sudoeste Asiático sob a Burmah Oil davam sinais de exaustão.⁷⁶ Óleos lubrificantes eram demandados em altas quantidades pelas indústrias europeias, assim como a gasolina e o óleo diesel; o querosene, a “nova luz” das cidades, era requisitado não apenas na Europa, mas também na Índia, na América do Sul e no Japão; e o Almirantado britânico alimentava o sonho de uma armada de navios mais rápidos, movidos à óleo combustível pesado.⁷⁷

O general georgiano Antoine Kitabgi, que havia ocupado diversas posições no governo de Mozzafar ad-Din Shah (1896-1907), suspeitava da existência de reservas de petróleo na província do Khuzistão, devido a vazamentos de gás natural na região que

⁷² No árabe, plural de *'alim*, que traduz-se como "sábio" ou "acadêmico". Tradicionalmente, refere-se aos intelectuais que dominam a filosofia, ética, teologia e jurisprudência islâmicas.

⁷³ Ibid., p. 167-178; e ver HOURANI, Albert. *Arabic thought in the Liberal Age, 1798-1939*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 257-252.

⁷⁴ Ver MIRZAI (2017), p. 179.

⁷⁵ Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 12-13.

⁷⁶ Ver YERGIN (1993), p. 133-134.

⁷⁷ Ibid., p. 146-151.

alimentava pequenas “chamas eternas” que ardiam por décadas e eram veneradas pela população local de *luris* e *bakhtiari*s; também havia na região poços de lama betuminosa que era usada para calafetar barcos e fazer argamassa. Com a bênção do *shah* desesperado por algum dinheiro, Kitabgi viajou para Paris em 1900 para abrir uma exposição sobre seu país — e encontrar algum empresário que quisesse comprar uma concessão de petróleo.⁷⁸

O investidor era William Knox D’Arcy, um magnata inglês que havia feito sua fortuna minerando ouro na Austrália. Apesar do enorme risco envolvido (afinal, não havia reservas confirmadas de petróleo no Irã), os termos do acordo assinado em maio de 1901 entre o *shah* e D’Arcy eram bastante favoráveis para o inglês: em troca de vinte mil libras em dinheiro vivo, vinte mil libras em ações da futura empresa, e meros 16% dos lucros líquidos anuais, o *shah* estabelecia o monopólio de D’Arcy para a exploração de petróleo em todo o território iraniano por sessenta anos, excluindo-se apenas as cinco províncias ao redor do Mar Cáspio — um aceno diplomático aos russos.⁷⁹

Durante os primeiros anos de exploração em Chiah Surkh, nenhum poço de petróleo foi encontrado; o dinheiro de D’Arcy estava se esgotando, e logo o magnata estava buscando vender sua concessão. Quando diplomatas e empresários russos e franceses começaram a corresponder-se com D’Arcy a partir de 1903, o Marquês de Lansdowne (então Secretário de Estado para Relações Exteriores), com o apoio do Almirantado e de Lorde Curzon (então Vice-rei da Índia), mobilizou debates na Câmara dos Lordes com o objetivo de pressionar o governo a comprar a Concessão D’Arcy.⁸⁰ Apesar do governo recusar a compra direta, recomendou que a concessão permanecesse em mãos inglesas; Boverton Redwood, consultor para assuntos de petróleo do governo, também trabalhava para a Burmah Oil, e atuou como uma ponte entre o governo britânico, a Burmah e D’Arcy:

Enquanto isso o almirantado intensificou a pressão sobre a Burmah Oil para salvar D’Arcy; por sua vez a Burmah Oil obviamente precisava do almirantado para os contratos de óleo combustível, que estavam sendo negociados em detalhe naquele exato momento, e para ajudar a proteger o seu mercado na Índia. Em 1905, por fim, quase exatamente quatro anos depois do dia da assinatura da concessão pelo xá em Teerã, consumou-se a aliança entre D’Arcy e a Burmah Oil em Londres. O acordo estabelecia o chamado Sindicato da Concessão; o empreendimento de D’Arcy se converteu numa subsidiária e próprio D’Arcy tornou-se diretor da nova empresa. Com efeito,

⁷⁸ Ibid., p. 126-127.

⁷⁹ Ibid., p. 128-129.

⁸⁰ Ibid., p. 132-133.

a Burmah se tornou um tipo especial de investidor, pois além de capital forneceu administração e conhecimentos técnicos para conduzir a empresa. [...] Como disse o historiador da Burmah Oil, as necessidades de D'Arcy “coincidiam exatamente com as do Ministério das Relações Exteriores, que temia pela rota para a Índia, e as do almirantado, à busca de ofertas confiáveis de óleo combustível”. A partir de então o lucro e a política estariam inextricavelmente ligados na Pérsia.⁸¹

Enquanto as perfurações continuavam — agora em Masjid-e-Soleiman, localidade acessível da cidade de Ahvaz a partir do rio Karun —, as grandes cidades iranianas foram tomadas pela efervescência política. O aquecimento do comércio e a ascensão das grandes propriedades rurais haviam inchado as cidades, onde multidões agora trabalhavam como artesãos ou lojistas. As notícias das concessões econômicas cedidas aos estrangeiros pelo *shah* (especialmente a Concessão D'Arcy)⁸² corriam pelas ruas e indignavam as classes médias: tanto a *tabaqeh-e motavasateh-e sunnati* — a “classe média tradicional” proprietária, uma estranha aliança entre os *bazaariyan*⁸³ e clérigos xiitas — quanto os *rowshanfekran* — os “pensadores iluminados”, amálgama de profissionais liberais e intelectuais formados nas escolas modernas, em vez das *madaris*.⁸⁴ Ambos grupos condenavam a corrupção da corte, o luxo do *shah*, e a dilapidação do império; mas enquanto os primeiros recorriam ao discurso islamista (fim da ordem social tradicional, ocidentalização como ataque ao Islã), os últimos utilizavam a retórica nacionalista e secular (fim da soberania nacional, influência nociva do arcaísmo religioso na política), inspirados pelo liberalismo ou até pelo socialismo.⁸⁵ Neste período, novos conceitos adentraram o discurso político iraniano:

Nas palavras de Ali Dehkhoda, uma liderança reformista que eventualmente compilou o primeiro dicionário persa abrangente, estes novos conceitos demandavam novos termos. Ele e seus discípulos popularizaram palavras como *demokrasi*, *aristokrasi*, *oligarki*, *fudalism*, *kapitalism*,

⁸¹ Ibid., p. 134.

⁸² Apesar da Concessão D'Arcy transformar-se em uma pauta política central para os nacionalistas iranianos, diversas outras concessões eram alvo da indignação popular na transição entre os séculos XIX e XX: “[...] British firms bought the right to dredge as well as navigate the Karun; build roads and telegraph lines in the south; finance carpet factories in Isfahan, Bushire, Sultanabad, and Tabriz; establish the Imperial Bank with full control over the printing of banknotes; [...] Russian firms bought the right to fish in the Caspian Sea; dredge [the] Enzeli; drill for oil in the north; and build roads and telegraph lines linking their borders to Tehran, Tabriz, and Mashed. What is more, Belgians – deemed to be neutral between Britain and Russia – built in Tehran not only the railway to the Abdul ‘Azim Mosque, but also a tram line, street lights, a sugar mill, and a glass factory. By the turn of the century, foreign investments in Iran totaled \$60 million.” Trecho extraído de ABRAHAMIAN (2008), p. 39.

⁸³ No persa, plural de *bazaari*. Denota a classe dos comerciantes e lojistas dos bazares (mercados abertos) das cidades persas.

⁸⁴ No árabe, plural de *madrasah*. O termo traduz-se literalmente como “escola”, mas denota especificamente as escolas e universidades religiosas do mundo islâmico.

⁸⁵ Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 35.

sosyalism, *imperialism* e *bourzhuazi* (burguesia). Eles introduziram novos conceitos como *chap* (esquerda), *rast* (direita) e *qorun-e vasateh* (Idade Média). Eles deram novas cores a velhas palavras, mudando o significado de *estebdad* de “absolutismo legítimo” para “despotismo ilegítimo”; de *dowlat* de “corte patrimonial” para “governo nacional”; de *mellat* de “comunidade religiosa” para “nação”; de *vatan* de “local” para “pátria”; de *majles* de “agremiação” para “parlamento”; de *tabaqeh* de “propriedade feudal” para “classe econômica”; de *taraqi* de “ascensão física” para “progresso histórico”; de *mardom* de “populacho” para “o Povo”; e de *adalat* de “tratamento apropriado” – como o *shah* deveria referir-se aos vários estratos sociais e vice-versa – para “justiça para todos”. O termo mais controverso era provavelmente *mashruteh* (“constitucional”). Para alguns, o termo vinha de “carta” – como em *Magna Carta* –; para outros, vinha de *shari’a* (lei sagrada) e *mashru’eh* (condicional) – com a implicação de que as leis temporais deveriam ser condicionadas pela *shari’a* divina. Como Dehkhoda notou, a luta sobre estes novos conceitos foi mais visível durante a revolução, mas a gênese desta luta estava no século anterior.⁸⁶

No biênio de 1904-05, a situação tornou-se insuportável: o *shah*, sem dinheiro para pagar os funcionários públicos, implorou por empréstimos a bancos russos e ingleses — apesar da dívida pública iraniana já ultrapassar quatro milhões de libras. A contrapartida era a concessão do sistema alfandegário a um empresário belga conhecido como Monsieur Naus, figura controversa na Pérsia: rumores corriam os bazares de que era judeu, só empregava armênios cristãos, e planejava ser Ministro das Finanças. Para piorar, uma fotografia dele fantasiado de *rouhani* num baile foi distribuída nas ruas de Tehran durante o Muharram⁸⁷ de 1905. A este cenário, somava-se a crise no comércio com a Rússia (devida à desastrosa Guerra Russo-Japonesa e à Revolução de 1905), más colheitas de algodão e trigo, a construção de um banco russo sobre um cemitério em Tehran e uma inflação geral de preços (90% para o pão, 33% para o açúcar).⁸⁸ Famílias que não podiam pagar dívidas e impostos vendiam seus filhos como compensação; a escravização de muçulmanos em um país muçulmano era inaceitável até para os clérigos que não questionavam a escravidão de forma geral.⁸⁹

Quando, ao fim do ano, o governo culpou a classe de lojistas pela crise (incluindo a condenação de três *bazariyan* respeitados à *falaka*)⁹⁰, as multidões

⁸⁶ Ibid., p. 36. Tradução livre.

⁸⁷ O Muharram é o primeiro mês do calendário lunar islâmico, considerado sagrado pelo grande número de feriados e comemorações. Para os xiitas, tem significado especial, pois são lembradas os momentos finais de Husayn, terceiro Imã e filho de 'Ali, o primeiro. Durante este mês, os xiitas peregrinam às tumbas de Husayn e 'Ali em Karbala e Najaf, no Iraque, e tomam as ruas com procissões e demonstrações públicas de luto.

⁸⁸ Ibid., p. 41-43.

⁸⁹ Ver MIRZAI (2017), pp. 87-88.

⁹⁰ *Falaka* é um termo que aparece no árabe, no turco e no persa, denotando uma forma de tortura e punição corporal que consiste em dar bastonadas contra as solas dos pés do condenado. Por vezes, terminava com a fratura dos pés do condenado ou até com aleijamento permanente.

tomaram as ruas de Tehran, Isfahan, Tabriz e Mashed.⁹¹ As casas de grandes comerciantes — especialmente de armênios, judeus e estrangeiros — e governadores locais eram alvos de tumulto e vandalismo. No ano seguinte, os *sayyedan*⁹² Abdallah Behbehani e Muhammad Tabatabai lideraram uma procissão de cerca de mil estudantes de Tehran até Qom, onde juntaram-se a milhares de outros *mojtahedan*⁹³ e ameaçaram o *shah* com uma greve religiosa: se Naus não fosse demitido e um parlamento não fosse estabelecido, mudariam-se para Karbala e Najaf, no vizinho Iraque Otomano, privando o país de serviços religiosos.⁹⁴

As greves dos bazares foram brutalmente reprimidas pela Brigada Persa de Cossacos, a única unidade militar iraniana regular. Estabelecida por Naser al-Din Shah em 1879, era composta de circassianos e persas, com um oficialato quase inteiramente russo; muitos destes últimos também serviam ao exército russo, fato que levantava dúvidas na população sobre a sua lealdade. Quando os Cossacos abriam fogo, as multidões fugiam e buscavam segurança nas mesquitas e nas embaixadas; a embaixada britânica em Tehran foi o santuário de muitos manifestantes. Nos jardins desta, constitucionalistas pronunciavam discursos inflamados sobre liberdade, igualdade e fraternidade, a defesa da nação, e a democracia parlamentar.⁹⁵

Em agosto de 1906, Mozzafar ad-Din Shah assinou um *firman* convocando uma Assembleia Nacional Constituinte. A Constituição de 1906, promulgada pelo *shah* cinco dias antes de sua morte, garantia o voto dividido em “classes”: membros da família real imediata e do clã Qajar; ‘*ulama* e seminaristas; nobres e notáveis; grandes mercadores; *arbaban* com, pelo menos, 1000 *tomans* em propriedades; e mercadores-lojistas afiliados à guildas reconhecidas. O resultado foi um parlamento dominado por nobres (que filiaram-se ao grupo *Mostabedan*, os “leais ao *shah*”), religiosos e proprietários de terras (que filiaram-se ao grupo *Mo’tadelan*, os “moderados”), e mercadores e lojistas (que filiaram-se ao grupo

⁹¹ Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 42-43.

⁹² No persa, plural de *sayyed*, com origem no árabe *sayyid*, podendo ser traduzido como “senhor” ou “dom”. Em países islâmicos, o termo denota descendentes comprovado do profeta Muhammad. Em países xiitas, como o Irã, o Iraque e o Azerbaijão, os *sayyedan* detêm a prerrogativa de vestirem turbantes pretos.

⁹³ No persa, plural de *mojtahed*, com origem no árabe *mujtahid*. Literalmente, significa “aquele que se esforça”. No mundo islâmico, denota estudiosos qualificados para debater e formular interpretações sobre questões teológicas e legais sobre as quais não há consenso acadêmico nem conclusões claras dos textos autoritativos (o Corão e os *Hadith*). Portanto, um *mojtahed* é um acadêmico islâmico com conhecimentos avançados de jurisprudência, dos textos sagrados, de lógica e retórica, e da língua árabe.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 43.

⁹⁵ Ver ABRAHAMIAN (1982), p. 84-85.

Azadikhawan, os “liberais”); este segundo grupo político dominava a maior parte dos procedimentos parlamentares.⁹⁶

O novo *shah*, Muhammad ‘Ali, não ficou em nada satisfeito com a existência do *Majles*,⁹⁷ especialmente a partir das primeiras propostas de emendas constitucionais, inspiradas na constituição belga. Nestas, diversas responsabilidades eram transmitidas ao poder Legislativo (aprovação dos orçamentos — inclusive o militar —, aprovação do Gabinete, jurisprudência para investigar “excessos” por parte de juízes), o poder Executivo passava para o Gabinete, e o poder real era provido pelo Povo, e não mais por Deus. No entanto, havia a declaração do xiismo duodecimano como religião oficial do Irã, com a separação entre cortes de lei comum (*‘urf*) e de lei religiosa (*shari’a*). Apesar da oposição do *shah* — que julgava a constituição alemã como um exemplo mais aceitável, pois conferia mais poderes ao Executivo —, em janeiro de 1908 as emendas foram promulgadas.⁹⁸

Cerca de quatro meses depois, em meio a ansiedade quanto à situação política iraniana, os empregados de D’Arcy furaram um poço de petróleo em Masjid-e-Soleiman; o óleo esguichou a mais de dez metros do topo da torre de perfuração e o cheiro de gás natural empestou o ar. No mesmo mês, outros dois poços foram perfurados, e muitos outros em Maidan-e-Naftan (a planície em que Masjid-e-Soleiman ficava).⁹⁹ A alegria deu lugar à preocupação no mês de junho, quando o *shah* ordenou a Brigada Cossaca, comandada pelo russo Liakhov, a cercar o Parlamento e abrir fogo contra seus ocupantes; Tehran foi tomada.¹⁰⁰ Prontamente o Vice-rei do Raj, Lorde Minto, enviou uma tropa de hindus para o Khuzistão, com o objetivo de proteger os poços, além de alertar quaisquer navios no Golfo Pérsico para a proteção dos portos.¹⁰¹ Em pouco tempo, os medos britânicos seriam deixados de lado, pois:

Os monarquistas capturaram Tehran; mas Tehran não era todo o Irã. No passado, tal captura seria decisiva; agora, ela provou-se enganosa. Três dos cinco principais *mujtaheds* de Karbala e Najaf prontamente apoiaram a constituição e denunciaram o *shah*: “Allah amaldiçoa os tiranos. Podes ser vitorioso no momento, mas não o será por muito tempo.” Voluntários armados ergueram-se em defesa da revolução primeiramente em Tabriz, depois em Isfahan e Rasht e, eventualmente, na maioria das outras cidades, Tehran inclusa. No passado, a capital determinava o desenrolar dos

⁹⁶ Ibid., p. 87-88.

⁹⁷ Em persa, “reunião” ou “congresso”. Carrega o sentido político de “parlamento”.

⁹⁸ Ibid., p. 91-92.

⁹⁹ Ver YERGIN (1993), p. 139-140.

¹⁰⁰ Ver ABRAHAMIAN (1982), p. 96.

¹⁰¹ Ver YERGIN (1993), p. 138.

acontecimentos nas províncias. Agora, as províncias determinavam o desenrolar dos acontecimentos na capital. [...] O drama da guerra civil teve seu palco principal em Tabriz.¹⁰²

No ano seguinte, o Sindicato da Concessão dava lugar a uma nova empresa: a Anglo-Persian Oil Company (APOC), com capital de D'Arcy e da Burmah Oil, e em 1913 a APOC abriu sua refinaria em Abadan, uma ilha no Shatt al-Arab.¹⁰³ Com a aprovação oficial do Parlamento britânico — não sem controvérsias¹⁰⁴ — da substituição dos navios da Marinha Real movidos a carvão por navios movidos a óleo combustível, o Primeiro Lorde do Almirantado Winston Churchill (futuro primeiro-ministro) mobilizou seus colegas de governo a comprar ações da Anglo-Persian — garantindo que a oferta de óleo combustível para a Marinha fosse controlada pelo governo, e não por outras empresas como a Royal Dutch Shell, que pensavam em investir na APOC. Em 1914, 51% das ações da Anglo-Persian foram compradas pelo governo britânico, que agora podia nomear dois diretores no conselho da empresa — com direitos irrevogáveis de veto sobre quaisquer questões relacionadas à produção de óleo combustível e aos contratos com o Almirantado.¹⁰⁵

Do outro lado da fronteira, petróleo também era descoberto na Mesopotâmia, especificamente nas províncias de Mosul e Baghdad; porém, ao contrário do Irã e do Egito, a Alemanha (além da França) tinha grandes investimentos no Império Otomano, e quaisquer concessões teriam de incluí-la ou enfrentar resistência do sultão. No espírito de retardar qualquer atividade petrolífera na região (e como todas as três potências europeias tinham outras fontes seguras de petróleo), foi forjado um acordo em 1914 — o Acordo da Linha Vermelha — que estipulava que, em todo o território Otomano (excluindo-se o Egito e o Kuwait, territórios autônomos *de jure* e independentes *de facto*), qualquer exploração de petróleo seria feita através da Turkish Petroleum Company — um consórcio entre a APOC, a Shell, a *Compagnie Francaise des Petroles*

¹⁰² Ver ABRAHAMIAN (1982), p. 97. Tradução livre.

¹⁰³ Ver YERGIN (1993), p. 141-142. O Shatt al-Arab (no persa, Arvandrud) é o rio formado pela confluência do Tigre e do Eufrates em Qurna, no Iraque. Aproximadamente na metade do percurso até o Golfo Pérsico, o rio Karun adentra o Arvandrud, formando a comprida ilha de Abadan.

¹⁰⁴ A questão da substituição do carvão pelo óleo como combustível dos navios da Marinha Real foi polêmica por dois motivos. O primeiro foi a criação, em 1912, do seguro-desemprego, seguro-invalidéz e iniciativas de saúde pública pelo governo britânico, cuja principal contrapartida era o controle dos gastos da Marinha — a força armada mais custosa. O segundo era o pronto acesso britânico às reservas de carvão do País de Gales e as recém-descobertas na Índia. No entanto, as greves dos mineiros galeses, combinadas com a ameaça de invasão alemã do recém-estabelecido protetorado francês no Marrocos, foram exploradas por Churchill como justificativa para a adoção imediata do óleo combustível e para a garantia de alguma fonte segura de oferta do mesmo. Ver MITCHELL (2011), p. 60-63.

¹⁰⁵ Ver YERGIN (1993), p. 154-155.

(CFP), e o *Deutsche Bank*. No entanto, o estouro da Primeira Guerra Mundial impediu que o consórcio começasse a atuar.¹⁰⁶

Durante este conflito, os britânicos armaram e financiaram uma revolta dos povos árabes ao longo do território Otomano. Em 1916, após ser prometido o trono de um reino árabe unificado no Levante e na Península Arábica, o *sharif*¹⁰⁷ de Mecca Hussein ibn Ali al-Hashim convocou os árabes em torno do Islã contra Istanbul; líderes políticos locais usaram outras bandeiras, como o nacionalismo pan-árabe que iniciava sua disseminação. Auxiliado por tropas egípcias e indo-britânicas, o *Arab Army* tomou Amman, Jerusalém, Damasco e Aleppo. No entanto, a Grã-Bretanha e a França preferiram não arriscar a estabilidade da região e o controle sobre o comércio e petróleo, e dividiram o Levante no Tratado de Sèvres: mandatos britânicos foram estabelecidos no Iraque, na Transjordânia, na Palestina e nos diversos emirados que pontilham, até hoje, a costa sul do Golfo Pérsico; mandatos franceses foram criados na Síria e no Líbano. Hussein foi abandonado na Península Arábica, onde estabeleceu seu Reino do Hejaz, sem reconhecimento internacional; quando o Emirado de Riyadh, o estado Wahhabi¹⁰⁸ do interior do Deserto Arábico que não havia sido conquistado nem pelos Otomanos, invadiu e anexou a região (fundando o Reino da Arábia Saudita), nenhum Estado correu em seu apoio.¹⁰⁹ A seus filhos foram cedidos os tronos de dois países mandatários: Abdullah tornou-se Emir da Transjordânia e Faisal tornou-se rei do Iraque. Tinham autonomia para tratar de assuntos internos, porém os britânicos detinham o poder sobre a diplomacia e as forças armadas.

A paisagem do Levante e do Golfo Pérsico em 1914 estava profundamente transformada: as cidades incharam. Basra passou por transformações intensas; a população da cidade dobrou entre 1905 e 1919.¹¹⁰ No Irã, a população total não cresceu tão dramaticamente quanto no Levante, mas a população urbana cresceu até chegar a

¹⁰⁶ Ver MITCHELL (2011), p. 58-59.

¹⁰⁷ Em árabe, "nobre". Entre os sunitas, designa os descendentes de Hasan ibn Ali, filho mais velho de 'Ali, genro de Muhammad. Título tradicional dos governantes das cidades do Hejaz (costa oriental do Mar Vermelho), como Mecca e Medina.

¹⁰⁸ O Wahhabismo é uma doutrina legal e movimento político reformista islâmico originado em fins do século XVIII. De caráter extremamente conservador e puritano, nasceu na região de Nejd, no Deserto da Arábia, e ganhou projeção com a ascensão política da dinastia Saudita. Carrega o nome de seu fundador, Muhammad ibn Abd al-Wahhab. Seus aderentes rejeitam a denominação, preferindo o termo *Muwahhidun* ("Unitários", dando ênfase ao caráter monólatra – *tawhid* – de sua denominação).

¹⁰⁹ Ver HOURANI, Albert. *The emergence of the modern Middle East*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1981, p. 67-74.

¹¹⁰ Ver ISSAWI (1988), p. 17.

um terço da população total em 1926. Tehran mais que triplicou seu número de habitantes; Qom, Mashhad e Isfahan dobraram de população neste período.¹¹¹

Tabela 1 – População aproximada das cidades medio-orientais e norteafricanas, em milhares de habitantes (1800-1975).

Região	Cidade	1800	1860	1914	1930	1975
Marrocos	Fez	50 – 100	50 – 100	100	140	450
	Casablanca	1	5	40	250	1,800
Argélia	Argel	50	50	170	250	1,200
	Orã	10	20	120	160	280
Tunísia	Túnis	100	80	-	200	900
Líbia	Trípoli	-	-	40	91	600
Egito	Cairo	250	300	700	1,200	6,400
	Alexandria	15	200	350	600	2,400
Síria	Alepo	-	100	120	230	770
	Damasco	-	100	220	210	1,100
	Beirute	6	50	150	180	1,500
	Jerusalém	10	20	80	90	240
Iraque	Bagdá	50 – 100	60	150	300	3,800
	Basra	4	10	20	60	680
Arábia	Aden	1	20	50	48	300
	Meca	12	(50)	-	80	370
Irã	Teerã	50	70	280	500	4,300
	Tabriz	40	150	200	200	580
Anatólia	Istambul	400	500	1,100	700	3,900
	Esmirna	100	150	300	150	600
	Ancara	20	30	40	80	1,700

Fonte: ISSAWI (1982), p. 101.

A refinaria de Abadan empregava, pelo menos 2500 funcionários em sua abertura, a maioria indianos.¹¹² Além disto, estima-se que empregava milhares de azeris, luris e bakhtiaris nos poços de perfuração, a maioria deles em situação servil — os salários eram pagos aos chefes tribais e autoridades locais, que os distribuíam (ou não) entre os trabalhadores da forma que quisessem.¹¹³ A refinaria cresceu a ponto de,

¹¹¹ Ver CENTRO Estatístico do Irã. *تاریخچه و تحولات جمعیت شهری* ("Evolução da população urbana"). Tehran, 2018. Disponível em <<http://www.sci.org.ir/portal/faces/public/census85/census85.natayej/census85.jadaveltomontakhab>>. Último acesso em 10/03/2021.

¹¹² Ver YERGIN (1993), p. 141.

¹¹³ Ibid., p. 130.

em 1926, ter transformado a ilha em uma crescente cidade; os portos do Golfo, como Qeshm e Chabahar, experimentaram um êxodo populacional para Abadan — onde havia emprego.¹¹⁴ À medida que a APOC empregava mais e mais iranianos — persas, azeris, luris, ou de qualquer outro grupo étnico —, as más condições de trabalho e a divisão racializada de tarefas e pagamentos seriam questionadas através de greves; na década de 1930, com a centralização do governo e destruição do poder tribal, esta força de trabalho estaria completamente proletarizada.¹¹⁵

A ocupação anglo-russa do Irã durante (e após) a Primeira Guerra Mundial também influiu o movimento nacionalista, que organizava-se nas cidades que cresciam e proletarizavam-se; em 1920, temia-se a instituição de um mandato sobre o Irã nos moldes do vizinho Iraque. Ahmad Shah, instalado pelos constitucionalistas no poder após o fracasso da contrarrevolução de Muhammad ‘Ali Shah, era um monarca simbólico, e seu governo continuava pouco presente fora de Tehran.¹¹⁶ Os britânicos temiam um levante popular, já que o Partido Socialista recém-fundado já contava com milhares de membros e organizou a criação do *Shawra-yi Mutahedeh-i Ittehadieh-i Kargaran* (SMIK — Conselho Central de Sindicatos Federados): a central sindical organizou a criação de sindicatos de padeiros, alfaiates, operários do ramo têxtil, pedreiros, jornalistas, carteiros, telefonistas, sapateiros, operários do ramo tabaqueiro e, especialmente, os operários do ramo petrolífero no Khuzistão.¹¹⁷ Para piorar a situação, alguns constitucionalistas radicais conduziam uma guerrilha na província nortenha de Gilan e, recebendo apoio dos bolcheviques em Baku, fundaram o Partido Comunista.¹¹⁸

O Levante de Gilan foi confinado a uma área remota de florestas por um oficial da Brigada Cossaca — agora devidamente persianizada — chamado Reza Khan Mirpanj. Por seus serviços, foi promovido a general da Brigada. Com seu novo poder, marchou até Tehran, nomeou-se Ministro de Guerra e nomeou Zia’eddin Tabatabai como primeiro-ministro. Com o apoio do Partido Reformista (herdeiro do antigo grupo dos Moderados), estabeleceu contatos diplomáticos com os Estados Unidos, a quem ofereceu uma concessão de petróleo na costa do Cáspio. Ganhou a simpatia do *Majles* e introduziu uma proposta de alistamento militar obrigatório, com a formação de um exército regular e moderno no Irã. Seus aliados conservadores protestaram; mas Reza

¹¹⁴ Ver HEIN & SEDIGHI (2016), p. 354-357.

¹¹⁵ Ibid., p. 357-359.

¹¹⁶ Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 62.

¹¹⁷ Ver ABRAHAMIAN (1982), p. 126-130.

¹¹⁸ Ibid., p. 130.

Khan conseguiu costurar uma aliança entre uma facção dos Reformistas e o segundo maior partido, o *Tajaddod*,¹¹⁹ com promessas de reformas centralizadoras, e o alistamento foi aprovado. Em dois anos, a aliança entre Reformistas e o *Tajaddod* elegeu Reza Khan primeiro-ministro; ele terminou as negociações sobre concessões com a Standard Oil, acatou os pedidos da APOC para controlar as greves da SMIK, abaixou impostos sobre o chá e o açúcar e unificou o sistema tributário, efetivamente abolindo a classe dos *mostowfiyan*. Em outros dois anos, o Parlamento votou para emendar a constituição, abolir o governo Qajar e instalar Reza Khan como o novo *shah*. Nascia a dinastia Pahlavi, que governaria até a Revolução Islâmica de 1979.¹²⁰

Reza Shah ganhou a total aprovação dos britânicos ao fazer da prioridade do seu governo a “modernização” do Irã. Os gastos militares quintuplicaram e, aos poucos, o poder dos *khans* ruiu; as forças armadas persas duplicaram em dois anos, chegando a quase cem mil homens. O Gabinete foi reorganizado em dez pastas civis, e agora empregava cerca de noventa mil funcionários regularmente; o Ministério dos Correios e Telégrafos cobriu as províncias de fiações; o do Interior reorganizou os governos provinciais. A educação secular era agora estendida para além das classes médias urbanas, e estradas pavimentadas conectavam as principais cidades. As diversas famílias de nobres também perderam seus privilégios, agora todos concentrados na família real Pahlavi — que havia transformado-se numa corporação militar e terratenente. O Banco Nacional do Irã foi fundado, retirando o monopólio de impressão de notas do britânico Banco Imperial da Pérsia. Todo este projeto foi financiado com os *royalties* da APOC, do saque dos cofres da família Qajar e do penhor de dívidas de nobres e mercadores inadimplentes;¹²¹ sobre estes primeiros, o montante total entre os anos de 1913 a 1947 chegou a 326 milhões de dólares, em curva crescente — com a arrecadação no governo de Reza Shah sendo muitas vezes superior à de Ahmad Shah.

Após o fim da Grande Guerra, as negociações da Turkish Petroleum Company (agora renomeada Iraq Petroleum Company) foram retomadas. A derrotada Alemanha foi excluída do pacto e substituída pelos Estados Unidos, que buscavam uma fatia do mercado médio-oriental: agora, os parceiros seriam o comerciante armênio Calouste Gulbenkian, a APOC, a Shell, a CFP e a Corporação para o Desenvolvimento do Oriente Próximo (NEDC). Esta última corporação era uma parceria entre diversas petroleiras

¹¹⁹ Termo persa de difícil tradução; pode significar “renovação” ou “modernização”.

¹²⁰ Ver ABRAHAMIAN (1982), p. 132-135.

¹²¹ Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 66-72.

estadunidenses: a Standard Oil (dividida pela legislação antitruste americana entre a SO of New Jersey e a SO of New York), a Gulf Oil, a Pan-American Petroleum e a Atlantic Richfield.¹²² Em 1927, petróleo foi descoberto em Kirkuk, no Iraque; porém as exportações foram paralisadas em 1929, para evitar uma superprodução que baixasse muito o preço do barril. No entanto, a produção continuou, e a população do Iraque continuou a urbanizar-se rapidamente, concentrando-se em Baghdad, Basra e Kirkuk.¹²³

Assim, a partir destas reflexões, podemos acessar a assimilação do Golfo Pérsico à periferia do capitalismo global no final da década de 1920 através das quatro grandes transformações de Tilly: concentração da população (urbanização), concentração de processos produtivos (industrialização), concentração dos fluxos monetários (financeirização), e concentração do poder decisório (burocratização).¹²⁴ Além disto, as tradicionais redes de dependência políticas e econômicas de *khans* e governantes locais começaram a coexistir com alguns arranjos trabalhistas assalariados.¹²⁵ Todos estes processos estão intrinsecamente ligados às concessões internacionais de petróleo e as subsequentes exploração e produção; mesmo que um deles (urbanização) preceda as concessões, tornou-se ligado à atividade petrolífera no desenrolar no primeiro quartel do século XX, como nos mostra o êxodo intraurbano dos portos do Golfo para Abadan. Estas transformações também conectaram o Irã e o Iraque ao sistema global interdependente de Estados, com a construção (nas mãos de Reza Shah) de um Estado centralizado forte o suficiente para controlar os fluxos de capital, trabalho e bens na Pérsia, garantir as relações vigentes de produção e circulação de riqueza, mas fraco o suficiente para não resistir às pressões internacionais da Liga das Nações. Este novo Estado persa cimentou as relações sociais que aprofundaram a transferência metabólica de recursos naturais, trabalho e energia do campo para a cidade, e do solo médio-oriental para os motores de navios e automóveis ao redor do globo. A exploração de petróleo no Golfo Pérsico agora também assentava o papel desta região na divisão internacional do trabalho, promovendo a exploração de mão de obra barata na Ásia

¹²² Ver YERGIN (1993), p. 199-201.

¹²³ Ver ISSAWI (1982), p. 216.

¹²⁴ Ver TILLY (1984), p. 1-10.

¹²⁵ Este processo de transformações graduais e/ou parciais nas relações de trabalho também pode ser verificado na costa africana do Oceano Índico no mesmo período (com intensa participação de mão de obra indiana e capital britânico) e na África Ocidental, durante a primeira metade do século XX – mesmo que, neste último caso, a proletarianização no litoral fosse um dos fatores para a emergência de uma “Segunda Escravidão” no interior. Ver METCALF (2007), p. 175-180; KLEIN, Martin A. *Slavery and colonial rule in French West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 231-236; e LOVEJOY, Paul E. Jihad and the era of the Second Slavery. *Journal of Global Slavery*, n.º 1, 2016, p. 30-32.

como ferramenta para tentar desmontar os movimentos sociais na Europa. Contudo, a enxurrada de petróleo no mercado mundial que se seguiu às explorações no Khuzistão e na província de Mosul transformariam os hábitos de consumo, a cultura, a economia e a política em escala global. Passemos então à uma investigação mais profunda sobre a refinaria e a cidade de Abadan em si.

Capítulo II

Abadan: cidade-refinaria, cidade privada, cidade em disputa

No capítulo anterior, investigamos de forma geral as condições sociais e geopolíticas do Irã e do Golfo Pérsico na entrada do século XX, bem como o processo de gradual incorporação desta região na economia capitalista global e o início de seu processo de periferização dentro da mesma. Agora, devemos nos voltar para as transformações urbanas, produtivas, comerciais e políticas ocorridas na escala local do Khuzistão, particularmente a partir da instalação do complexo industrial petrolífero no então vilarejo de Abadan, próximo à fronteira com o Império Otomano, posteriormente do Iraque.

Quando da virada para o século XX, as condições econômicas no Irã eram percebidas como em aberta decadência por mercadores locais e estrangeiros. Apesar dos recursos naturais em abundância, a falta de mão de obra especializada, de núcleos fabris de qualquer significância, de uma rede de transporte – seja ferroviária ou rodoviária – moderna que conectasse as cidades sobre o relevo montanhoso e de uma estrutura governamental centralizada e eficiente para enfrentar estes problemas cobrava seu preço. Comparado com a Índia, o Império Otomano e até o Egito, o Irã atraía investimentos estrangeiros em baixíssimo nível: no ano de 1913, enquanto a Turquia captou um bilhão de dólares, e a Índia dois bilhões, o Irã tinha cerca de 150 milhões de dólares em investimentos internacionais, a maioria de origem britânica ou russa.¹²⁶ A agricultura no país, apesar de passar por uma mudança nos gêneros sendo cultivados, buscando suprir demandas esporádicas de mercados externos (como o arroz para a Rússia ou a papoula para a Índia), não passou por grandes transformações técnicas ou

¹²⁶ Ver ISSAWI, Charles. European economic penetration, 1872-1921. In: AVERY, Peter; HAMBLY, Gavin; MELVILLE, Charles (eds.). *The Cambridge History of Iran, volume 7: from Nadir Shah to the Islamic Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 590.

saltos de produtividade, deslocando uma quantidade significativa de terras para o plantio monocultor e sobrecarregando o campesinato iraniano. A constituição da indústria petrolífera no país seria a causa primeira da superação deste cenário:

As condições econômicas no Irã antes de 1912, quanto as primeiras exportações comerciais de petróleo foram feitas, era percebidas por viajantes estrangeiros como decadentes. As conclusões de Curzon sobre o estado da indústria manufatureira no Irã – de que “fábricas, como se compreendem na Europa, não existem na Pérsia; e a multiplicação e economia da força de trabalho por meio do emprego de máquinas a vapor ou até hidráulicas são pouco conhecidas” – e sobre a existência de “uma decadência do engenho nativo, decorrente da importação de substitutos europeus baratos” provaram-se verdadeiras no início do século XX. Issawi notou que “o Irã [...] foi relativamente pouco afetado pelas transformações [econômicas] globais até o advento da exploração do petróleo.” Mesmo no ano de 1934, a avaliação europeia da economia iraniana enfatizava a ausência de uma economia moderna, enquanto há evidências de que a indústria petrolífera operava como um enclave econômico, com poucas conexões com outras atividades domésticas.¹²⁷

Apesar desta percepção europeia em 1934 de que o complexo petrolífero iraniano era um enclave econômico, durante estes vinte primeiros anos de funcionamento da refinaria da APOC em Abadan, o Irã não viu apenas uma parte cada vez maior de sua população empregada no setor petrolífero, mas também em várias outras atividades econômicas relacionadas a ele. A organização espacial da sociedade iraniana foi também transformada radicalmente, como reflexo espacial e imagético das mudanças menos tangíveis na economia do país. Abadan, como núcleo urbano planejado, a princípio, pela própria Companhia, faz-se um estudo de caso central para compreendermos esse processo.

Quando do descobrimento dos reservatórios de petróleo no Khuzistão, Abadan era uma ilha no Shatt Al-Arab, esparsamente habitada por algumas famílias de pescadores e religiosos que mantinham um santuário dedicado ao santo sufi Al-Khidr.¹²⁸ Muitos viajantes passavam em frente à vila navegando pelo rio rumo às cidades de Khorramshahr, Basrah ou Bagdad, mas ela tinha um tamanho tão insignificante que sua presença em relatos de viagens ou até em mapas antes das

¹²⁷ Ver MACLACHLAN, Keith. Economic development. In: AVERY, Peter; HAMBLBY, Gavin; MELVILLE, Charles (eds.). *The Cambridge History of Iran, volume 7: from Nadir Shah to the Islamic Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 608. Tradução livre.

¹²⁸ Ver ELWELL-SUTTON, Lawrence Paul; NEJATIAN, Mohammad Hossein; PLANHOL, Xavier de. Ābādān. In: YARSHATER, Ehsan (ed.). *Encyclopædia Iranica, volume I: Āb-Abd al-Hamīd*. Londres: Routledge/Kegan Paul, 2016, p. 53.

atividades da APOC iniciarem-se na região é rara.¹²⁹ A partir do descobrimento da perfuração de poços de petróleo em Masjid-e-Soleyman, a Companhia passou a planejar a construção de sua refinaria, e o primeiro passo foi procurar uma localidade adequada para a instalação do complexo industrial.

A possibilidade de construção da refinaria demasiadamente próxima aos reservatórios foi uma ideia rapidamente descartada: os campos de petróleo estavam em uma região árida e remota, sem ferrovias ou estradas permanentes que os conectassem com qualquer porto. Tanto o custo da construção quanto o custo do escoamento dos produtos resultantes do refino seriam severamente aumentados, e qualquer operação de manutenção na refinaria poderia paralisá-la por longos períodos de tempo.¹³⁰ A solução mais eficiente seria a construção de oleodutos e gasodutos que conectassem as instalações de extração do petróleo com uma refinaria construída às margens do Arvandrud – já que o rio Karun, mesmo sendo navegável, requeria frequentes operações de dragagem para acomodar grandes navios. Deveria ser próxima de alguma cidade – como Khorramshahr – mas não na cidade em si, para garantir a autonomia da Companhia na administração cotidiana da refinaria:

Depois da descoberta dos campos de petróleo do Khuzistão, Abadan foi vista como um local conveniente para uma refinaria. Era próxima ao porto de Mohammerah (Khorramshahr) e de linhas de comunicação pelo rio Karun (Ahvaz, no limite da navegabilidade, está a meio caminho dos campos de Masjed-e Solayman). O Shatt al-Arab poderia acomodar navios com capacidade de 20.000 toneladas e permitia ancoragens fáceis. A ilha era espaçosa e seu solo era firme o suficiente para suportar grandes construções sem fundações laboriosas. Além disso, o local da futura cidade na ilha era protegido de inundações, até mesmo das mais altas marés (como as que cobriram parte significativa da ilha em 1938).¹³¹

A ilha de Abadan reunia todas estas condições, além de um atrativo adicional: o governador local em Khorramshahr – o *shaykh* Khaz'al bin Jabir bin Merdaw al-Ka'bi, patriarca do poderoso clã árabe Banu Ka'b e Comandante de Primeira Classe da Sacralíssima Ordem Imperial – mantinha relações amigáveis com oficiais britânicos e com empregados da própria Companhia, além de comandar favores e obrigações diversas entre os clãs de bakhtiaris e luris que populavam o interior da província, onde as atividades de extração se localizavam, devido ao seu título de 'Amir do Arabistão

¹²⁹ Ver HOIBERG, Dale. Ābādān. In: _____ (ed.). *Encyclopædia Britannica, volume I: A-Ak Bayes*. Chicago: Encyclopædia Britannica Inc., 2010, p. 6-7.

¹³⁰ Ver WILLIAMSON, John Woolfenden. *In a Persian oil field: a study in scientific and industrial development*. Londres: Ernest Benn Ltd., 1930, p. 23-25.

¹³¹ Ver ELWELL-SUTTON, NEJATIAN & PLANHOL (2016), p. 53. Tradução livre.

(nome corrente do Khuzistão à época).¹³² Em 1909, um ano após os primeiros jorros de petróleo em Masjid-e-Soleyman, o Conselho de Concessões da Burmah Oil, responsável máximo pela administração da APOC, requisitou ao Residente Político britânico no Golfo Pérsico e Cônsul-Geral para as províncias de Fars, Luristão e Khuzistão, Sir Percy Cox, que negociasse um acordo com Khaz'al al-Ka'bi para a instalação da refinaria na ilha de Abadan. Com o auxílio do Tenente Arnold Wilson, recém-nomeado Cônsul-Geral de Mohammerah (Khorramshahr) e presidente da Comissão da Fronteira Turco-Persa, Cox conseguiu que al-Ka'bi assinasse um tratado, sem o envolvimento de Tehran, que cedia a ilha aos britânicos por sessenta anos, mediante pagamentos anuais que não eram reajustados, garantindo custos menores a cada ano para a Companhia. Outras provisões importantes do tratado eram a garantia britânica de proteção externa para a cidade de Khorramshahr e de apoio ao *shaykh* perante disputas com o trono persa, a garantia de al-Ka'bi de proteção interna às instalações e oleodutos da Companhia, e total ausência de interferência nas suas atividades.¹³³ Em correspondência, Cox notifica o Foreign Office que al-Ka'bi também utilizaria sua influência para facilitar acordos e contratos de trabalho entre a Companhia e membros dos clãs locais de bakhtiaris e luris.¹³⁴

Neste ponto, é importante introduzir um personagem neste texto: John Woolfenden Williamson (1869-1950) foi um escritor e advogado britânico, formado pelo *Royal College of Science*. Casado com uma botânica e com um círculo social recheado de acadêmicos, tinha grande interesse nas Ciências Naturais e escreveu muitos artigos sobre as relações entre o Direito e estas áreas de estudo. Foi um dos secretários da *Scientific Instruments Research Association*, uma associação de cientistas e empresários com o intuito declarado de apoiar pesquisas científicas com aplicações industriais e que recebia verbas do Estado britânico; hoje o órgão é uma empresa

¹³² Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 55-56.

¹³³ Ver GREAVES, Rose. Iranian relations with Great Britain and British India, 1798-1921. In: AVERY, Peter; HAMBLY, Gavin; MELVILLE, Charles (eds.). *The Cambridge History of Iran, volume 7: from Nadir Shah to the Islamic Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 418-420; e FERRIER, Ronald. The Iranian oil industry. In: AVERY, Peter; HAMBLY, Gavin; MELVILLE, Charles (eds.). Op. cit., 2008, p. 641-642.

¹³⁴ Ver FOREIGN Office. No. 308 – Abadan Island. In: _____. *Further correspondence respecting the affairs of Persia, part XVIII*. Londres: Foreign Office, 1909, p. 121; _____. No. 476 – Requirements of Oil Company. In: ibidem, p. 207; _____. No. 517 – Abadan Island. In: ibidem, p. 226; _____. No. 540 – Abadan Island. In: ibidem, p. 237; _____. No. 662 – Lease of land to Anglo-Persian Oil Company by Sheikh of Mohammerah. In: ibidem, p. 343; _____. No. 14 – Agreement with Sheikh of Mohammerah. In: _____. *Further correspondence respecting the affair of Persia, part XIX*. Londres, Foreign Office, 1909, p. 6; e _____. No. 262 – Agreement with Sheikh of Mohammerah. In: ibidem, p. 154.

privada. No ano de 1927, Williamson foi convidado por John Cadman, um engenheiro e então presidente da APOC, para visitar as instalações da empresa em Abadan, Masjid-e Soleyman e arredores, e que eventualmente produzisse um livro detalhando o funcionamento das operações da empresa no Irã.¹³⁵ É desnecessário dizer que havia grande incentivo para que Williamson não retratasse as contradições sociais ou práticas questionáveis da companhia; seu relato de viagem é, em grande parte, elogioso das atividades da empresa. No entanto, Williamson descreve com detalhes os ambientes urbano e de trabalho em gestação, sendo seu relato de grande valor para esta investigação; tendo em mente que este é um narrador não-confiável, podemos progredir consultando-o.

Os próximos três anos foram de intenso trabalho no transporte de matérias-primas e maquinário pelos rios Arvandrud e Karun e por estradas improvisadas e não-pavimentadas entre Masjid-e-Soleyman e a ilha de Abadan, e na construção das instalações centrais da Companhia: os equipamentos da refinaria em si, galpões diversos, oleodutos e gasodutos, tanques para o armazenamento do óleo cru que chegava e dos produtos refinados que saíam, torres e treliças para a perfuração de mais poços e escritórios para os engenheiros e administradores. Durante este processo, a força de trabalho responsável por erguer estas estruturas era composta em sua imensa maioria de árabes, bakhtiaris e luris, contratados informalmente através dos chefes dos clãs locais ou na própria Khorramshahr. Muitos dos luris e bakhtiaris, especialmente os empregados na construção dos oleodutos e poços de perfuração no interior da província, eram pagos indiretamente, com o dinheiro passando primeiro pelas mãos dos chefes dos clãs.¹³⁶ À medida que as estradas foram assentadas, veículos motorizados passaram a circular por elas, reduzindo o tempo de viagem entre os campos de extração e Abadan de cinco dias para oito horas.¹³⁷

Nesse período, estes trabalhadores braçais não tinham casas próprias cedidas pela Companhia, morando em tendas e casebres improvisados próximos aos locais das obras. As condições de habitação nestes bairros improvisados eram miseráveis ao ponto de afastarem trabalhadores locais, mesmo com o pagamento regular dos salários.¹³⁸ A construção de casas decentes e vilas operárias ao redor da refinaria e dos campos era

¹³⁵ Ver CLEMMOW, C. A.. Mr. J. W. Williamson. *Nature*, Londres, n. 165, mai. 1950, p. 792.

¹³⁶ Ver YERGIN (1993), p. 130; e WILLIAMSON (1930), p. 125-126.

¹³⁷ Ver WILLIAMSON (1930), p. 25.

¹³⁸ Ver ELWELL-SUTTON, NEJATIAN & PLANHOL (2016), p. 54-55, ver HEIN & SEDIGHI (2016), p. 357-359.

uma necessidade premente. Os hábitos nômades de muitos bakhtiari também criavam a necessidade de fazer o emprego na Companhia mais atrativo. Como John Williamson, visitando as instalações da APOC em 1928, nos diz:

Para as operações descritas, era obviamente necessária uma garantia da cooperação dos persas em cujas regiões as operações seriam conduzidas. Grandes ofertas de mão de obra local eram particularmente essenciais para o trabalho pioneiro, como o transporte de maquinário pesado, dutos e outros materiais; a instalação de guias, casas e outros edifícios; e a construção de estradas, pontes e ferrovias. A peculiaridade do problema encontrado pela *Anglo-Persian Oil Company* era, desde o início, na natureza do trabalho humano disponível.

Os habitantes daquela região da Pérsia (Khuzistão) em que o trabalho seria realizado eram, majoritariamente, nômades pastores, consistindo principalmente das famosas tribos Bakhtiari. Os Bakhtiari seguem a grama, [...]. Eles moram em tendas ou em abrigos rústicos construídos de barro seco ao sol ou de pedras de arenito e xisto que se soltam das colinas. Suas demandas são poucas e as dificuldades de tal vida são para eles pouco cansativas. Do dinheiro, têm pouca necessidade, e suas demandas por comércio são largamente supridas pelo escambo.

[...]

Era deste material humano nômade que a Companhia deveria recrutar sua força de trabalho. O caráter e os hábitos dos membros destas tribos apresentavam problemas humanos e sociológicos tão peculiares e complexos, em sua própria maneira, como os problemas físicos e químicos provocados pela natureza do petróleo cru extraído do solo. O prospecto de pagamentos regulares e dos confortos adicionais que tal compensação poderia trazer não era suficiente para atrair os membros destas tribos ao serviço da Companhia; medidas deveriam ser tomadas para mantê-los assentados. O instinto nômade não é facilmente extinto. Gradualmente, números crescentes deles tomaram emprego na Companhia e problemas apareceram imediatamente em relação à sua saúde, sua moradia e seu treinamento.¹³⁹

Casas começaram a ser construídas em Abadan e Masjed-e-Soleyman, para abrigar a população crescente de trabalhadores locais e britânicos da Companhia; à medida que novos poços eram perfurados, novas vilas surgiam em Haftkel, Lali, Omidieh e Aghajari. Os desenhos tanto das casas quanto do núcleo urbano em volta da refinaria seguiria preceitos arquitetônicos europeus, buscando atrair a força de trabalho com a promessa de uma vida confortável sob os auspícios da APOC.¹⁴⁰ Para al-Ka'bi, a instalação da refinaria era uma demonstração de poder face a Tehran; para a própria Corte, seria alardeada como uma vitória para o país, mesmo que, naquele momento, o desenvolvimento pudesse ser observado apenas no Khuzistão.

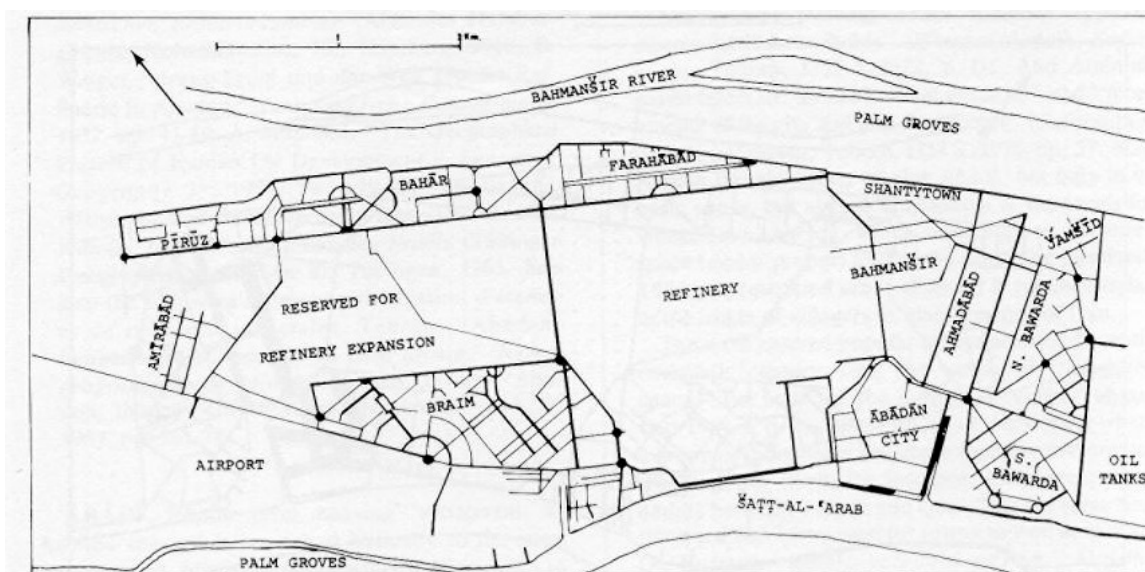
As habitações eram de três tipos diferentes: bangalôs espaçosos, com amplas varandas e jardins frontais para a alta hierarquia da empresa, majoritariamente britânica;

¹³⁹ Ver WILLIAMSON (1930), p. 125-127. Tradução livre.

¹⁴⁰ Ver HEIN & SEDIGHI (2016), p. 354-355.

bangalôs menores, porém consideravelmente confortáveis, para secretários, supervisores, engenheiros e demais empregados de nível médio; e casas geminadas de tijolos de pedra ou alvenaria para os operários, majoritariamente iranianos de diversas etnias. Estas últimas casas eram organizadas em blocos com jardins traseiros, alinhando-se com a tradição arquitetônica local de jardins privados do olhar das ruas. Todas estas casas, ao contrário da imensa maioria das habitações iranianas, eram equipadas com lâmpadas, aquecimento e ventiladores elétricos. As casas em Masjed-e-Soleyman, além de todas estas amenidades, ainda contavam com alimentação individual de gás natural para o aquecimento e cozinha; Williamson conta que o suprimento de gás era tão abundante que não havia necessidade de medir o consumo individual de cada casa.¹⁴¹

Figura 1: Plano urbano do centro de Abadan em 1964, com apenas as vias de maior tráfego marcadas. Ao fim do período coberto por este trabalho, apenas os bairros de Farahabad, Bahar, Piruz e Braim estavam planejados mas não-completos.¹⁴²



Fonte: ELWELL-SUTTON, NEJATIAN & PLANHOL (2016)

Com a eventual abertura da refinaria em 1913, volumes cada vez maiores de petróleo eram extraídos no interior e uma quantidade crescente de iranianos buscavam

¹⁴¹ Ver WILLIAMSON (1930), p. 146.

¹⁴² É curioso notar que, mesmo em 1964, muitas décadas após a construção da cidade, Abadan já possuía um aeroporto mas não linhas ferroviárias. O petróleo era (e segue sendo) transportado por meio de navios, já que Abadan se situa em uma ilha próxima ao Shatt al-Arab e ao Karun, dois rios de grande navegabilidade até as maiores cidades iranianas e iraquianas ao seu redor (Ahvaz, Khorramshahr, Basra, etc.).

emprego na Companhia; o que era uma vila com menos de 400 habitantes em 1909 já tinha pelo menos 6,000 moradores dez anos depois, entre funcionários da APOC e toda sorte de comerciantes e artesãos que instalaram-se fora dos bairros operários, a leste do centro da pequena cidade.¹⁴³

Com betume e asfalto sendo produzidos pela refinaria, as ruas começaram a ser asfaltadas – outra visão rara no Irã da dinastia Qajar. A presença de tanta gente criou pressão sobre a Companhia erguer outras estruturas, como hospitais para preservar sua força de trabalho, escolas para as famílias dos habitantes, e restaurantes, clubes e bazares para atrair mais funcionários – não há uso para o dinheiro se não há lugares onde gastá-lo.¹⁴⁴ No entanto, a companhia perdeu o ritmo da construção de casas, e bairros não-planejados começaram a surgir para o sul e leste do núcleo duro de Abadan; alguns, a princípio, não possuíam saneamento básico, quanto mais rede elétrica.¹⁴⁵ Eventualmente, as obras de urbanização da Companhia os alcançaria, e novos bairros irregulares seriam construídos, abrindo novas fronteiras urbanas ao redor da refinaria.

Como já explorado neste trabalho, a ascensão de Reza Khan como figura central do governo iraniano em 1921 iniciou um intenso processo de centralização política no Irã, começando pelo estabelecimento de um corpo militar único, que gradualmente aumentou o controle político de Tehran sobre as províncias do país. Apesar do *shaykh* Khaz'al al-Ka'bi ter se mostrado um aliado valoroso e leal para o governo britânico e para a empresa petroleira, a Companhia encontrou enorme alívio em ter o Estado iraniano cada vez mais presente na região. Reza Khan anunciava, com entusiasmo, um amplo programa de modernização do país, passando pela construção de ferrovias que ligassem Khorramshahr a Tehran e pela expansão da rede de telégrafos e rodovias pavimentadas. A APOC, parecia, não necessitaria arcar mais sozinha com o custo da construção e manutenção da infra-estrutura da cidade. Eventualmente, quando al-Ka'bi planejou uma rebelião contra Reza Khan em 1923, o próprio embaixador britânico, Sir Percy Loraine, viajou para a cidade sulista para uma audiência com o *shaykh*, convencendo-o de abandonar a ideia; no ano seguinte, Reza Khan prendeu al-Ka'bi, renomeou a cidade de Mohammerah para Khorramshahr e revogou a autonomia do

¹⁴³ Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 56; e CENTRO (2018).

¹⁴⁴ Ver WILLIAMSON (1930), p. 148-149.

¹⁴⁵ Ver ELWELL-SUTTON, NEJATIAN & PLANHOL (2016), p. 55-56.

Arabistão. Negociações agora podiam ser feitas diretamente com Tehran, não mais dependentes do governador local da cidade vizinha.¹⁴⁶

O hospital da Companhia em Abadan, construído em 1913, atendia não apenas os funcionários da mesma, mas todos os habitantes da cidade. Em contraste com a maioria das instalações médicas no país, o hospital contava com amplas alas de internação, uma ala especial para doenças contagiosas, mais de uma sala de operações, equipamentos radiográficos modernos e seções especializadas em atendimento oftalmológico e odontológico, além de ser o ponto central de uma rede de dispensários – estabelecimentos que atuavam como farmácias e postos de saúde – espalhados pela região. Durante os nove meses em que Williamson esteve presente em Abadan, o hospital realizou mais de 138,000 atendimentos.¹⁴⁷ De acordo com o próprio:

O hospital geral para internamento em Abadan está situado próximo à refinaria e tem acomodações para 132 internados, clínica para pacientes ambulatoriais, salas de cirurgia e departamentos radiológico, oftalmológico e dentário, como nos Campos. O hospital de doenças infecciosas aqui tem acomodações para 120 casos e 160 contatos. Acomodações especiais para casos mentais foram construídas e o resfriamento das salas de cirurgia e enfermarias são a mais nova adição às amenidades providas pela Companhia para o tratamento de doenças.

Dispensários para o tratamento de pacientes ambulatoriais e para a triagem de casos mais sérios a serem internados no hospital foram estabelecidos, cada um sob o comando de um profissional médico, em Mohammerah, a dez milhas de distância do hospital geral; em Bawarda [bairro operário], a duas milhas de distância; e na refinaria. Outro dispensário, na área residencial europeia, também foi estabelecido. Deve-se notar que um profissional médico realiza visitas aos alojamentos quando são necessárias.¹⁴⁸

Além de instalações médicas modernas, Abadan passou, durante a década de 1920, pelo crescimento vertiginoso de sua rede educacional. Além das oficinas onde os trabalhadores não-especializados e aprendizes conheciam em detalhe a montagem, o funcionamento e a manutenção do pesado maquinário da refinaria que em operariam, a Companhia construiu e administrava escolas para os jovens aprendizes e para os filhos de seus funcionários. A princípio, o currículo adotado era similar ao britânico; com a ascensão de Reza Khan, a Companhia passou a receber fundos e instruções do governo iraniano, que adotou uma política educacional e cultural de persianização: os jovens liris, bakhtiaris, árabes, armênios e indianos deveriam ter sua educação na linguagem

¹⁴⁶ Ver KATOUZIAN, Homa. *The political economy of modern Iran: despotism and pseudo-modernism, 1926-1979*. Londres: Palgrave MacMillan, 1981, p. 87-89.

¹⁴⁷ Ver WILLIAMSON (1930), p. 136.

¹⁴⁸ Ver WILLIAMSON (1930), p. 135. Tradução livre.

persa, aprender a História do país que habitavam e recitar a poesia nacional ferdusiana. Aulas de inglês e literatura britânica continuavam disponíveis, em vez do francês tão valorizado nas escolas de Tehran.¹⁴⁹ Em breve, escolas técnicas – as primeiras do Irã – foram inauguradas na cidade, para que jovens e adultos fossem alfabetizados e aprendessem aritmética básica junto com ofícios manuais para o trabalho na refinaria, atraindo multidões de jovens nômades sazonalmente com a perspectiva de emprego e moradia na nova cidade:

A Companhia tem, contudo, se esforçado para treinar este jovens persas mais sistematicamente do que mantendo-os sob supervisão individual nas oficinas. Nos Campos, em Ahvaz e em Abadan, Centros de Treinamento Manual ou Escolas de Treinamento para a Oficina – sob qualquer título preferido [localmente] – foram estabelecidas, sob a direção de engenheiros instrutores europeus. [...] Os jovens nestas Escolas de Treinamento para a Oficina são treinados como torneiros ou maquinistas, com a realização de operações básicas como lascagem, imagem, parafusagem, rosqueamento, torneamento, etc. Era divertido assistir, em Abadan, a três garotos persas soltos sobre um motor Ford velho, com permissão total para desmontá-lo, apenas para ver como as peças se encaixavam. Nenhum garoto inglês destrinchando seu relógio estaria mais absorto.

[...]

Recrutar estes jovens e mantê-los recrutados não eram um trabalho fácil. O recrutamento é sazonal, com o melhor período estando entre as primeiras chuvas (em dezembro ou janeiro) e março. [...] “Eles pertencem”, diz um conhecedor, “à classe errante que bate às portas das oficinas, como as andorinhas nas portas das casas, quando o clima frio os força.” [...] Não há dúvidas de que a combinação do ensino literário e aritmético básico com o treinamento manual tem um efeito sedentarizante sobre os jovens recrutados. Mas a Companhia tem esquemas amplos e muito mais abrangentes, já iniciados ou sob consideração, para a consolidação e melhoramento deste treinamento dos jovens. Um sistema de aprendizagem contratual em cooperação com as autoridades governamentais locais está sendo considerado, podendo envolver alojamento, alimentação e vestuário provido pela Companhia aos aprendizes.¹⁵⁰

Eventualmente, sob pressão de Reza Shah, a Anglo-Persian inaugurou em 1939 a Universidade do Petróleo de Abadan, a segunda universidade no Irã. A instituição oferecia cursos em Contabilidade e uma ampla gama de Engenharias. Em troca pelo financiamento, a Companhia exigia que os estudantes trabalhassem na refinaria por, originalmente, três quintos da duração de seus cursos como aprendizes, mesmo quemuitos trabalhassem nas mesmas atividades de funcionários regulares.¹⁵¹ Em 1989,

¹⁴⁹ Ver KATOUZIAN (1981), p. 95; WILLIAMSON (1930), p. 155-157; e ABRAHAMIAN (2008), p. 35 e 84-86.

¹⁵⁰ Ver WILLIAMSON (1930), p. 152-155. Tradução livre.

¹⁵¹ Ver HEIN & SEDIGHI (2016), p. 358-359.

a universidade foi renomeada Universidade da Tecnologia de Petróleo, com sua sede realocada para o outrora secundário campus em Ahvaz.

Tabela 2 – Número de funcionários da Anglo-Persian Oil Company
estacionados na Pérsia, por nacionalidade (1919-1951)

Ano	Iranianos	Indianos	Britânicos	Outros	Total
1919	3,979	2,641	117	47	6,784
1920	8,447	3,616	244	35	12,342
1921	9,009	4,709	271	51	14,040
1922	14,799	4,121	414	2,498	26,156
1923	18,098	4,435	549	600	26,970
1924	16,830	4,471	656	590	24,501
1925	14,857	4,635	939	6,732	28,905
1926	15,354	3,331	932	4,811	26,493
1927	16,796	3,004	931	4,972	29,223
1928	16,382	3,050	1,000	5,365	25,797
1929	15,245	2,518	980	5,273	24,016
1930	20,095	2,411	1,191	7,549	31,246
1931	14,797	1,675	989	3,178	20,639
1932	10,343	1,420	744	2,346	14,853
1933	15,941	795	749	277	17,762
1934	22,020	925	901	254	24,100
1935	25,450	954	1,035	119	27,558
1936	24,948	779	1,055	76	26,858
1937	30,779	786	1,185	66	32,816
1938	45,978	1,342	1,524	84	48,928
1939	34,938	1,154	1,234	69	37,395
1940	26,484	1,158	1,056	15	28,713
1941	28,035	1,005	918	9	29,967
1942	41,081	1,716	1,261	234	44,292
1943	44,944	2,102	1,442	279	48,767
1944	60,073	2,493	1,710	476	64,752
1945	60,294	2,784	1,886	-	64,964
1946	60,807	2,557	1,869	-	65,402
1947	66,624	2,473	2,105	-	71,315
1948	-	-	-	-	79,262
1949	76,995	2,126	2,489	-	81,610
1950	78,853	1,979	2,729	-	83,561
1951	72,681	1,642	2,743	-	77,066

Fonte: FERRIER (2008), p. 691-692.

Outro fator importante para o crescimento contínuo de Abadan via êxodo intraurbano foi o término, em 1927, da Ferrovia Trans-Iraniana, cortando o país de norte a sul. A nova ferrovia tinha um braço que conectava Ahvaz a Abadan, e da cidade-refinaria para o porto de Bandar Shahpur (renomeado como Bandar-e Emam Khomeyni após a Revolução Islâmica de 1979), a sudeste. Gradualmente, Bandar Shahpur se tornaria o principal porto de escoamento internacional dos produtos da refinaria, e grandes áreas do antigo porto em Abadan foram reaproveitadas para a instalação de novas indústrias relacionadas à atividade petrolífera. Novas fábricas para o processamento, e purificação de betume, asfalto, nafta, gasolina e gás natural surgiram ao norte e oeste da refinaria original, diversificando as atividades econômicas da cidade, criando novas vagas de emprego e atraindo mais iranianos para a cidade.¹⁵²

O cotidiano e a vida urbana em Abadan durante as décadas de 1920 e 1930 faziam-se radicalmente diferentes do que se encontrava em outras regiões do país. Era uma cidade asfaltada e eletrificada, com amplo uso de automóveis pessoais; possuía um sem-número de postos de gasolina, um hospital e dispensários, escolas regulares e técnicas, uma universidade, um quartel de bombeiros. Com a camada média de administradores da empresa gradualmente se persianizando, muitos iranianos também gozavam de um estilo de vida completamente novo para o país. Bares, restaurantes, campos de golfe, tênis, futebol e outros esportes, danceterias, lojas de roupas importadas e clubes de estilo europeu juntavam-se ao bazar e às casas de chá típicas do Irã; cinemas, rádio e televisão também estavam disponíveis na cidade.¹⁵³

Mesmo com a resistência de setores conservadores da sociedade iraniana à uma visível “ocidentalização” do país, a força econômica bruta do petróleo e do capital investido pela Anglo-Persian em Abadan seguiu transformando radicalmente o espaço na ilha e seus arredores. À medida que a cidade atraía iranianos que desejavam uma vida melhor, a escassez de mão de obra para as atividades rurais no interior do Khuzistão destruía as redes de dependência outrora comuns e obrigava outros tantos iranianos a abandonar tanto suas relações tradicionais de trabalho quanto suas relações com o espaço e a terra.¹⁵⁴ A adoção de um estilo de vida urbano passou a ser uma necessidade com a qual tiveram de lidar; se não se mudassem para as cidades

¹⁵² Ver FERRIER (2008), p. 645; e HEIN & SEDIGHI (2016), p. 356.

¹⁵³ Ver ELWELL-SUTTON, NEJATIAN & PLANHOL (2016), p. 55-56; e HEIN & SEDIGHI (2016), p. 359-360.

¹⁵⁴ Ver MIRZAI (2017), p. 207-210; e FERRIER (2008), p. 688.

dominadas pela Companhia no Khuzistão, teriam de tentar a sorte em outras paragens, como Kermanshah ou a própria Tehran.

Esta nova forma de se relacionar com o espaço gradualmente se espalhou por outras regiões do país a partir de Tehran e (principalmente) Abadan, mesmo sobre cidades e regiões que não eram produtoras de petróleo. Mesmo que a esmagadora maioria dos lucros e vantagens ficassem com os acionistas da Anglo-Persian, o Irã foi gradualmente “petrolificando-se”, e adotando este novo estilo de vida urbano, não sem controvérsias ou conflitos. A propaganda, realizada tanto pela Companhia quanto pelo próprio governo de Reza Shah, também teve peso importante nesse processo. A empresa estampava seus enormes projetos urbanísticos em jornais britânicos e iranianos, além de cartões postais, representando-os como oásis de progresso e conforto em um ambiente árido e inóspito; as tensões do cotidiano entre trabalhadores e executivos da companhia eram inexistentes:

Para disseminar uma imagem positiva no público geral do Irã, a AIOC produziu, no início da década de 1950, uma série de filmes demonstrando as localidades desenvolvidas pela indústria petrolífera como lugares ideais para se viver. O filme *Persian Story* (1951-1953), por exemplo, retratava Abadan como um lugar confortável e atraente, onde iranianos e britânicos viviam e trabalhavam juntos em harmonia.¹⁵⁵

Já o governo de Reza Shah abraçou a nova cidade como símbolo de uma identidade nacional moderna, o ponto de origem da prosperidade geral da nação; a refinaria de Abadan foi retratada em novas notas do rial iraniano, enquanto a maioria dos jornais – tanto independentes quanto apoiadores do *shah* – descreviam a cidade como um símbolo do brilhante futuro do país. Até uma revista arquitetônica, a *Arshitekt*, descrevia um padrão de vida extremamente confortável na cidade, em que quase todos os seus habitantes se deleitavam com o uso da eletricidade, água encanada, saneamento moderno e ar-condicionado. Estes retratos elogiosos contribuíram muito para o rápido crescimento da cidade – com mais de 170 mil habitantes no ano de 1949 – e para o desenvolvimento de projetos urbanísticos e arquitetônicos similares nas outras cidades do país, como a própria capital Tehran.¹⁵⁶

O próprio Williamson expunha uma visão marcadamente imperialista, aparentemente pertencentes a tempos vitorianos, sobre o crescimento de núcleos urbanos similares a Abadan, já em 1928, afirmando até a superioridade dos bazares na

¹⁵⁵ Ver HEIN & SEDIGHI (2016), p. 360. Tradução livre.

¹⁵⁶ Ver HEIN & SEDIGHI (2016), p. 361.

nova cidade-refinaria sobre os mercados e feiras tradicionais de outras localidades no Irã e no Baixo Iraque:

[...] a Companhia ergueu bazares-modelo, nos quais mercadorias básicas – comida, vestuário, utensílios, tabaco e ornamentos – podem ser compradas. Estes bazares são fileiras de lojas bem construídas com frentes abertas, do tipo persa, e constituem um grande avanço, tanto em solidez como em limpeza, aos bazares periclitantes e improvisados que podem ser frequentemente encontrados no Oriente.

[...]

Os alojamentos providos para os trabalhadores persas são, como já dito, imensuravelmente melhores do que aqueles que, antes da chegada da *Anglo-Persian Oil Company*, eles estavam acostumados. [...] Será que é fantasioso pensar que o exemplo aqui dado de um padrão mais alto de moradia inevitavelmente se espalhará com uma influência civilizadora para além dos confins das atividades específicas da Companhia?

Este autor, pelo menos, viu evidências de tal processo de difusão. A viagem de barça entre Basra e Abadan, uma jornada de cerca de quarenta milhas pelo Shatt al-Arab, é feita em um largo rio ladeado por extensos bosques de tamareiras que se estendem por meia milha ou mais terra adentro. Em meio a pequenas clareiras entre estes bosques intermináveis, se vêem numerosas vilas, com as habitações (se tal palavra não é demasiado digna para abrigos tão primitivos) feitas de paredes de argila com telhados planos de junco trançado ou folhas emaranhadas, sem portas nos batentes e sem aberturas para janelas. Mas, à medida que o viajante se aproxima da ilha de Abadan, é impossível para ele, se estiver atento, não notar por uma mudança abrupta nas vilas que vê. As habitações são maiores, têm telhados inclinados de palha ou junco, parecidos com os chalés com telhados de palha do interior da Inglaterra, e têm portas e janelas, mesmo que as últimas não sejam vidradas. Qual é a explicação para este desenvolvimento abrupto que não, pelo menos em parte, a influência que radia de um centro de civilização em houve uma melhora significativa nos padrões habitacionais? Quando o viajante eventualmente chega a Abadan, vê a réplica de um porto inglês e nota as acomodações providas pela Companhia a seus trabalhadores persas é difícil que ele não infira que ali está a provável explicação. Essa impressão, que este autor teve espontaneamente quando chegou a Abadan pela primeira vez, foi confirmada por todas as informações que ele adquiriu posteriormente e informa os principais efeitos sociais na Pérsia atribuíveis aos empreendimentos da *Anglo-Persian Oil Company*.¹⁵⁷

No entanto, nessas visões extremamente otimistas – carregadas também de um certo viés anglófilo – sobre o estilo de vida urbano de Abadan faltam, em grande parte, os diversos conflitos socioeconômicos desencadeados na cidade em decorrência de sua vertiginosa expansão espacial e populacional. Como já exposto neste trabalho, a região do Khuzistão divergia em sua composição demográfica da maioria do Irã: os etnicamente persas eram ofuscados pelos não-persas, em sua imensa maioria árabes, luris e bakhtiaris. Além disso, a APOC mantinha sob contrato uma quantidade significativa de ingleses, escoceses, armênios e – especialmente – indianos de variadas

¹⁵⁷ Ver WILLIAMSON (1930), p. 148-150. Tradução livre.

castas e etnias. Mesmo após o crescimento da cidade e da presença de persas advindos de outras regiões do país nos quadros intermediários da empresa, ao final dos anos 1920, a divisão do trabalho dentro da empresa e da própria refinaria mostrava claras linhas raciais. A esmagadora maioria dos executivos e administradores de alto nível era britânica; indianos, persas e europeus ocupavam de forma aproximadamente igual os estratos médios, como secretários, administradores juniores e engenheiros; e iranianos de diversas etnias dominavam a camada de trabalhadores braçais. Dentro desta última, persas tendiam a ascender mais rapidamente para posições mais vantajosas entre os operários, enquanto árabes, luris e bakhtiaris concentravam-se em atividades de limpeza, manutenção, transporte e outros cargos com baixos salários.¹⁵⁸

As condições de vida e trabalho encontradas em Abadan pelas massas de iranianas que chegavam para trabalhar na cidade eram, em verdade, precárias. Ao começo da década de 1920, a população local já passava dos 60 mil habitantes, mas o ritmo de desenvolvimento da infraestrutura não acompanhava esse crescimento demográfico. A maioria dos trabalhadores iranianos, especialmente aqueles alocados a funções não-qualificadas e os contratados indiretamente (a maioria destes árabes, luris e bakhtiaris) não tinham direito às modernas casas providas pela empresa para seus outros funcionários, e nem tinham esperança de consegui-lo; eram relegados a construir eles mesmos ou alugar habitações rapidamente improvisadas fora dos limites dos bairros planejados, essencialmente criando um tipo local de favela.¹⁵⁹ Estas posições mais baixas na hierarquia corporativa também possuíam oferta variável:

Por exemplo, o número de iranianos empregados diminuiu em um terço dentro de doze meses entre 1930 e 1931. Os demitidos eram informados de seu desligamento quando chegavam aos portões da refinaria para trabalhar. Às vezes, trabalhadores eram simplesmente suspensos até que outra função fosse encontrada para eles em outras operações da companhia. Suspensões também eram utilizadas como medida disciplinar. Tais suspensões eram desastrosas pois significavam não apenas a perda de salários, mas também a perda de prioridade na intensa luta por moradia, além do onipresente medo do desemprego. A posição do trabalhador subcontratado, muitas vezes sendo pago um valor menor do que o salário mínimo estipulado pela companhia e não possuindo o direito aos alojamentos da companhia e empregados nas funções mais baixas e insalubres, era particularmente desesperadora. A provisão de serviços como tratamento médico, escolas e outras amenidades era, em geral, completamente inadequada. Apesar de serem os homens, chefes de família, que suportavam as piores condições de trabalho, muitas vezes eram suas famílias,

¹⁵⁸ Ver FERRIER (2008), p. 644-648.

¹⁵⁹ Ver CRONIN, Stephanie. Popular politics, the new State and the birth of the Iranian working class: the 1929 Abadan oil refinery strike. *Middle Eastern Studies*, v. 46, n.º 5, set. 2010, p. 706.

especialmente suas esposas, que sofriam o peso da dura vida em Abadan e nos campos petrolíferos.¹⁶⁰

A diferença de tratamento entre funcionários de origens étnico-sociais diferentes, em conjunto com a deterioração das condições de trabalho e de vida dos operários da Companhia à medida que a cidade crescia, levou à deflagração de uma greve industrial, no mês de maio de 1929, de proporções ainda não vistas no Irã, que acabou se estendendo por outras categorias profissionais em Abadan e deixando uma marca na história da região e do país.¹⁶¹ A explosão repentina de um movimento grevista em uma cidade sem grandes sindicatos estabelecidos – mesmo que houvessem organizações operárias incipientes –, pegou a Companhia e o Estado iraniano de surpresa. Contudo, é importante que lembremos aqui de alguns fatores importantes; havia, entre a população iraniana, alguns ressentimentos em relação às concessões econômicas estrangeiras, da qual a operada pela APOC era a última de grande porte (após a nacionalização de estradas, ferrovias e sistema financeiro). Além de uma tradição urbana de protestos, mantida viva no passado pelos *bazaariyan*, clérigos e estudantes, o Irã passava pelo fortalecimento de um nacionalismo secular e de movimentos socialistas – mesmo com a repressão de Reza Khan sobre os partidos de esquerda.¹⁶²

É importante também não cairmos na armadilha ahistórica – infelizmente comum também no campo marxista das Ciências Sociais – de que um sindicalismo forte não poderia se desenvolver em categorias profissionais não-industriais ou em sociedades ainda não plenamente assimiladas ao sistema-mundo capitalista. Durante a Revolução Constitucionalista no início do século XX, por exemplo, comerciantes, autônomos, religiosos, trabalhadores de manufaturas e camponeses paralisaram suas produções em vários momentos durante o movimento.¹⁶³ Essas formas pré-industriais de luta se incorporaram às greves nas cidades modernas, com a greve de 1929 em Abadan sendo um exemplo desse hibridismo sindicalista.

O papel das mulheres na radicalização dos protestos iranianos é digno de nota, com as esposas e filhas dos empregados sendo figuras fundamentais para o início da mobilização de protestos e greves. Refletindo rituais e práticas provenientes do xiismo

¹⁶⁰ Ver CRONIN (2010, p. 707. Tradução livre.

¹⁶¹ Ver CRONIN (2010), p. 706; ABRAHAMIAN (1982), p. 163; e ABRAHAMIAN (2008), p. 109-110.

¹⁶² Ver CRONIN (2010), p. 700-701.

¹⁶³ Ver KATOUZIAN, Homa. *Iranian History and politics: State and society in perpetual conflict*. Londres: Routledge, 2003, p. 28; e ABRAHAMIAN (2008), p. 43-45.

popular iraniano de luto público, estas mulheres se postavam em grupos nas praças de grande tráfego ou nos portões da refinarias e fábricas associadas, chorando dramaticamente, ajoelhando-se, rasgando pedaços de suas roupas e jogando punhados de terra sobre suas cabeças, enquanto denunciavam audivelmente as ações abusivas – fossem da empresa ou governo – contra seus maridos e famílias, clamando por justiça divina e buscando envergonhar os transeuntes que olhavam em inação.¹⁶⁴ Apesar de pouco compreendidos e aparentemente espontâneos, há sinais de intrincado planejamento por trás destes protestos:

Evidências sugerem, no entanto, que existiam nas comunidades mais carentes, figuras femininas com um papel e status proeminentes que poderiam ser recrutadas para angariar multidões femininas para manifestações a serviço de certa causa ou indivíduo. Apesar dessas evidências serem esparsas, parecia existir até uma tradição de oratória feminina. O correspondente do jornal *Times* observou, por exemplo, durante os protestos do fechamento do *Majlis* de 1911, a existência de uma grande agremiação de mulheres na mesquita Sipah Salar, com discursos proferidos por mulheres. Uma releitura atenta do material de referência disponível atesta outros exemplos de oradoras femininas. [...] durante os distúrbios de 1929 em Abadan, a líder das esposas dos grevistas, Banu Zahra Khanum Muhammad Sadiq, proferiu um discurso escoriante contra a companhia e denunciou os policiais locais como traidores. Em 1946, petroleiros grevistas em Abadan assistiram a uma mulher discursando que acusou os britânicos de gastarem mais em comida para cachorros do que com os salários dos empregados e exigiu a nacionalização da companhia, frente a uma multidão de 80.000 ouvintes.¹⁶⁵

No entanto, ao final dos anos 1920, também estavam presentes em Abadan trabalhadores ligados à SMIK, a central sindical socialista já citada no capítulo anterior, fundada em 1921. Curiosamente, após a remoção do *shaykh* Khaz'al al-Ka'bi em 1925 – e especialmente a partir de 1928 – o governo iraniano passou a adotar uma postura mais agressiva em relação à Companhia, buscando instrumentalizar a opinião pública para forçar a APOC a revisar o contrato de concessão e renegociar seus termos. Artigos denunciando os abusos da Anglo-Persian e o saque dos recursos naturais do país, antes limitados aos jornais progressistas e socialistas, passaram a figurar também em periódicos mais conservadores e semi-oficiais (pela presença de políticos governistas em seus conselhos editoriais), como o *Ittila'at*, baseado em Tehran.¹⁶⁶ Reza Shah já havia se utilizado desse tipo de tática política anteriormente, quando era apenas Reza Khan, fomentando sentimentos republicanos para enfraquecer a posição de Ahmah Shah

¹⁶⁴ Ver CRONIN (2010), p. 701.

¹⁶⁵ Ver CRONIN (2010), p.701-702. Tradução livre.

¹⁶⁶ Ver CRONIN (2010), p. 710.

e tomar o trono para si, e também em sua campanha de centralização contra os clãs bakhtiaris e luris do Khuzistão, permitindo que camponeses livremente se organizassem em ligas que pediam, entre outras coisas, a redistribuição de terras.¹⁶⁷

Esta campanha de pressão sobre a Companhia também passava por uma maior leniência com a crescente atividade sindicalista em Abadan e, ao final da década de 1920, alguns trabalhadores afiliados à central sindical SMIK, de orientação socialista (liderados por um Yusuf Iftikhari, que chegou à cidade após estudos em Moscou), faziam sua presença visível na cidade sulista, mesmo que suas tentativa de organizar os petroleiros da APOC em um sindicato único e centralizado, nos moldes propostos pela Profintern, falhassem. As dificuldades desta empreitada são resumidas por Stephanie Cronin:

Apesar desta forte predisposição cultural para a organização coletiva e da prevalência da tática de greve, o estabelecimento de sindicatos com bases permanentes era marcado por dificuldades. Muitos dos sindicatos fundados nestes anos continuaram fracos e efêmeros. Eles possuíam um baixo nível de organização, seus membros tinham um baixo nível de consciência de classe e eles sofriam dificuldades financeiras, devido a um excedente perene de mão de obra e a natureza sazonal e curta de muitos dos empregos. A maioria dos novos trabalhadores que se filiavam aos sindicatos eram camponeses que relutavam em cortar laços com suas vilas de origem, vários dos quais abandonavam seus empregos e voltavam para casa assim que poupavam uma pequena soma de dinheiro. O proletariado propriamente dito era novo, numericamente minúsculo e suas condições de vida eram precárias. A distinção entre guilda e sindicato ainda era tênue, com alguns sindicatos contando com a presença, assim como guildas, de empregadores como de empregados. A prisão de seus líderes muitas vezes levava ao colapso total e desaparecimento de um sindicato.

Os novos sindicatos também demonstravam uma mescla eclética de ideologias. Apesar da fidelidade professada por muitas de suas lideranças ao Partido Comunista, eles prontamente se adaptavam a movimentos populares organizados por lideranças com discursos políticos muito diferentes, sendo o contexto de crescimento do nacionalismo determinante. No início da década de 1920, enquanto a reputação nacionalista e modernizadora de Reza Khan estava relativamente imaculada, havia um certo grau de tolerância entre os sindicatos e o regime. Os sindicatos aceitavam e ecoavam a abordagem paternalista própria do regime, com um sindicato de tipógrafos em uma ocasião recebendo Reza Khan com uma faixa que o saudava como “o defensor das Uniões de Trabalhadores no Irã”.¹⁶⁸

Em 1927, o grupo de Iftikhari começou seus esforços, recrutando estudantes das escolas técnicas da Companhia e estabelecendo células de três homens; ao fim do ano, vinte e nove destas células foram descobertas por informantes à serviço da empresa e

¹⁶⁷ Ver CRONIN, Stephanie. *Tribal politics in Iran: rural conflict and the new State, 1921-1941*. Londres: Routledge, 2007, p. 52-55.

¹⁶⁸ Ver CRONIN (2010), p. 713. Tradução livre.

desmontadas. No entanto, a tática de afinar o discurso sindical às roupagens nacionalistas em voga garantiu a persistência da atividade operária em greves espontâneas; no mês de março de 1928, por exemplo, quando rumores de que a APOC substituiria dez mil funcionários iranianos por trabalhadores indianos, um grupo de dois mil trabalhadores se reuniram em frente à sede da Companhia e apedrejaram-a. Fora de círculos sindicais, o grupo de Iftikhari estava presente nos clubes recreativos organizados pelos funcionários, estimulando a adesão de mais trabalhadores nestes espaços de convivência que viam como possuidores de grande potencial sindical.¹⁶⁹ Foi justamente nestes clubes que os novos sindicalistas foram reorganizando seu movimento em Abadan.

A Companhia já conhecia as tradicionais manifestações do dia 1º de maio e, em nome da boa convivência com o nascente proletariado local, deixava as passeatas pacíficas e festividades acontecerem sem muitos problemas; mas as marchas de 1929 foram particularmente numerosas e algumas palavras de ordem comunistas podiam ser entreouvidas entre os slogans nacionalistas. O clima na cidade ficou tenso, ainda mais quando novas investigações internas da Anglo-Persian descobriram novas células sindicais, desta vez com até vinte membros: sete em Khorramshahr, duas em Masjid-e-Soleyman, duas em Ahvaz e pelo menos trinta em Abadan. Nos próximos dias, o diretor-geral da Companhia na cidade, E. H. Elkington, contactou o governador provincial de Abadan Aqa Asayish, que ordenou a prisão de 45 sindicalistas, sendo 20 deles sob emprego da APOC. Para convencer o governo em Tehran, o diretor-geral T. L. Jacks pintou um quadro um tanto exagerado para o Ministro da Corte Abdolhossein Teymourtash, em que a cidade estaria abarrotada de conspiracionistas bolcheviques. Mesmo incrédulo da gravidade, Teymourtash e o governo viram que a leniência com os sindicalistas de esquerda em Abadan foi exagerada e que ações enérgicas eram necessárias.¹⁷⁰

De qualquer forma, cinco dias após as passeatas, começou a greve; as esposas dos trabalhadores se juntaram aos portões da refinaria para iniciar a coreografia de lamentos e denúncias, eventualmente tentando impedir os homens de entrar no local de trabalho, e até mesmo acusando-os de covardia. Atiçados pelas mulheres, um número crescente de trabalhadores se juntou ao piquete em formação, e foram municiados de pedaços de madeira escondidos sob as pesadas e longas vestes femininas, intimidando

¹⁶⁹ Ver CRONIN (2010), p. 714-715.

¹⁷⁰ Ver FERRIER (2008), p. 643-644; e CRONIN (2010), p. 716.

quaisquer operários que quisessem entrar na refinaria. Ao longo do dia, com um grande número de grevistas, os manifestantes tentaram ocupar a refinaria, mas foram impedidos pela polícia; à tarde, haviam cerca de quatro mil trabalhadores na multidão, que invadiu a refinaria, levou os policiais a se esconderem no quartel de bombeiros da cidade e arremessou tijolos na direção do governador da província quando este tentou negociar com os grevistas.¹⁷¹ O confronto havia tomado a cidade:

Neste ponto, alguns trabalhadores saíram da refinaria e foram ao bazar de Abadan. Com a sua chegada, o bazar fechou em solidariedade a eles. Eles procederam então à delegacia de polícia, onde tentaram forçar a soltura dos grevistas presos nos últimos dias, mas a polícia conseguiu dispersar a multidão, detendo muitos outros mais. Na refinaria, os piquetes permaneceram em seu lugar, facilmente impedindo a entrada de alguns poucos operários e alguns gerentes indianos que ainda esperavam conseguir trabalhar. Toda vez que empregados britânicos chegavam de carro, os piqueteiros afugentavam seus motoristas indianos, levando os britânicos a dirigir seus próprios carros e tentar forçar algum caminho refinaria adentro. Após cerca de uma hora, gerentes britânicos do alto escalão chegaram e tentaram forçar a entrada de alguns supervisores indianos na refinaria, sem sucesso. Os piqueteiros se envolveram em brigas com gerentes e executivos britânicos, com saraivadas de pedras voando e vidraças de portas e janelas sendo quebradas. Finalmente, os britânicos foram obrigados a recuar para seus próprios bairros residenciais. Foi apenas quando reforços policiais e forças do exército iraniano chegaram de Ahvaz, em caminhões providos pela própria companhia, que as autoridades conseguiram dispersar as multidões. Soldados foram postados para guardar todas as instalações da companhia e para tentar reaver o controle da cidade, que permanecia em estado de grande perturbação.¹⁷²

No dia seguinte, Abadan seria ocupada por policiais e militares, especialmente nos bairros operários do sudeste da cidade. Os piquetes foram dispersados com violência e o total de presos ultrapassaria a marca de duzentos; muitos destes foram transportados para a capital provincial em Ahvaz e depois expulsos da província do Khuzistão. A situação na cidade passou a ser de tenso silêncio, até que os clubes recreativos fossem reabertos, agora purgados dos sindicalistas socialistas. Os trabalhadores exilados da província levaram suas experiências de luta para outras cidades e outras categorias. Mesmo derrotada, a greve de 1929 em Abadan conseguiu um aumento geral de 5% para os trabalhadores da Companhia e constituiu-se uma importante experiência formativa para o crescente proletariado urbano do Irã.¹⁷³

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, Abadan era um cidade inchada, construída pelo petróleo, e repleta das contradições espaciais, produtivas, trabalhistas,

¹⁷¹ Ver CRONIN (2010), p. 716.

¹⁷² Ver CRONIN (2010), p. 717. Tradução livre.

¹⁷³ Ver FERRIER (2008), p. 686-687; e ABRAHAMIAN (1982), p. 162.

culturais e institucionais provocadas pelo processo de gradual assimilação periférica da região do Golfo Pérsico à economia-mundo capitalista, com a greve de 1929 continuando a ecoar no consciente coletivo até a ascensão de Mohammad Mossadegh ao cargo de primeiro-ministro. Foi simultaneamente ponto de partida e reflexo deste processo multifacetado e multiescalar no país médio-oriental. Passemos então a um exercício comparativo entre os processos de transformação social, espacial e institucional no Irã e em seus vizinhos no Golfo Pérsico, para contextualizá-los em processos similares em escalas mais amplas.

Capítulo III

Todo o Golfo é Abadan: transformações no Kuwait, Catar e Irã como um todo

Prosseguindo para comentários mais gerais acerca do impacto destes processos locais na economia mundial do petróleo, investiguemos então os processos de industrialização e reorganização econômica geral, de formulação de novas instituições financeiras e burocráticas, e de transformação do espaço urbano e do trabalho no Irã como um todo (isto é, para fora da cidade de Abadan e da região do Khuzistão) em conjunto a processos similares (contudo com diferenças pontuais importantes) em outras localidades no Golfo Pérsico, nominalmente o Kuwait e o Catar; estas duas outras regiões, assim como Abadan e seus arredores, eram esparsamente povoadas e atraíam muito pouco interesse de agentes econômicos e políticos estrangeiros antes da descoberta de petróleo em quantidades comerciais nos seus territórios.

A observação destes processos de transformação política, econômica e urbana pelos quais passaram outras cidades e países da região do Golfo Pérsico também possui importância aqui para uma transição mais suave entre as escalas local e mundial de análise. Como muitas destas transformações acontecem concomitantemente com o desenvolvimento da indústria petrolífera nestas localidades, este capítulo também se propõe a contextualizar o leitor na História da exploração do petróleo no Oriente Médio, assim como na História da região de formas mais ampla.

Começemos pelo Kuwait e sua cidade central epônima. Em 1934, o *shaykh* Ahmed al-Jaber Al Sabah assinou uma concessão para a exploração de petróleo com a *Kuwait Oil Company*, um consórcio anglo-americano.¹⁷⁴ Como a concessão foi feita no nome do emir (em vez de ter o nome do Estado kuwaitiano), os *royalties* obtidos com a exploração iam para a posse do soberano, para que os utilizasse da forma que quisesse.

¹⁷⁴ A *Kuwait Oil Company* era uma parceria entre a já citada *Anglo-Persian Oil Company* (APOC) e o *Eastern and General Syndicate* (empresa ancestral da atual Chevron).

Este arranjo financeiro transformou completamente o papel da família governante (os Al Sabah) no Kuwait. A concessão garantiu uma renda contínua e independente para Ahmed antes mesmo da descoberta de petróleo em quantidades comercialmente viáveis em 1938, concedendo considerável autonomia econômica para os Al Sabah. Ahmed usou os lucros provenientes do petróleo largamente para seu próprio uso. Ele comprou diversos imóveis no exterior, além de gastar dinheiro mantendo iates e palácios no país.¹⁷⁵ Para gastos públicos, o *shaykh* dependia da renda proveniente de impostos.

A assinatura da concessão petrolífera e a chegada de novas riquezas nas mãos de Ahmed ocorreram durante um período de severa recessão econômica, originada de três fatores: um embargo comercial entre o Kuwait e o Sultanato de Najd (Estado antecessor da atual Arábia Saudita, que ocupava fronteiras similares) que durou até 1937; o colapso da indústria de coleta de pérolas no Golfo Pérsico – uma das principais atividades econômicas do Kuwait até então – devido ao sucesso comercial das pérolas cultivadas no Japão, combinado a uma redução na demanda estrangeira por itens de luxo; e uma queda geral no comércio conectada à depressão econômica global no período Entre-Guerras. A Cidade do Kuwait *per se* não foi afetada de forma tão drástica pelo declínio no extrativismo de pérolas pela presença de um forte setor de comércio em longa distância.¹⁷⁶ No entanto, muitos pequenos e médios comerciantes kuwaitianos não sobreviveram à recessão e faliram.

Durante este período de declínio econômico, a classe de comerciantes kuwaitianos iniciou experimentos na criação de instituições cívicas formais que poderiam manter sua importância social mas que aliviassem o gasto duplo com impostos e o financiamento de serviços públicos. A manutenção de organizações como escolas comunitárias se tornou dificultosa durante a crise econômica, com uma das principais instituições de ensino popular fechando em 1931.¹⁷⁷ A classe mercantil pressionou a coroa para o estabelecimento de um município na cidade em 1930 e um conselho educacional em 1936; as responsabilidades desse novo governo municipal incluíam a supervisão e limpeza do *souq* (mercado), o registro de terrenos e construções residenciais, a oferta de serviços de saúde e diversos serviços sociais e o início da formulação de uma política de zoneamento urbano. O conselho educacional tomou as

¹⁷⁵ Ver INDIA Office. Political Agent, Kuwait to Political Resident, Persian Gulf. In: _____. *Kuwait Miscellaneous V*. Londres: India Office, 1938, p. 93.

¹⁷⁶ Ver AL-HIJJI, Yakub Yusuf. *Kuwait and the sea: a brief economic history*. Londres: Arabian Publishing, 2010, p. 62-65.

¹⁷⁷ Ver CRYSTAL, Jill. *Oil and politics in the Gulf: rulers and merchants in Kuwait and Qatar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 46-47.

rédeas da criação de novas escolas públicas, além da manutenção das escolas comunitárias sobreviventes. Apesar destas novas instituições estatais serem lideradas em princípio por membros da família Al Sabah, ambas eram administradas cotidianamente por membros das classes tradicionais de comerciantes; mas agora, em vez de serem financiadas por meio de doações dos mercadores, elas recebiam uma porção fixa dos impostos alfandegários arrecadados pela cidade – 2% para cada.

Logo após o estabelecimento da autoridade municipal, Ahmed introduziu novos impostos municipais sobre embarcações, lojas, açougues, veículos motorizados e imóveis, incluindo uma taxa sobre o comércio ambulante no mercado. Esses novos impostos não foram bem recebidos pelos mercadores e pela população em geral, que já sofriam com a recessão econômica.¹⁷⁸ Os comerciantes tentaram amenizar o descontentamento popular tomando para si a maior parte da carga tributária; eles requisitaram um aumento de meio ponto percentual no seu imposto sobre importações em 1931, em troca da abolição do imposto residencial para os kuwaitianos mais pobres.¹⁷⁹ A entrada dos *royalties* de petróleo não diminuiu a dependência dos serviços públicos kuwaitianos com os impostos, já que a receita proveniente do petróleo entrava diretamente nos bolsos de Ahmed, em vez de ser empregada na cidade. Assim, em 1936 houve novo pedido por parte dos mercantes em aumentar seu imposto alfandegário em 0.5% para endereçar mais recursos aos investimentos educacionais.¹⁸⁰

Esta falta de aversão dos comerciantes kuwaitianos a pagamentos crescentes de impostos vinha da noção de que as despesas públicas seriam mais organizadas se financiadas em tributos oficiais do que dependentes de doações individuais. No entanto, havia um crescente incômodo com a falta de aplicação do lucro vindo da exploração petrolífera nos serviços públicos e a aparente ausência de qualquer intenção de Ahmed em mudar esta situação. Em 1938, a renda total do soberano do Kuwait (proveniente de impostos, *royalties* e fontes privadas) era de 828.400 rúpias do Golfo, enquanto seus gastos somavam 156.440 rúpias; deste último número, apenas 2.000 rúpias eram direcionadas à educação (para além dos recursos próprios do Conselho), enquanto 119.540 rúpias eram repassadas a outros membros da família real. Subtraídas 10.000

¹⁷⁸ Ver AL-NAKIB, Farah. *Kuwait transformed*. Redwood: Stanford University Press, 2016, p. 33-34.

¹⁷⁹ Ver INDIA Office. Political Agent, Kuwait to Secretary to Political Agent, Bushehr. In: _____. *Kuwait Miscellaneous IV*. Londres: India Office, 1934, p. 124.

¹⁸⁰ Ver INDIA Office. Kuwait Intelligence Summary: April 16–30, 1936. In: _____. *Persian Gulf Diaries: Kuwait Intelligence Summaries, 1932-1936*. Londres: India Office: 1937, p. 472.

rúpias dedicadas à contingências diversas, o resto era direcionado para a residência e gastos pessoais do *shaykh*, incluindo 671.960 rúpias para sua poupança.¹⁸¹

Apesar de subsistir num magro orçamento annual de 45.000 rúpias, a autoridade municipal tornou-se muito ativa durante a década de 1930. Além de melhoramentos no saneamento público, foram realizadas reformas em diversas ruas e casas e a construção de um novo mercado pesqueiro e açougue. Ahmed não parecia se importar com estes avanços na administração municipal; ele nunca visitou o novo mercado pesqueiro, por exemplo.¹⁸² Quando a imprensa local reportou que uma estação de rádio italiana havia apresentado um programa demonstrando o desenvolvimento urbano e administrativo da cidade médio-oriental a partir do suposto papel de seu soberano, um grande ressentimento estourou na população local, especialmente entre os comerciantes, direcionado à Ahmed. Os elogios que ele recebeu no rádio foram respondidos por pichações pela cidade criticando a corrupção do *shaykh* e clamando por reformas.¹⁸³ Circulavam rumores de que Ahmed teria se comunicado diretamente com a rádio italiana, tomando para si o crédito sobre o desenvolvimento da cidade quando, de fato, ele não teria contribuído significativamente com financiamento ou apoio aos órgãos municipais e ao Conselho Educacional.¹⁸⁴

As demandas por reformas que emergiram após este escândalo levaram ao Movimento Parlamentarista de 1938 – o mesmo ano em que petróleo foi descoberto em quantidades comercialmente viáveis no país. A classe mercantil percebeu que os lucros provenientes do petróleo poderiam retirar dela o seu papel central de prover renda aos serviços estatais – e portanto, seu poder. Uma petição foi enviada ao *shaykh*, requisitando a criação de um conselho eleito para lhes garantir acesso formal aos processos políticos decisórios no país, sugestão aceita por Ahmed.¹⁸⁵ Em julho de 1938, um eleitorado composto pelos chefes das 150 famílias mais influentes do reino elegeram uma assembleia legislativa de 14 membros, todos provenientes de famílias mercantes ou religiosas de destaque na Cidade do Kuwait, sob a presidência de Abdullah al-Salim (primo e rival familiar de Ahmed). Uma das principais queixas do *Majlis* (Assembleia) era a falta de aplicação de qualquer parte da nova riqueza de Ahmed nos serviços públicos. Eles queriam melhores escolas públicas para todos os segmentos da sociedade,

¹⁸¹ Ver INDIA Office. *Administration of Kuwait*. Londres: India Office, 1938, p. 46.

¹⁸² Ibidem, p. 89.

¹⁸³ Ver AL-NAKIB (2016), p. 36.

¹⁸⁴ Ver INDIA Office. *Kuwait Intelligence Summary: January 16–31, 1938*. In: _____. *Kuwait Political Intelligence II*. Londres: India Office: 1939, p. 35.

¹⁸⁵ Ver AL-NAKIB (2016), p. 37.

além da construção de um hospital público. Para financiar estes investimentos, o *Majlis* requisitou a Ahmed que lhe repassasse, na íntegra, a próxima parcela de *royalties*; o *shaykh* respondeu com a dissolução da assembleia em dezembro do mesmo ano. Como o Residente Político britânico à época Trenchard Craven William Fowle anunciou, o equilíbrio de poder entre coroa e conselho havia se reajustado em favor do primeiro.¹⁸⁶

O fracasso do Movimento Parlamentarista de 1938 no Kuwait significou o fim do pacto social histórico entre mercadores e soberanos no país. Os lucros do petróleo tornaram a família real independente. Anteriormente, membros da família Al Sabah não eram permitidos a tomar grande espaço na administração pública, mantendo uma imagem pública caracterizada pela discrição; ao final da década de 1930, todos os novos departamentos públicos, responsáveis pela segurança pública, tesouraria, polícia, arsenal e porto, estavam sob a liderança direta e ativa de algum membro de sua família. O município e o Conselho Educacional também estavam sob a presidência de algum Al Sabah, mesmo que continuassem a ser financiados por impostos alfandegários e doações em vez de *royalties* provenientes do petróleo.¹⁸⁷

Ao longo da década de 1940, os diplomatas britânicos presentes no país continuaram a aconselhar o *shaykh* a investir sua fortuna em gastos públicos, de forma a amenizar qualquer sublevação social e garantir o crescimento da indústria petroleira no local – além da proteção de seus próprios interesses. Outro Residente Político britânico, Charles Geoffrey Prior, escreveu:

Quando um soberano chega ao ponto de disfrutar de vastos *royalties*, o Estado deve emergir da posição de sua propriedade privada; e a única maneira pela qual ele comandará a confiança do público é pelo estabelecimento de alguma forma de orçamento, para que o público saiba, mesmo que de forma pouco observável, que está participando de um acordo honrado.¹⁸⁸

Ahmed nunca seguiu este conselho, mesmo após o crescimento acelerado da indústria petrolífera em seu país em fins dos anos 1940. O uso dos lucros provenientes do petróleo para o financiamento de um Estado de bem-estar social no Kuwait veio apenas após a morte de Ahmed em 1950 e a consequente ascensão ao trono de seu primo e rival Abdullah.

¹⁸⁶ Ver INDIA Office. Political Resident, Bushehr to Secretary of State for India. In: _____. *Kuwait Miscellaneous V*. Londres: India Office, 1938, p. 268.

¹⁸⁷ Ver AL-NAKIB (2016), p. 92-93.

¹⁸⁸ Ver INDIA Office. Political Resident, Bushehr to Political Agent, Kuwait. In: _____. *Kuwait Education, 1936-1940*. Londres: India Office, 1940, p. 205. Tradução livre.

Passemos ao caso do Catar. No começo do século XX, o Catar se resumia a um pequeno conjunto de vilas pobres, dependentes do extrativismo de pérolas e da pesca. Em 1907, sua população de cerca de 27.000 indivíduos era predominantemente nômade, dividindo-se em 25 clãs principais, concentrados em torno de Doha e Wakra. A população era majoritariamente sunita, com a exceção de cerca de 950 xiitas, em grande parte trabalhando como construtores de barcos; não haviam súditos britânicos residentes.¹⁸⁹ A população era extremamente móvel; até mesmo os clãs teoricamente sedentários se realocavam com consistência. Muitas destas tribos tinham conexões e braços em outros países do Golfo Pérsico. Uma consequência destes movimentos migratórios frequentes é uma das principais clivagens sociais ainda presentes no Catar contemporâneo: a identificação entre membros dos clãs beduínos “autóctones” e descendentes de árabes emigrados do Irã. Outra consequência desta estrutura social era uma limitação ao poder dos soberanos: membros de clãs com conexões no exterior poderiam simplesmente sair do país, e ocasionalmente o faziam.

A economia do país estava baseada na coleta, preparo e venda das pérolas. A agricultura em escala comercial era impossível, com até plantações de tamareiras – árvores bem adaptadas a climas áridos – ocupando espaços bem limitados. Os recursos magros presentes no Catar em 1907, contabilizados por agentes britânicos, incluíam pouco mais de 1.400 camelos, cerca de 250 cavalos e 817 barcos para a busca de pérolas.¹⁹⁰ Esses barcos empregavam 12.890 homens, a maior parte da população masculina. Dez anos mais tarde, o escritório do Almirantado Britânico escrevia:

A principal ocupação em El-Qatar [sic] é a coleta de pérolas, suplementada em algumas localidades pela criação de camelos. Os interesses da península são essencialmente marítimos; os homens vivem junto ao mar e, por muitos meses por ano, sobre ele; as cidades e vilas dão as costas, por assim dizer, à terra árida. Há pouquíssima agricultura, e os bosques de tamareiras aparentemente se confinam em uma dúzia de vilas e lugarejos. [...] Pouco gado está sob posse dos habitantes sedentários, mas os beduínos possuem uma quantidade similar à de outras tribos nômades. A construção de barcos é feita por carpinteiros vindos do Bahrein e da Pérsia, e o esparso comércio exterior é realizado com o Bahrein [...] e com Lingeh na costa persa. Pérolas formam virtualmente todas as exportações, porém até tempos recentes [...] o tráfico de armas provia lucrativas re-exportações.¹⁹¹

¹⁸⁹ Ver LORIMER, John Gordon. *Gazetteer of the Persian Gulf, Oman and Central Arabia*. Westmead: Gregg International, 1970, p. 1531.

¹⁹⁰ Ver LORIMER (1970), p. 1533.

¹⁹¹ Ver DEPARTMENT of Admiralty. *A handbook of Arabia*. Londres: Naval Intelligence Division, 1917, p. 328. Tradução livre.

Para arrecadar recursos, os *shaykhs* cobravam impostos dos pescadores de pérolas. Durante o ano de 1907, os barcos de Doha e Wakra pagaram quatro táleres de Maria Teresa – uma moeda de prata originalmente cunhada pelos Habsburgos austríacos, empregada frequentemente no comércio do Índico até a 2ª Guerra Mundial – para cada marinheiro, mergulhador e capitão; o *shaykh* de Wakra coletou 3400 táleres, enquanto o *shaykh* de Doha, Jassim ibn Muhammad, arrecadou 8400 táleres. Alguns clãs eram isentos de tributação, como membros da família Al Thani, ao qual o *shaykh* de Doha pertencia. Alguns portos menores não tinham um imposto fixo estabelecido, mas ainda tinham despesas com a contratação de guerreiros beduínos para guardar as vilas enquanto a maioria dos homens estava no mar.¹⁹² Além dos impostos sobre a pesca de pérolas e uma taxa alfandegária que flutuava entre 4 a 7%, o *shaykh* de Doha obtinha lucros provenientes de investimentos pessoais na indústria de pérolas. Harold Richard Patrick Dickson, que ocupou diversos postos do *Foreign Office* britânico no Oriente Médio – incluindo o de Agente Político no Bahrein e no Kuwait – descreveu o poder de Abdullah ibn Jassim (filho e sucessor de Jassim) na década de 1930 como “derivado da fortuna acumulada por seu pai e avô por meio das pérolas e do comércio”.¹⁹³ Como os impostos alfandegários não conseguiam cobrir as despesas estatais (mesmo estas sendo relativamente pequenas), os investimentos pessoais do *shaykh* tinham tanta importância quanto a renda proveniente de tributação.¹⁹⁴

Um atributo notável da economia catariana, comparada ao Kuwait, era a fraqueza de seu setor comercial. Um entreposto comercial ou feitoria permanente nunca foi estabelecido no Catar, devido ao seu pequeno tamanho e a sua distância das principais rotas mercantis terrestres. Assim, mesmo que o Catar tivesse sua cota de mercadores, o país nunca desenvolveu uma classe mercantil forte; a família real detinha uma presença muito maior no setor do qualquer outro clã ou tribo, e as grandes famílias de comerciantes de Dubai ou do próprio Kuwait eram virtualmente desconhecidas ali. Outro fator conectado à fraqueza da agricultura e comércio locais era a ausência de um proletariado livre, organizado e identificado como tal, pelo menos antes do desenvolvimento da indústria petrolífera no país. Os mergulhadores catarianos, ao contrário dos mergulhadores em outros portos da região, não trabalhavam simultaneamente como marinheiros, e voltavam à pesca ou agricultura de subsistência

¹⁹² Ver LORIMER (1970), p. 2288.

¹⁹³ Ver WILLIAMSON (1930), p. 230.

¹⁹⁴ Ver AL-UTHMAN, Nasir. *With their bare hands: the story of the oil industry in Qatar*. Boston: Addison-Wesley Longman, 1984, p. 23.

quando a temporada principal de extração de pérolas acabava. Outros eram escravizados, e retornavam imediatamente para as casas de seus mestres ao saírem dos barcos. Não haviam naquela sociedade grupos organizados economicamente com identidade ou poder autônomos para desafiar a família real. Como os trabalhadores não eram tão dependentes dos comerciantes como suas contrapartes kuwaitianas ou iranianas, os mercadores catarianos não tinham controle significativo sobre sua própria força de trabalho.¹⁹⁵

A fraqueza da classe mercantil, por sua vez, limitava a dependência do próprio soberano sobre a (reduzida) capacidade deles de extrair lucros da população local. Esta economia reforçava uma estrutura social fluida, incapaz de gerar instituições políticas duradouras à exceção da própria família real. Pouco tempo antes da descoberta do petróleo no país, o Catar tinha poucas estruturas políticas institucionalizadas, algo reforçado pela sua posição na geopolítica regional. Havia tensionamentos constantes com o Bahrein (que, de tempos em tempos, reivindicava partes da península catariana para si) e com o Sultanato do Nejd (que comandava a vassalagem de alguns clãs da região), além da memória fresca das tentativas otomanas de ocupar o país e da presença crescente de comerciantes e enviados políticos britânicos nas águas e territórios ao seu redor. Todas estas intervenções, bem-sucedidas ou não, enfraqueciam continuamente as autoridades locais.¹⁹⁶

No período Entre-Guerras, três processos transformaram a economia e a sociedade catarianas, levando à consolidação e extensão do poder dos Al Thani: as alterações na geopolítica global pós-Grande Guerra, o já mencionado colapso da indústria das pérolas no Golfo e a descoberta de petróleo. Após a conquista do importante oásis de Al-Ahsa por tropas sauditas em 1913, os otomanos abandonaram quaisquer intenções de soberania sobre o Catar; assim, os britânicos poderiam tentar inserir o país em seu sistema trucional já vigente nos chefados que tornariam-se os Emirados Árabes Unidos. Em julho do mesmo ano, o *shaykh* Jassim faleceu, com seu filho Abdullah ascendendo ao trono em meio a contestações de seus muitos irmãos e primos; até a morte de seu pai, nenhum de seus parentes havia o reconhecido como herdeiro ao governo de Doha. Sem a presença dos otomanos, o clã Al Su'ud (a família real saudita) tornaram-se a grande potência regional; os desafetos de Abdullah dentro e fora de sua família voltaram-se aos sauditas para obter maiores garantias de seu poder.

¹⁹⁵ Ver CRYSTAL (1995), p. 114.

¹⁹⁶ Ver CRYSTAL (1995), p. 115.

Necessitando também de aliados estrangeiros, Abdullah buscou assistência com a Grã-Bretanha, ainda que de forma relutante. O Reino Unido buscava ansiosamente consolidar sua influência no vácuo de poder deixado pelo Império Otomano na região, e em novembro de 1916, agentes britânicos assinaram um tratado com Abdullah.¹⁹⁷

Este tratado trouxe o Catar ao sistema trucional, estabelecendo regulamentos para a presença britânica. Abdullah comprometeu-se em suprimir a escravidão, a pirataria e o tráfico de armas, além de manter alguma presença naval militar. Ele também concordou em não estabelecer relações diplomáticas oficiais, conceder terras ou abrir licitações para a exploração de perólas ou qualquer outro bem comercial sem o devido consentimento britânico, além de não cobrar impostos alfandegários maiores dos britânicos do que os pagos pelos comerciantes catarianos. O *shaykh* também aceitaria a presença de um Agente Político britânico, além de uma sede local de correios (*General Post Office*) e telégrafos (*Electric Telegraph Company*). Em troca, Abdullah exigiu proteção naval e terrestre (seja por intervenção militar ou diplomática em seu favor) e a importação de armas novas. O Reino Unido deveria limitar a ingerência bareinita e saudita sobre suas terras, além de prover apoio a sua sucessão; para ajudá-lo neste último item, Abdullah pediu que os britânicos lhe permitissem ser gradual com o processo de abolição da escravidão.¹⁹⁸

Abdullah esperava que o Tratado de 1916 lhe garantisse poder interno. Escrevendo em 1921 ao Agente Político britânico sobre a possibilidade de apoio britânico contra um possível ataque saudita, especialmente um auxiliado por rebeliões internas, o *shaykh* recebeu garantia de ajuda; mas esta ajuda nunca se materializou, e alguns de seus parentes descontentes correspondiam-se diretamente com Abdulaziz ibn Su'ud (sultão do Nejd e futuro primeiro rei da Arábia Saudita) sobre disputas internas. Cansado de respostas vagas e hesitantes dos diplomatas britânicos, Abdullah negociou discretamente o pagamento de um tributo anual de 100.000 rúpias do Golfo a Ibn Su'ud.¹⁹⁹

Um entendimento foi alcançado entre as partes relevantes apenas a partir das negociações relevantes às concessões para a exploração petrolífera. A descoberta de petróleo em território catariano renovou o interesse britânico na região, e a recessão econômica e a insubordinação de seus parentes levaram Abdullah a ser prestativo

¹⁹⁷ Ver ZAHLAN, Rosemarie. *The creation of Qatar*. Londres: Croom Helm, 1989, p. 144-147.

¹⁹⁸ Ver ZAHLAN (1989), p. 147.

¹⁹⁹ Ver ZAHLAN (1989), p. 152.

durante as negociações. A pedido dos britânicos, o *shaykh* concedeu uma licença para a exploração petrolífera à *D'Arcy Exploration Company*, subsidiária da APOC, no ano de 1926. Na década seguinte, o interesse britânico se aprofundou com a aquisição por parte dos Estados Unidos de uma concessão petrolífera na vizinha Arábia Saudita; mas não havia ainda garantia da existência de petróleo em quantidades comercialmente viáveis na região, e os oficiais britânicos temiam iniciar uma guerra comercial com sauditas e estadunidenses na região.²⁰⁰

Negociações para uma licitação de longo prazo começaram em 1933. Abdullah insistiu, durante o processo, em atrelar qualquer concessão a garantias de proteção. No ano seguinte, a primeira oferta concreta de proteção britânica veio:

O Governo de Sua Majestade está preparado para enviar ao Shaikh [sic] uma garantia a respeito de agressões terrestres não provocadas em retorno a uma outorga, por ele, de uma Concessão Petrolífera para a *Anglo-Persian Oil Company* [...] mas anseia por limitá-la a grandes agressões, a exemplo de um ataque não-provocado por um Soberano de um Estado vizinho ou grandes saques por Beduínos.²⁰¹

Assim, um acordo foi assinado em maio de 1935. A licitação garantia à APOC o monopólio da exploração de petróleo no Catar por setenta e cinco anos, em troca de um pagamento anual de 150.000 rúpias do Golfo ao soberano, além do pagamento de uma entrada na soma de 400.000 rúpias.²⁰² O pagamento anual correspondia a quase todas as despesas anuais do trono somadas, e a entrada era equivalente a cerca de metade da receita anual do Estado catariano em um bom ano fiscal. No mês seguinte foi fundada a *Petroleum Development Qatar Limited* (PDQL), antecessora da *Qatar Petroleum Company* (QPC), atual *QatarEnergy*. Abdullah requisitou também a compra de veículos militares modernos, um pedido negado pelos britânicos; no entanto, o Reino Unido publicamente apoiou o *shaykh* em suas disputas internas, reconhecendo seu filho Hamad como legítimo herdeiro após a assinatura, por parte deste, do Tratado de 1916. A Grã-Bretanha pediu jurisdição sobre os súditos catarianos não-muçulmanos, uma requisição prontamente negada por Abdullah.²⁰³

²⁰⁰ Ver AL-UTHMAN (1984), p. 43.

²⁰¹ Ver INDIA Office. Secretary of State for India, London to Government of India, New Delhi. In: _____. *Political Agency, Bahrain: 1900-1947*. Londres: India Office, 1948, p. 124. Tradução livre.

²⁰² Ver INDIA Office. Qatar oil concession. In: _____. *Political Agency, Bahrain: 1900-1947*. Londres: India Office, 1948, p. 52-60.

²⁰³ Ver INDIA Office. Fowle, Political Resident, to Shaikh Abdalla. In: _____. *Political Agency, Bahrain: 1900-1947*. Londres: India Office, 1948, p. 20.

No entanto, a sorte de Abdullah rapidamente mudou. Uma disputa antiga com o Bahrein sobre a jurisprudência sobre a antiga cidade de Zubarah (construída pelos Al Khalifah – casa real bareiniana – no século XVIII e subsequente abandonada em favor do arquipélago vizinho) e seus habitantes principais – o clã Na'im – foi reacendida. Após a ocupação do arruinado forte e da vila adjacente, o Bahrein respondeu com um embargo comercial contra seu vizinho. Este embargo, combinado com a queda da arrecadação de impostos das vilas lideradas por parentes insatisfeitos de Abdullah e com o colapso do mercado de pérolas do Golfo devido ao sucesso das pérolas japonesas cultivadas, foi desastroso. Mesmo após a descoberta de grandes quantidades de petróleo em 1939, o estouro da 2ª Guerra Mundial preveniu sua exploração; em 1942, as operações petroleiras foram suspensas. Durante o hiato da exploração, o *shaykh* recebeu 300.000 rúpias por ano; pouco dinheiro para pagar seus empregados e quitar suas dívidas; o soberano hipotecou sua própria casa para conseguir crédito e efetuar seus pagamentos.²⁰⁴ Um oficial britânico escreveu:

A disputa por Zubara parece ter acelerado a ruína e o despovoamento da ponta norte da península, na qual o declínio da indústria de pérolas já começou e as vilas de al-Fuwairat e al-Ghariya, outrora habitadas, como os pequenos lugarejos da área [...] estão agora quase desertas e em ruínas.²⁰⁵

Muitos catarianos se mudaram para o Bahrein e para o oásis de al-Ahsa na Arábia Saudita, despovoando progressivamente o país; a população total de cerca de 27.000 indivíduos ao início do século caiu para cerca de 16.000 em 1949.²⁰⁶ O Residente Político britânico no Golfo ao fim da década de 1940, Sir William Rupert Hay, descreveu Doha como:

[...] pouco mais que uma vila pesqueira miserável, dispersa por várias milhas da costa e com mais da metade em ruínas. O *suq* consistia de cabanas estropiadas e infestadas de moscas, as estradas eram caminhos empoeirados, não havia eletricidade, e as pessoas tinham que buscar água em peles e latas de poços a duas ou três milhas de distância da cidade.²⁰⁷

²⁰⁴ Ver ZAHLAN (1989), p. 154.

²⁰⁵ Ver FOREIGN Office. Wilton, Political Officer, Doha, to Pelly, Political Agent, Bahrain. In: _____. *Persian Gulf: correspondence and papers*. Londres: Foreign Office, 1955, p. 10. Tradução livre.

²⁰⁶ Ver LORIMER (1970), p. 1532.

²⁰⁷ Ver HAY, William Rupert. *The Persian Gulf states*. Washington: Middle East Institute, 1959, p. 110. Tradução livre.

As poucas famílias mercantes foram severamente afetadas, e a subsequente imigração de muitas delas apagou os últimos traços de uma comunidade de comerciantes locais. A família real, no entanto, sobreviveu; este êxodo de mercadores deixou os Al Thani como os principais agentes econômicos quando a indústria petrolífera retomou a produção no local no ano de 1947. Dois anos mais tarde, as primeiras levadas de petróleo catariense adentraram o mercado internacional, com a produção subsequente aumentando, junto com os lucros. Com a escalada das receitas, novos acordos foram traçados entre Abdullah e a PDQL, buscando aumentar a fatia de pagamentos para o governo catariense.²⁰⁸

A exploração de petróleo em alto-mar foi um capítulo a parte. Antes de sua (segunda) abdicação em 1949, Abdullah abriu uma concessão exploratória para a estadunidense *Superior Oil Company* (futuramente adquirida pela *Mobil*, uma das antecessoras da atual gigante *ExxonMobil*). Essa concessão levou a uma crise entre o *shaykh* e a PDQL, que via a nova licitação como uma violação dos termos de sua própria concessão, mas a *Superior Oil* prevaleceu nas disputas judiciais subsequentes. Três anos mais tarde, a empresa norte-americana vendeu a sua concessão para a anglo-neerlandesa *Royal Dutch/Shell*, cujas operações na região foram marcadas por diversos problemas e acidentes, apenas obtendo sucesso em encontrar petróleo em grandes quantidades em 1960.²⁰⁹

A escala de operações da PDQL era modesta em comparação ao Irã e ao Kuwait. Em um primeiro momento, a empresa manteve distância dos *shaykhs*, até mesmo física; os principais escritórios da empresa estavam localizados próximos as operações de extração em Dukhan, na costa ocidental (oposta a Doha) e ao porto e refinaria de Musay'id, ao sul da capital. O porta-voz da companhia não residia em Doha e não mantinha comunicação constante com o *shaykh* ou até mesmo com os trabalhadores locais da companhia. Obviamente, confrontos e ressentimentos entre a PDQL, o soberano e os funcionários da empresa se formaram; cada novo acordo comercial era negociado a duras penas, e a companhia tinha que lidar com greves anuais a partir da década de 1950.²¹⁰

²⁰⁸ Ver CRYSTAL (1995), p. 119.

²⁰⁹ Ver YERGIN (1993), p. 300-302.

²¹⁰ Idem, p. 294-297.

Para a população local, fossem Al Thanis ou cidadãos comuns, o petróleo – e, especialmente, a renda proveniente de sua exploração – eram agora uma bênção. A indústria petrolífera rapidamente transformou o país:

Grandes investimentos deveriam ser feitos antes que a primeira gota de petróleo comercial pudesse ser produzida no Catar. Praticamente tudo, incluindo trabalho e água suficientemente potável, teve que ser importada. Um cais para descarregamentos, o primeiro desta parte da Arábia, foi construído em Zekrit... e cerca de cem mil toneladas de carga passaram por aquele cais antes que a produção comercial de petróleo pudesse começar em 1949.²¹¹

Como no Kuwait, a indústria petroleira rapidamente engoliu qualquer atividade econômica pré-existente; o ano de 1955 foi o primeiro da história do Catar em que nenhum navio comercial zarpou em busca de pérolas. A única atividade econômica sobrevivente com alguma expressão fora do setor petroleiro era um modesto comércio terrestre com a Arábia Saudita. A maioria dos trabalhadores estava agora concentrada em Dukhan e Musay'id, grande parte deles retornando para suas casas (novas ou não) em Doha e seus arredores aos fins de semana.

Uma das principais transformações que as atividades da PDQL trouxe foi a enxurrada de dinheiro. Uma parte foi injetada diretamente na economia popular através da geração de empregos, que levou a sedentarização progressiva dos trabalhadores catarianos; mas a maior parte foi diretamente para as mãos da coroa. Essa riqueza recém-descoberta renovou as disputas políticas internas no país. A forma de governar de Abdullah era personalista e autocrática, com o poder político cuidadosamente distribuídos aos membros favoritos de sua corte e aos poucos comerciantes de prestígio restantes, excluindo grande parte de sua família – e da população do país – dos processos decisórios. Uma das poucas exceções a esta política de exclusão foi a inclusão de seu segundo filho, Hamad, em quase todas as decisões importantes, até que, em 1940, Abdullah abdicou em favor dele; no entanto, Hamad sofria de graves problemas de saúde, e seu pai continuava a exercer *de facto* a suprema autoridade política.²¹²

Em maio de 1948, Hamad faleceu; sua morte provocou uma rápida deterioração política e crise sucessória. Os dois candidatos mais fortes ao trono eram o preterido primogênito 'Ali e o ainda adolescente Khalifah, este sendo o favorito dos desafetos de

²¹¹ Ver MELAMID, Alexander. Political geography of Trucial Oman and Qatar. *Geographical Review*, Nova Iorque, v. 43, n. 2, abr. 1953, p. 202. Tradução livre.

²¹² Ver CRYSTAL (1995), p. 120.

Abdullah. Buscando uma solução pacificadora, Abdullah determinou que ‘Ali seria seu sucessor, e este seria sucedido não por um de seus filhos, mas por Khalifah, uma decisão confirmada por uma carta de ‘Ali. Em novembro do mesmo ano, Abdullah conseguiu o consentimento formal dos membros mais notáveis de seu clã, mas outras demandas deles foram apensadas à questão sucessória. A atividade petroleira no país trouxe, junto à crescente urbanização, proletarização e monetarização, uma inflação que multiplicou o custo de vida; e com ela vieram expectativas de redistribuição dos lucros por parte de seus parentes. Em julho de 1949, o primeiro pagamento de *royalties* pela exploração de petróleo em alto-mar; no mês seguinte, muitos membros do clã Al Thani requisitaram aumentos em seus orçamentos pessoais. Quando as petições não obtiveram resposta, alguns compraram armas dos sauditas e ameaçaram iniciar uma rebelião; ‘Ali e Abdullah, novamente, se viram forçados a apelar para o Reino Unido.²¹³

Em contraste com o Kuwait, onde um padrão relativamente estável de sucessões foi estabelecido na virada para o século XX – e onde a Grã-Bretanha mantinha uma presença discreta desde que não houvessem conflitos navais –, o Catar assistiu o papel dos britânicos em sua política interna ascender ao ponto de serem garantidores da sucessão real. A atividade petroleira na região servia como desestabilizadora neste âmbito, com um dos Agentes Políticos britânicos no Bahrein, Herbert George Jakins, notando que seria do interesse britânico estabilizar a situação política catariana antes que uma quantidade cada vez maior de dinheiro entrasse no país.²¹⁴

A reação britânica, desta vez, foi rápida e decisiva. Em agosto, um emissário do Residente Político Sir William Rupert Hay visitou o Catar, constatando a veracidade das ameaças dos parentes do *shaykh* ao trono, e que Abdullah havia concordado em aumentar os repasses de verbas.²¹⁵ Jakins recebeu, através de executivos da PDQL, uma carta do *shaykh* clamando por ajuda, e chegava ao Catar poucos dias depois, encontrando Abdullah desesperado para abdicar em favor de ‘Ali com proteção britânica. Em troca do reconhecimento britânico da sucessão de ‘Ali, Jakins requisitou que o governo catariano ativasse as provisões suspensas do Tratado de 1916, que determinavam a supressão da escravidão e o estabelecimento permanente de Agentes Políticos do *Foreign Office* no território do Catar, pedido prontamente atendido por

²¹³ Ver FOREIGN Office. Notes on the Qatar ruling family. In: _____. *Persian Gulf: correspondence and papers*. Londres: Foreign Office, 1955, p. 56.

²¹⁴ Ver AL-UTHMAN (1984), p. 57.

²¹⁵ Ver ZAHLAN (1989), p. 159-160.

Abdullah.²¹⁶ Ao final do mês, o *shaykh* abdicou pela segunda e última vez, informando as autoridades britânicas:

Tendo alcançado uma idade na qual não posso suportar o fardo de governar, desejo abdicar em favor de meu filho Ali bin Abdullah, previamente reconhecido como herdeiro aparente nos termos das cartas trocada entre mim e Vossa Excelência por meio desta conexão e nas quais obtive a aprovação do Governo Britânico em sua pessoa. Eu, portanto, declaro que abdiquei de fato e que retiro todas as responsabilidades e obrigações de meus ombros, não sendo então responsável por mais nada. Eu atribuo o governo ao meu filho Ali. Que isto seja de conhecimento de Vossa Excelência.²¹⁷

Após o estabelecimento destes acordos, Jakins requisitou ao trono que juntasse os membros mais notáveis de sua família – cerca de cinquenta pessoas – em seu palácio para assistirem a uma leitura da carta de abdicação; no mesmo dia, uma cerimônia pública foi realizada no porto de Doha, assistida pelos mesmos nobres, além de mercadores, executivos da PDQL, oficiais do Residente Político e uma pequena multidão de trabalhadores, que ouviram a mesma carta de Abdullah, uma carta de aceite do trono redigida por ‘Ali e uma congratulação de Jakins, ladeado por marinheiros da chalupa canhoneira *HMS Flamingo*. Após a leitura de seu texto, Jakins anunciou ao público que a Grã-Bretanha apontaria um Agente Político e uma pequena tropa de marinheiros residentes no Catar; uma salva de tiros do *HMS Flamingo* concluiu a cerimônia, com a intenção de intimidar os oponentes de ‘Ali e impressionar o público geral.²¹⁸

Abdullah conseguiu, simultaneamente, garantir a posição de seu sucessor e livrar-se das responsabilidades com seus parentes; o preço cobrado pelos britânicos foi a ativação completa do Tratado de 1916; nos anos que se seguiram, a escravidão foi abolida e a presença britânica na península se fortaleceu. Contudo, a posição do novo *shaykh* era ainda mais dependente da influência do Reino Unido na região, que cobrou controles fiscais e políticos progressivamente maiores sobre o país.

O petróleo teve consequências imediatas e radicais na base da estrutura social do Catar; em pouco tempo, a atividade petroleira transformou mergulhadores

²¹⁶ Idem, p. 160.

²¹⁷ Ver FOREIGN Office. Abdication of Shaikh Abdullah bin Qasim al Thani and accession of Sheikh Ali bin Abdullah. In: _____. *Persian Gulf: correspondence and papers*. Londres: Foreign Office, 1955, p. 78. Tradução livre.

²¹⁸ Ver FOREIGN Office. Disturbances in Qatar; Abdication of the Shaikh. In: _____. *Political Departments: General Correspondence from 1906 to 1966*. Londres: Foreign Office, 1967, p. 118.

desempregados e escravizados em trabalhadores urbanos, posteriormente em uma classe trabalhadora e finalmente em um proletariado com identidade nacional. Essa nova identidade foi o resultado das políticas das empresas petroleiras e de uma força de trabalho desacostumada a este tipo de serviço.

No Catar, a massa de trabalhadores podia ser dividida entre estrangeiros e locais. Os estrangeiros eram majoritariamente árabes provenientes de outras áreas do Golfo Pérsico, além de um número significativo de indianos e britânicos para trabalharem em posições intermediárias e superiores – de forma similar à APOC em Abadan. Os catarianos vinham do trabalho escravo ou eram homens livres, muitos destes ou nômades ou provenientes do extrativismo de pérolas.

Os trabalhadores locais, livres ou cativos, compartilhavam a característica de não serem acostumados ao trabalho assalariado. Do ponto de vista da PDQL, este fato produzia uma tendência nesses trabalhadores a entrarem em greve. No ambiente de trabalho, estes grupos desenvolveriam interesses semelhantes e encontrariam causas em comum contra as políticas da empresa e contra os trabalhadores estrangeiros. Neste tipo de identidade nacional, receberam apoio dos catarianos ricos que – em nome de seus interesses econômicos enquanto adjudicatários ou senhores de escravos – desejavam que os trabalhadores locais recebessem um melhor tratamento pela companhia; até o *shaykh* apoiaria sublevações trabalhistas ocasionalmente para pressionar a PDQL nas eventuais revisões dos contratos de concessão. Esta aliança em formação se tornou uma grande ameaça para o Reino Unido que, aumentando a pressão abolicionista, forçou ‘Ali a abolir a escravidão – e tentar reconstruir pontes entre o trono e os catarianos mais empobrecidos.²¹⁹

Como já citado, os primeiros trabalhadores da indústria petroleira no país vieram do extrativismo de pérolas; na década de 1950, a *Royal Dutch/Shell* empregou mergulhadores na construção de plataformas em alto-mar. Esta transição do trabalho com pérolas para o trabalho com petróleo foi mediada pelo Estado no Kuwait, enquanto no Catar, os trabalhadores tomaram este esforço para si; isto foi facilitado pela proporção relativamente baixa de mergulhadores livres catarianos – que formavam a maioria dos trabalhadores locais – que estavam endividados quando da chegada da indústria petroleira ao país, em comparação com os mergulhadores de outras áreas do Golfo, que possuíam menos independência financeira.²²⁰ Eles tinham um histórico de

²¹⁹ Ver MOOREHEAD, John. *In defiance of the elements*. Londres: Quartet, 1977, p. 89.

²²⁰ Ver HAY (1959), p. 114-115.

resistência a práticas trabalhistas que considerassem injustas, em muito ajudados por suas conexões com os clãs beduínos e pela fraqueza da classe mercantil imediatamente acima deles.

A situação dos trabalhadores escravizados também os permitia juntarem-se aos movimentos grevistas, já que não estariam em perigo de perderem trabalho caso fossem demitidos e seus mestres teriam dinheiro a mais para embolsar caso uma greve por melhores condições de trabalho também lograsse obter melhores pagamentos para os empregados da companhia. Havia cerca de 3.000 escravos no Catar no início da década de 1950 e a PDQL utilizou parte dessa força de trabalho no começo de suas operações no país; no ano de 1949, 250 escravizados trabalharam para a empresa. Estes eram pagos diretamente, mas forçados por seus mestres a lhes repassar entre 80 a 95% de seus proveitos; com os protestos britânicos, dois anos mais tarde o *shaykh* decretaria que “apenas” 50% dos salários dos escravos poderiam ser apropriados por seus mestres.²²¹

Os trabalhadores catarianos, livres ou não, logo se voltariam contra a petroleira. As primeiras reivindicações relacionavam-se com salários, condições cotidianas de trabalho e possíveis bônus e benefícios diversos. À medida em que trabalhadores estrangeiros entravam para o rol de funcionários da PDQL, no entanto, os esforços se concentraram na divisão entre trabalhadores locais e expatriados. O primeiro ponto de disputa era a política de contratação: o acordo concessionário de 1935 exigia que a PDQL contratasse preferencialmente catarianos. A empresa conseguiu se esquivar desse requerimento explorando o fato de que a nacionalidade catariana podia ser comprada, nesta época, mediante pagamento de uma taxa relativamente barata; este fato, no entanto, apenas estimulou as discussões e o processo de definição e defesa de uma identidade coletiva por parte dos trabalhadores locais. Mesmo assim, a contratação de trabalhadores estrangeiros era uma necessidade, pois inicialmente havia poucos entre os locais capazes de ler e escrever, quanto mais versados em administração empresarial. Dois anos após o início de suas operações, a PDQL empregava 2.891 funcionários, dos quais 1.252 eram catarianos natos e 328 eram catarianos naturalizados; estes cerca de 43% de trabalhadores locais eram mais do que suficientes para organizar uma greve.²²²

²²¹ Ver FINNIE, David. *The desert enterprise: the Middle East oil industry in its local environment*. Cambridge: Harvard University Press, 1968, p. 104.

²²² Idem, p. 120.

Os primeiros sinais de descontentamento se mostraram a partir das primeiras remessas de petróleo para o exterior. Em fevereiro de 1950, discursos foram proferidos na abertura do porto de Musay'id, clamando por melhores pagamentos aos trabalhadores catarianos; no mês seguinte, uma paralisação de um dia foi realizada tanto em Dukhan como em Musay'id. A justificativa inicial foi a quebra da promessa da PDQL de entregar porções diárias de café para os trabalhadores, mas rumores de que mais indianos chegariam para substituir árabes e as expectativas crescentes de distribuição de riquezas como consequência de quantidades crescentes de petróleo serem extraídas rapidamente protagonizaram as demandas dos funcionários. As negociações contaram com a participação do próprio *shaykh* 'Ali e do Agente Político do *Foreign Office*.²²³

A próxima greve veio no ano seguinte, carregada de claros tons nacionalistas. Quando um grupo de trabalhadores provenientes da região de Dhofar, no Omã, receberam cidadania catariana para trabalhar para a empresa, cerca de novecentos funcionários de origem local cruzaram os braços, exigindo a deportação dos omanis. Quando os organizadores da greve foram detidos, empregados da empresa que estavam de folga na capital Doha se recusaram a voltar ao trabalho e várias lojas na capital, em Dukhan e Musay'id foram fechadas em solidariedade. Novamente, autoridades locais e britânicas investigaram o caso em conjunto; para a retomada do trabalho, os organizadores foram soltos para cumprir suas sentenças em regime aberto e os omanis foram deportados. A nascente colaboração entre as autoridades catarianas e os trabalhadores locais foi notada pelo Residente Político Hay, que sugeriu em uma carta a seus superiores que a presença de um navio militar britânico em Doha tornaria o *shaykh* menos leniente com os grevistas.²²⁴ Confirmando esta teoria, 'Ali e seu filho (e futuro sucessor) Ahmad continuariam a mediar conflitos entre a PDQL e os trabalhadores locais, consistentemente demonstrando uma tendência a conceder todas as demandas dos empregados catarianos – pelo menos até o mês de setembro de 1952, quando um novo acordo concessionário foi assinado pelas partes pertinentes e o *shaykh* não mais necessitava da pressão exercida pelos movimentos grevistas sobre a empresa.²²⁵

²²³ Ver AL-UTHMAN (1984), p. 117

²²⁴ Idem, p. 119.

²²⁵ Ver FOREIGN Office. Agreement between the Ruler of Qatar and Petroleum Development (Qatar) Ltd for sharing of profits of oil production. In: _____. *Political Departments: General Correspondence from 1906 to 1966*. Londres: Foreign Office, 1967, p. 124.

Assim, a aliança inicial entre as elites e os trabalhadores catarianos contra a empresa se formou e progressivamente desmoronou. Os benefícios políticos e econômicos que poderiam ser extraídos pelos Al Thani e mercadores do Catar de uma força de trabalho local ativa e organizada contra a PDQL produziram greves carregadas de tensão e marcaram um ponto de virada na formação da identidade nacional catariana contemporânea. No entanto, quando ela exauriu o seu papel político para o benefício do *shaykh* e parecia ganhar apoio entre mercadores e nobres dissidentes, os Al Thani retiraram seu apoio às greves. Em 1952, os escravos foram libertos mediante pagamento de indenizações de 1.500 rúpias por escravo para seus antigos mestres. A abolição da escravidão no Catar serviu o propósito quádruplo de apaziguar os britânicos, redistribuir renda aos trabalhadores libertos (que agora receberiam seus salários na íntegra) quebrar os vínculos – e portanto, qualquer aliança – entre trabalhadores escravizados e quaisquer nobres ou mercadores insatisfeitos com o trono e fazê-lo sem grandes protestos dos antigos mestres devido às indenizações.²²⁶ No entanto, a manumissão dos escravos no Catar não impediu a continuidade e o crescimento do movimento operário.

Outra origem das tensões com os trabalhadores da PDQL era a percepção pública de inflexibilidade e uma certa incompetência da empresa em lidar com os catarianos, fossem empregados ou membros do governo. Os executivos da companhia, ao contrário dos representantes da APOC no Irã, por exemplo, negavam-se a negociar quaisquer concessões de itens fora de seus contratos, resistiam à realização de gestos benevolentes de relações públicas e recusavam-se a construir qualquer estrutura comunitária como escolas – prática comum das outras petroleiras estrangeiras nas cidades médio-orientais em que se instalavam. O Residente Hay escreveu:

Eu não penso que a ideia da companhia, como me ocorreu [...], de que ela é uma espécie de poder soberano capaz de falar por cima do Soberano, é sábia ou prática [...]. Ainda há muito de uma atitude de “é pegar ou largar”. [...] Ele não responderá bem a isso [...], afinal de contas, o petróleo é dele.²²⁷

A atitude seca e não-prestativa da PDQL com o *shaykh* se manifestava até em assuntos e conflitos menores. Quando a maioria dos cozinheiros do palácio de Ahmad pediram demissão em 1954 e o herdeiro de ‘Ali pediu à empresa que emprestasse alguns de seus próprios cozinheiros por alguns dias, a companhia se negou; no ano seguinte,

²²⁶ Ver CRYSTAL (1995), p. 143.

²²⁷ Ver FOREIGN Office. Qatar Petroleum Company. In: _____. *Persian Gulf: correspondence and papers*. Londres: Foreign Office, 1955, p. 133. Tradução livre.

quando um motorista da empresa atropelou o *mu'izzin* (anunciador de orações) pessoal do *shaykh*, a companhia recusou o pedido de 'Ali pela sua demissão. A primeira greve no ano de 1950, anteriormente citada neste texto, foi causada pela desorganização logística da empresa que levou a um atraso de quase um mês na entrega de cotas de café para os funcionários; dois anos mais tarde, erros na formulação do calendário da companhia levaram os executivos a exigir que os empregados trabalhassem no feriado muçulmano de *'Id al-Fitr*, que marca o fim do mês do Ramadã, decisão veementemente protestada.²²⁸ Todas estas situações geraram conflitos intensos cujas resoluções necessitavam da intervenção constante de agentes governamentais, fossem Agentes Políticos do *Foreign Office*, representantes do governo catariano, ou o próprio *shaykh* e seus filhos.

Ao final da década de 1950, os problemas com o movimento operário foram arrefecendo. O governo catariano começou a tomar atitudes mais duras com trabalhadores grevistas, autorizando o não-pagamento por dias em greve. No ano de 1957, conselheiros políticos vindos do Líbano auxiliaram os burocratas catarianos a rascunhar leis trabalhistas; dois anos mais tarde, um departamento foi criado dentro do Estado catariano para lidar especificamente com conflitos envolvendo trabalhadores da indústria petrolífera. Eventualmente, um código trabalhista seria aprovado na década seguinte.²²⁹ A indústria petrolífera no Catar, portanto, está diretamente conectada não apenas a transformações urbanas, mas na criação de um Estado burocratizado contemporâneo no país e uma identidade nacional entre seus trabalhadores, que eventualmente seria compartilhada por membros de sua elite também.

Voltemos para a desenvolvimento do aparato burocrático estatal no Irã em conjunto com o desenvolvimento da indústria petrolífera no sudoeste daquele país. A ascensão da dinastia Pahlavi ao trono, potencializada pela atividade econômica da APOC, foi acompanhada de diversos impulsos políticos de “modernização” social; os ideólogos que davam substância à base política do governo do *shah* partilhavam uma visão e um projeto nacionalista laico obcecado com a ideia de desenvolvimento econômico e renascimento cultural, superando a dependência história da sociedade iraniana com a classe dos *bazaariyan* e as instituições islâmicas. Para estes nacionalistas iranianos, os países da Europa Ocidental eram modelos para o futuro; mas seus objetivos mais imediatos centravam-se em pequenas e graduais “atualizações” nos

²²⁸ Ver CRYSTAL (1995), p. 144-145.

²²⁹ Ver AL-UTHMAN (1984), p. 137.

campos da educação, logística, telecomunicações, saúde e infraestruturas burocrática e militar. No linguajar nacional-desenvolvimentista conhecido hoje, são os investimentos em “capital social”, considerados como pré-requisitos para um esforço holístico de desenvolvimento; a cena política iraniana da época não possuía esse modelo como referência, adotando-o como generalização e racionalização posterior ao início das transformações na estrutura governamental e econômica do país.²³⁰

Para tentar cumprir com suas metas imediatas, o novo governo Pahlavi contava com diversos fatores: o recebimento de grandes quantidades de dinheiro provenientes da indústria petrolífera, pagos diretamente ao Tesouro Nacional; a imposição e coleta de altas taxas alfandegárias e impostos especiais de consumo; e uma certa aprovação de intelectuais e burocratas.

O estabelecimento um banco nacional para o Irã era um antigo sonho nacionalista, e a nova dinastia não gastou muito tempo para realizá-lo. Assim foi fundado o Banco Nacional do Irã, com o apoio de diplomatas alemães. A este novo banco foi transferido o monopólio da emissão de notas e moedas, a serem completamente lastreadas em metais preciosos (principalmente prata); eventualmente, o lastreamento foi reduzido a 60%.²³¹ No entanto, a classe mercantil do Irã continuava a ser dependente dos *sarrafan* – a tradicional comunidade de ourives e cambistas do país – para suas necessidades financeiras. Essa relação entre comerciantes e *sarrafan* era antiga, bem-desenvolvida e carregada de confiança. Já o novo banco estatal provia uma experiência completamente desconhecida para muitos mercadores, e tanto os seus funcionários quanto o público a quem serviam não tinham muita familiaridade com o novo cotidiano dos serviços.²³²

Pode-se dizer que os *sarrafan* atrapalhavam a expansão comercial com a cobrança de altas taxas de juros e a constante restrição de crédito, mas o novo banco – e outros bancos privados que foram fundados nos anos seguintes – não conseguiam oferecer melhores serviços neste âmbito: também cobravam altos juros e eram seletivos com seus clientes, portanto também liberavam pouco crédito. Enquanto os *sarrafan* filtravam potenciais clientes de acordo com suas reputações entre os comerciantes, a nova burocracia bancária dos Pahlavi logo foi infestada pelo nepotismo.²³³ A nova

²³⁰ Ver SCHAYEGH, Cyrus. “Seeing like a state”: an essay on the historiography of modern Iran. *International Journal of Middle East Studies*, v. 42, n. 1, fev. 2010, p. 39-42.

²³¹ Ver KATOUZIAN (1981), p. 112.

²³² Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 76-77.

²³³ Ver KATOUZIAN (1981), p. 112.

máquina financeira do Estado iraniano em modernização sofria com essas contradições e não conseguiu engrenar por muitos anos.

Tabela 3 – Orçamento dos ministérios iranianos
entre 1928 e 1933, em milhões de rials

Ministério	1928	1929	1930	1931	1932	1933	Média
Defesa	112	141	147	179	186	215	163,3
Fazenda	61	81	82	77	124	94	86,5
Interior	25	36	38	36	41	49	37,3
Correios e Telecomunicações	22	28	20	19	24	26	23,2
Educação	18	21	22	24	36	42	27,2
Justiça	15	16	18	16	19	23	18
Corte Imperial	12	13	12	12	13	13	12,5
Relações Exteriores	9	11	12	9	18	19	13
Indústria, Comércio e Transporte	3	3	1	1	20	26	9
Agricultura	-	-	1	1	2	2	1
Total	276	350	353	374	483	509	391

Fonte: BHARIER apud KATOUZIAN (1981), p. 113.

Tabela 4 – Orçamento dos ministérios iranianos
entre 1928 e 1933, em porcentagens aproximadas do total

Ministério	1928	1929	1930	1931	1932	1933	Média
Defesa	40,4	40,3	41,6	47,9	38,6	42,2	41,8
Fazenda	22	23,1	23,2	20,6	25,7	18,5	22,2
Interior	9	10,3	10,8	9,6	8,5	9,6	9,7
Correios e Telecomunicações	8	8	5,7	5,1	5	5,1	6,2
Educação	6,5	6	6,2	6,4	7,4	8,3	6,8
Justiça	5,4	4,6	5,1	4,2	3,9	4,5	4,6
Corte Imperial	4,3	3,7	3,4	3,2	2,7	2,6	3,3
Relações Exteriores	3,3	3,1	3,4	2,4	3,7	3,7	3,3
Indústria, Comércio e Transporte	1,1	0,9	0,3	0,3	4,1	5,1	1,9
Agricultura	-	-	0,3	0,3	0,4	0,4	0,2
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: BHARIER apud KATOUZIAN (1981), p. 114.

Como já exposto neste trabalho, as fontes principais de renda estatal eram os *royalties* do petróleo, taxas alfandegárias, imposto sobre renda e diversos outros impostos indiretos. O petróleo, direta ou indiretamente, contribuía com a maior parte das receitas do Tesouro Nacional; a medida que mais dinheiro proveniente da atividade petroleira entrava, maior a dependência do governo iraniano dele para cobrir seus investimentos e gastos públicos. No entanto, a instabilidade dos preços do petróleo logo começaram a causar ansiedade entre os burocratas do *shah*, eventualmente levando a revisão da Concessão D'Arcy original em um novo contrato concessionário no ano de 1933.²³⁴

O novo governo também tentou tornar a taxa sobre renda o imposto principal, mais as medidas adotadas não foram nem progressivas nem significativas. A maior parte da tributação interna era composta por impostos especiais de consumo, impostos de montante fixo (*lump-sum*) e outras taxas indiretas, que eram insignificantes para as classes abastadas que as poderiam pagar.²³⁵

As despesas do Estado tinham um padrão consistente com suas aspirações, focadas na extensão, centralização e modernização de seus aparatos militar e burocráticos, além de investimentos na infraestrutura do país. As Tabelas 3 e 4 demonstram a distribuição de verbas para cada departamento governamental nos anos iniciais da dinastia Pahlavi, tanto em termos absolutos quanto relativos e em ordem decrescente. Os ministérios de Defesa, Fazenda e Interior receberam mais de 70% dos recursos, com a pasta da Defesa respondendo por mais de 40% dos gastos totais; no entanto, este número exclui certos gastos cobertos de forma irregular por lucros extraídos das terras privadas do *shah*. Comunicações, Educação e, eventualmente, Indústria ganharam relevância, enquanto a pasta de Agricultura foi deixada de lado.

Assim, fora dos montantes reservados às estruturas militares e burocráticas do país, a prioridade orçamentária foi reservada aos campos da comunicação e da educação, com médias de gastos de 6,2% e 6,8% do orçamento total do Estado, respectivamente, para estas categorias. No caso da pasta de Educação, o investimento cresceu de 6,5% para 8,3% do orçamento. Em qualquer planejamento de investimentos estatais, estas são *porcentagens* impressionantes, mesmo que o montante absoluto de verbas não seja particularmente grande. Além disso, a maior parte desses investimentos foi direcionada para o ensino superior e escolas voltadas para a elite; o índice de

²³⁴ Ver YERGIN (1993), p. 269.

²³⁵ Ver MACLACHLAN (2008), p. 610-611.

alfabetização do país não acompanhou estes primeiros saltos no orçamento educacional.²³⁶

Outro grande investimento realizado neste período foi a já citada construção da Ferrovia Trans-Iraniana, indo de Bandar-e Shah (atual Bandar-e Torkaman), na costa do Mar Cáspio, até Bandar-e Shahpur (atual Bandar-e Emam Khomeyni), na costa do Golfo Pérsico, passando por Tehran; a construção durou onze anos, de 1927 até 1938. A estrada de ferro foi financiada principalmente com impostos cobrados sobre chá e açúcar – dois itens diariamente consumidos pela maioria dos iranianos – e empréstimos bancários. O projeto foi duramente criticado quando do início das obras devido a seu trajeto e natureza: uma ferrovia conectando Tabriz ao oeste a Mashhad no leste passaria por acidentes geográficos menos variados, além de servir a um número maior de usuários; e uma rodovia teria custos de construção e manutenção muito menores no terreno montanhoso do Irã.

Estas críticas falhavam em compreender que o primeiro propósito da ferrovia não era o transporte semanal dos habitantes das grandes e velhas cidades do norte do país, e sim conectar as cidades do centro petroleiro no Khuzistão com a província do Mazandarão, origem da família Pahlavi, facilitando o transporte de trabalhadores para a indústria petroleira, mercadorias entre as províncias, além de soldados e equipamento militar. Quaisquer usos para transporte civil fora destes casos foram secundários no seu planejamento; essencialmente, foram efeitos colaterais.²³⁷

Poucos investimentos estatais foram realizados na indústria manufatureira para além do setor petroquímico; a maioria dos documentos oficiais indica a alocação de verbas para a construção de algumas grandes fábricas – a maioria ligadas ao processamento de gêneros agrícolas, como usinas de açúcar – durante a década de 1930. Há pouca menção nestes documentos, no entanto, do crescimento de pequenas e médias empresas evidente na rápida expansão das novas cidades industriais, como oficinas automotivas, mas a queda do desemprego em todas as regiões do país – e não apenas no Khuzistão – ao longo daquele decênio indica uma gradual diversificação e crescimento da economia popular.²³⁸

²³⁶ Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 84-86.

²³⁷ Ver CRONIN, Stephanie. Riza Shah and the paradoxes of military modernization in Iran, 1921-1941. In: CRONIN, Stephanie (ed.). *The making of modern Iran: state and society under Riza Shah, 1921-1941*. Oxford: Routledge, 2003, p. 43.

²³⁸ Ver MACLACHLAN (2008), p. 616-617.

De forma similar, pode-se verificar um leve e gradual crescimento da produção agrícola iraniana durante este período, mesmo que este setor da economia fosse preterido no planejamento orçamentário do Estado. A construção e crescimento das cidades operárias-petrolíferas de Abadan e Masjid-e Soleyman foram acompanhadas do estabelecimento e crescimento espontâneos – isto é, não-dirigidos pela APOC ou pelo governo do *shah* – de outros núcleos urbanos modernos na região do Khuzistão e no país como um todo. Este foi um período de crescimento da população, da renda familiar média e, conseqüentemente, da demanda por moradia e alimentação; além disso, o volume das exportações de cultivos comerciais como o chá flutuou muito pouco, mesmo que representasse uma fatia cada vez menor de uma economia nacional crescentemente voltada para o petróleo e seus derivados.²³⁹

Tabela 5 – Produção de petróleo cru pela APOC no Irã, em milhares de toneladas longas (1,016 tonelada), e pagamentos da APOC ao governo iraniano, em milhares de libras esterlinas, entre 1926 e 1932

Ano	Montante anual		Variação anual	
	Produção	Pagamento	Produção	Pagamento
1926	4.556	1.400	-	-
1927	4.832	500	+276	-900
1928	5.358	530	+526	+30
1929	5.461	1.440	+103	+910
1930	5.929	1.290	+468	-150
1931	5.750	310	-179	-880
1932	6.446	1.530	+696	+1220
Variação total entre 1926 e 1932			+1.890	+230

Fonte: BHARIER apud KATOUZIAN (1981), p. 117.

Estes pesados investimentos em projetos infraestruturais modernizadores levou também ao crescimento das importações e da demanda por moeda estrangeira, demanda esta que foi progressivamente coberta pela renda extraída do petróleo. É exatamente por isto que a volatilidade dos preços do petróleo e a conseqüente variação constante nos pagamentos em libras recebidos da APOC pelo governo seriam um ponto de tensão

²³⁹ Ibidem, p. 618-620.

entre o *shah*, a empresa e ativistas nacionalistas iranianos, mesmo com o Irã tendo uma balança comercial favorável como elemento estabilizador.

É importante então, que olhemos para a Tabela 5; os dados demonstram que, com a exceção do ano de 1931, a produção de petróleo cru pela APOC em sua refinaria em Abadan cresceu constantemente durante os primeiros anos do governo Pahlavi, enquanto os repasses da empresa para o governo variaram de forma por vezes dramática. No ano de 1927, por exemplo, houve uma queda de aproximadamente dois terços nos pagamentos ao Estado iraniano, mesmo com um aumento na produção de quase trezentas toneladas. As justificativas da empresa para o *shah* eram sempre relacionadas aos efeitos da Grande Depressão global e outros “fatores externos”.²⁴⁰

O ano de 1931, no entanto, foi um ponto de virada; apesar da produção ter caído apenas cerca de 3% em relação ao ano anterior, a companhia cortou os repasses em cerca de três quartos. O *shah*, consumido pela ideia de conspirações políticas contra sua pessoa, e seus aliados nacionalistas viram nesta queda uma tentativa de pressão britânica sobre o Estado iraniano, e ordenaram a abertura do anteriormente mencionado processo de renegociação da Concessão D’Arcy. O representante-mor do governo iraniano seria o Ministro da Corte Imperial, Abdolhossein Teymurtash, considerado um dos principais assessores políticos de Reza Shah e figura instrumental na transição entre as dinastias Qajar e Pahlavi. Teymurtash era mais radical do que o *shah*: queria não apenas renegociar o acordo com a empresa, mas aproximar diplomaticamente o país com a União Soviética – não por afinidade ideológica com o socialismo soviético, mas como instrumento de intimidação contra a Grã-Bretanha. As negociações logo chegaram a um impasse devido às posturas rígidas de ambas as partes; e eventualmente o governo do Irã, por iniciativa pessoal de um impaciente Reza Shah, revogou a Concessão D’Arcy de forma súbita e unilateral no ano de 1933.²⁴¹

No entanto, um novo acordo concessionário era necessário para a APOC continuar operando no país – e para o *shah* se manter no trono com o apoio britânico, já que o plano de Teymurtash de aproximação com a União Soviética estava longe de ser implementado, quanto mais de ser bem-sucedido. O grande gesto de Reza Shah, aplaudido por seus cortesãos nacionalistas como um triunfo patriótico, tornou-se um

²⁴⁰ Ver SHAFIEE, Katayoun. *Machineries of oil: an infrastructural history of BP in Iran*. Cambridge: The MIT Press, 2018, p. 100-101.

²⁴¹ Ver YERGIN (1993), p. 270-271; e SHAFIEE (2018), p. 104.

fiasco, pois enfraqueceu a posição de Teymurtash e encurtou o tempo necessário para a negociação de um acordo favorável.²⁴²

A nova licitação limitava a área de atuação da APOC a cerca de um quarto da Concessão D'Arcy, mas incluía toda a região do Khuzistão, onde se concentrava a indústria petrolífera e as reservas comprovadas ainda não-exploradas e estendia o prazo final da concessão de 1960 para 1993. A base de cálculo para os pagamentos ao Estado iraniano passaram dos antigos 16% da receita líquida anual da empresa para um montante fixo de 4 xelins (ou 1/5 de uma libra) por barril produzido. Essa medida não garantia *per se* que o governo receberia fatias maiores da riqueza produzida durante a validade da concessão, mas foi aplaudida pelos apoiadores de Reza Shah como uma garantia de que a APOC não poderia citar a volatilidade do preço do barril de petróleo no mercado mundial – e nem suas obrigações tributárias com o Estado britânico – como justificativa para a redução dos pagamentos. Além de tudo, o novo acordo não tinha provisões explícitas que citassem a possibilidade de revisão futura. Para “dourar a pílula”, o acordo previa o pagamento de duas somas no valor de um milhão de libras cada; uma como compensação pelo corte de repasses em 1931 e outra como gesto de boa-fé na assinatura do novo acordo.²⁴³

O fiasco representado pelo novo contrato concessionário foi o resultado da junção do imperialismo britânico, do apetite crescente do mercado mundial por petróleo e do crescente despotismo de Reza Shah e seus aliados. É inegável que o padrão de vida do trabalhador iraniano médio cresceu e que o Irã tomou uma posição cada vez mais importante na economia e política globais com a atuação da indústria petrolífera em seu território, mas este processo foi carregado de contradições; e foi justamente a percepção pública destas contradições que levaram a uma progressiva reorientação da cena política nacionalista em outras figuras que não o *shah* e seu partido. A tentativa pelo governo de culpar os termos desfavoráveis do acordo de 1933 em nacionalistas renomados como Teymurtash e o Ministro das Finanças Sayyed Hassan Taqizadeh – signatário do acordo em nome do Irã, que posteriormente afirmou ter assinado o documento a contragosto – e o posterior isolamento político destas figuras fomentou ainda mais o fortalecimento de um movimento nacionalista republicano e anti-imperialista no Irã.

Tendo observado os processo de industrialização e reorganização econômica geral, de formulação de novas instituições financeiras e burocráticas, e de transformação

²⁴² Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 78.

²⁴³ Ver SHAFIEE (2018), p. 108-111.

do espaço urbano e do trabalho no Irã em conjunto a processos similares (contudo com diferenças pontuais importantes) em outras localidades no Golfo Pérsico, fechemos este trabalho com investigações e comentários acerca do impacto destes processos locais na economia mundial do petróleo.

Capítulo IV

Do Golfo para o mundo: a “petrolificação” da economia global

A produção, comercialização e consumo do petróleo médio-oriental — como quaisquer relações de produção no capitalismo histórico-global — não se desenrolou sem contradições. Em certos pontos da cadeia de *commodities* petrolíferas, predomina um impulso de controle dos meios de produção econômica e reprodução social; em outros pontos, o crescimento e a diversificação das demandas foge do controle das corporações.

Como já discutido, a demanda por certos derivados do petróleo já existia muito antes da exploração no Golfo Pérsico: óleo combustível pesado para uso militar, querosene para iluminação, gasolina para o automóvel pessoal. Alguns plásticos também já eram amplamente utilizados, como o náilon e o vinil.²⁴⁴ No entanto, a partir da década de 1930, novas demandas serão criadas a partir da grande oferta de petróleo e derivados a partir do Oriente Médio; na década de 1950, quando a Arábia Saudita inicia sua produção, esta pequena região será responsável por cerca de um terço de toda a produção mundial de petróleo.

Apesar da produção em outras regiões seguir crescendo também, em nenhuma delas o crescimento foi mais impressionante, apontando para a entrada do petróleo médio-oriental no mercado mundial enquanto fator importante na estabilização dos preços e difusão do consumo de petróleo e derivados. Neste sentido, a participação relativa do Irã – e do Golfo Pérsico como um todo – na indústria petrolífera global é o que interessa, e não os números absolutos da produção.

²⁴⁴ Ver MEIKLE (1997), p. 4-5.

Tabela 6 – Produção de petróleo no Oriente Médio, em toneladas de óleo cru, e sua porcentagem na produção global de petróleo, entre 1952 e 1980

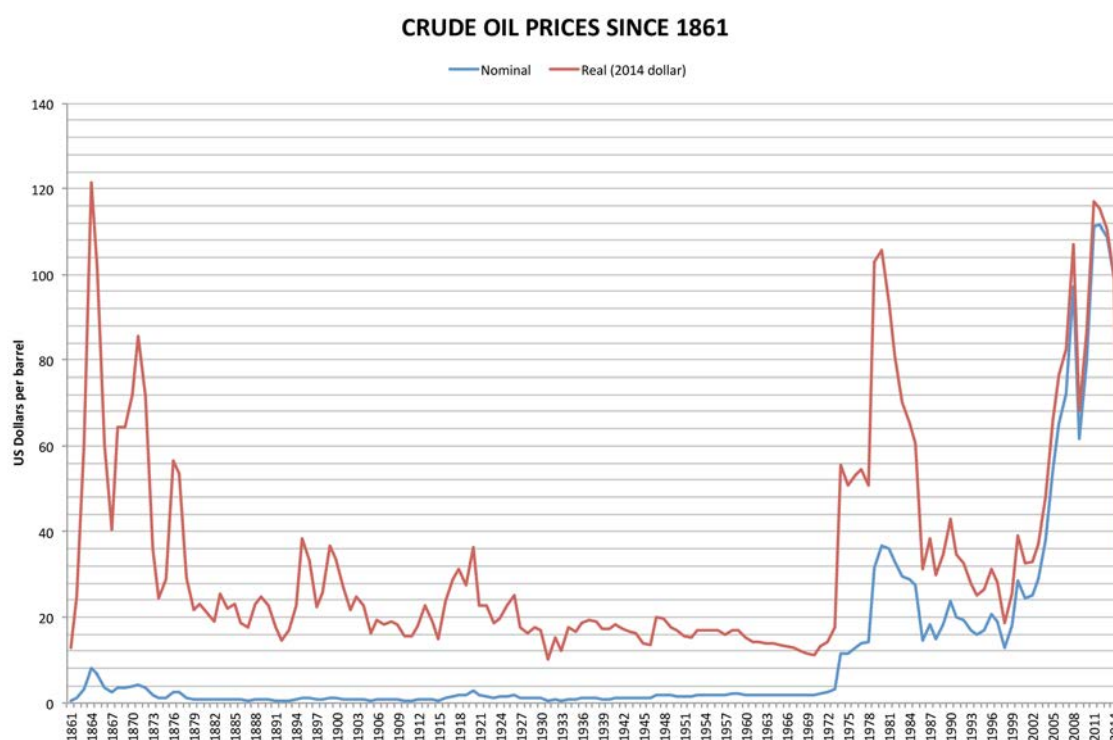
	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
Irã	1	1	3	16,1	26,4	35,6	40,4	45,7	58,5	58,5
Iraque	19	28	30,1	32,8	21,7	35,2	41,4	46,7	48,2	48,4
Kuwait	37,1	43	47	53,9	54,1	56,4	69,1	68,4	80,6	81,4
Z.N.	<1	<1	1,1	1,3	1,7	3,4	4,2	6,0	7,2	9,3
Catar	<1	<1	4,9	5,4	5,8	6,5	8,1	7,8	8,1	8,2
A.S.	40	41	46,1	46,8	47,9	48,2	49,3	53,3	61,1	68,1
E.A.U.	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1	<1
Outros	5	5	1,5	1,5	1,6	2,0	2,1	2,2	2,2	3,0
Total	97	113	133,7	157,8	168,1	173,4	208,3	224,4	257,7	275,9
% G.	15,2	16,8	18,9	19,9	19,6	19,1	22,5	22,4	23,9	24
	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
Irã	65	72,6	83,5	95	105,1	129,3	142,2	168,1	190,7	227
Iraque	55,8	55,8	60,6	64,4	68	60,1	74,3	74,9	76,9	83,5
Kuwait	90,7	95,7	105	109,1	114,1	115,2	122,1	129,5	137,5	147,1
Z.N.	12,8	16,2	19,1	19,4	22,3	21,7	22,1	23,3	26	28,3
Catar	8,7	9	8,8	11,1	13,8	15,4	16,3	17	17,7	20,5
A.S.	74,6	79,8	85	100,6	119,4	129,2	140,9	148,2	176,2	223,4
E.A.U.	<1	<1	<1	13,5	17,3	18,3	24	28,9	33,4	44,9
Outros	5,1	5,1	12,2	3	3,3	3,6	5,2	9,5	14,1	16,2
Total	303,2	334,2	374,2	416,6	463,6	492,8	547,1	604,2	672,5	790,9
% G.	24,3	24,9	25,8	26,6	27,9	27,1	27,5	28,1	28,6	30,3
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	
Irã	251,9	293,2	301,2	267,7	295	283,5	262,3	158,1	73,7	
Iraque	72,1	99	96,7	111	118	115,2	125,7	170,6	130,2	
Kuwait	153	140,4	116,3	94	98,2	81,5	97	113,2	71,5	
Z.N.	29,3	27,6	28	25,8	24,4	20,8	23,9	29,4	27,8	
Catar	23,2	27,3	24,9	21	23,9	21,6	23,6	24,7	23	
A.S.	287,6	367,9	412,4	343,9	421,6	455	409,8	469,9	493	
E.A.U.	50,6	62,6	67,7	67,3	76,8	80	69,7	70,2	64,8	
Outros	9,5	9	9,9	12,8	13,1	12,2	11,9	11,7	11,2	
Total	876,8	1027	1057	943,5	1071,8	1079,8	1023,9	1047,8	895,2	
% G.	33,3	35,8	36,7	34,5	36,3	35,2	33,1	32,5	29,1	

Fonte: FERRIER (2007), p. 689.

Assim, uma análise mais completa sobre as cadeias de *commodities* não deve partir de uma perspectiva unilateral, onde a demanda gera a oferta. Os agentes produtivos têm certo nível de agência sobre os processos — como podemos acessar através dos esforços centralizadores dos *shahan* Qajaris e Pahlavis (falhos no primeiro caso e relativamente bem-sucedidos no segundo) e no crescimento do movimento nacionalista no Irã na década de 1950 —, não estando completamente submetidos à

exploração imperial do centro do capitalismo global. Na outra ponta da cadeia, novas tecnologias ganham impulso e são transformadas em objeto de consumo em massa pela tendência geral de queda dos preços do petróleo no primeiro quartel do século XX; antigas tecnologias, como o automóvel pessoal também irão experimentar uma popularização. Esta tendência geral de queda, contudo, era marcada por picos de inflação até a década de 1930, quando os preços estabilizaram-se com a entrada do petróleo médio-oriental no mercado internacional, como demonstrado na Figura 2; apenas com a Crise de 1973 estes preços serão alterados.²⁴⁵

Figura 2 – Variações nos preços médios nominais e reais, em dólares de 2014, do barril de petróleo, entre 1861 e 2014



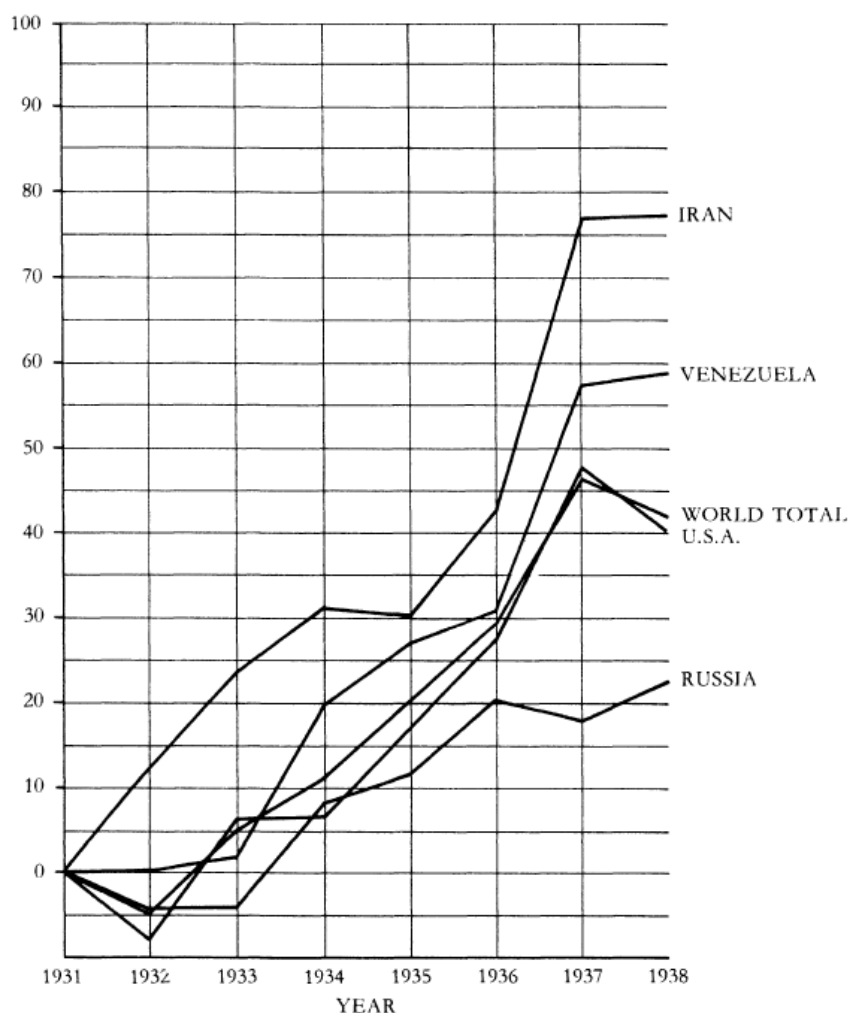
Fonte: BRITISH (2014).

Podemos, portanto, olhar para a construção de Abadan e para o estabelecimento da indústria petrolífera no Golfo Pérsico como um todo como um passo fundamental na

²⁴⁵ Esta revisão policêntrica e multidirecional da análise de cadeias de *commodities* é extensamente discutida por Steven Topik, Carlos Marichal e Zephyr Frank na introdução que escreveram para o livro *From silver to cocaine*; apesar da América Latina constituir o caso paradigmático discutido naquele texto, os questionamentos e proposições teórico-metodológicas são de amplo uso. Ver TOPIK Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr. *Commodity chains in theory and in Latin American history*. In: _____ (eds.). *From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy*. Durham: Duke University Press, 2006, p. 2-3 e p. 9-10.

construção de uma nova rede de relações entre o sistema-mundo capitalista e fontes de energia: um novo *regime energético global*, baseado e potencializado pelo petróleo e seus derivados. Aqui, ressignificamos o conceito de regimes energéticos proposto por John Robert McNeill e extrapolamos o conceito de regimes alimentares primeiramente elaborado por Philip McMichael, que descreve redes complexas de relações entre formas de produção, circulação e consumo de gêneros alimentícios e transformações maiores na economia financeira mundial e reconfigurações no sistema político interestatal global.²⁴⁶

Figura 3 – Variações na produção da tonelagem de petróleo, com o ano de 1931 como referência



Fonte: FERRIER (2007), p. 649.

²⁴⁶ Ver MCMICHAEL, Philip. Does China's "going out" strategy prefigure a new food regime?. *The Journal of Peasant Studies*, v. 47, 2020, p. 118-119.

A aviação comercial experimentava um crescimento modesto na década de 1920, principalmente pela atuação de algumas companhias estadunidenses; contudo, combustíveis mais baratos favoreceram um *boom* da aviação comercial mundialmente, em conjunto com investimento maciço do governo estadunidense em uma tentativa de hegemonizar o mercado, tida como bem-sucedida até a década de 1980.²⁴⁷ O desenvolvimento dos motores a jato e das turbinas a gás na década de 1930 e seu uso extensivo pelas forças aéreas britânica, norteamericana, alemã e soviética a partir da década seguinte também aproveitou-se da baixa de preços — e também foi um fator para a reprodução dos preços baixos, com políticas de subsídios para a produção de combustíveis para aviação (fossem à base de querosene, de nafta ou de gás natural liquefeito) sendo adotadas por estas potências.²⁴⁸

O óleo combustível pesado deixou de ser prerrogativa das marinhas e os navios com motores a óleo passaram a dominar o comércio internacional. Os motores a óleo permitiram maior poder de propulsão aos cargueiros, que passaram a carregar mais mercadorias e transitar oceanos mais rapidamente; o petróleo médio-oriental, de maior pureza, facilitava o refino de óleos mais eficientes. Na década de 1960, enormes cargueiros carregavam centenas de contêineres, como o *Hawaiian Citizen* da Matson Navigation Company, tornaram-se o padrão do transporte comercial marítimo ao redor do mundo.²⁴⁹

Na década de 1950, o automóvel pessoal deixou de ser uma mercadoria estadunidense e europeia, popularizando-se pelo globo. Em fins da década de 1940, a posse de carros mais que quadruplicou no Irã, e outras cidades que não Abadan agora eram pavimentadas com asfalto para adaptarem-se ao novo meio de transporte dominante.²⁵⁰ Em verdade, a popularização do carro fora do centro da economia global e entre classes menos favorecidas nos Estados Unidos e Europa gerou uma enorme demanda por asfalto, um produto colateral da produção do petróleo até agora pouco ignorado. A *Anglo-Iranian Oil Company* – novo nome da APOC, consequência da mudança oficial no nome do país – passou a vender quantidades imensas de asfalto antes descartadas a partir de 1942, quando do início de ampla campanha de obras públicas no Irã, que incluíam a construção de antenas de rádio, a expansão da rede

²⁴⁷ Ver VAN VLECK, Jenifer. *Empire of the air: aviation and the American ascendancy*. Cambridge: Harvard University Press, 2013, p. 40 e p. 72-82.

²⁴⁸ Ver SMIL (1994), p. 176-178.

²⁴⁹ Ibidem, p. 195-199.

²⁵⁰ Ver HEIN & SEDIGHI (2016), p. 359-360.

telefônica, a extensa pavimentação de estradas antigas e construção de novas rodovias.²⁵¹

A exploração de petróleo no Oriente Médio também associou-se à exploração de gás natural que, refinado em propano e butano, tornou-se o principal combustível para uso culinário, além de fluido para sistemas industriais de refrigeração e propulsão de aerossóis. Apesar do preço médio do fogão a gás ter caído pela metade durante a década de 1920, o seu uso tornou-se amplo nos lares norte-americanos apenas na década de 1940, com a baixa nos preços do gás de cozinha.²⁵² Quanto ao uso na refrigeração industrial e na propulsão de aerossóis, o gás natural liquefeito teve papel fundamental nas pesquisas que levaram à invenção do refrigerador doméstico e das *bug bombs* desenvolvidas pelas forças armadas estadunidenses; contudo, a introdução dos clorofluorcarbonetos (CFCs) — substâncias refrigerantes mais eficientes e não-inflamáveis — em 1928 o tiraria deste mercado até a ratificação do Protocolo de Montreal pelos países das Nações Unidas sessenta anos mais tarde.²⁵³ O barateamento do gás natural liquefeito e dos derivados do petróleo também foi um fator vital para a garantia da enorme expansão populacional experimentada nas regiões periféricas e semiperiféricas do capitalismo global: a Revolução Verde das décadas de 1960 e 1970 não seria possível sem o barateamento da amônia e compostos fertilizantes nitrogenados durante a década de 1940 — cujos processos de produção dependem da combustão de propano e butano — e da pronta disposição de colheitadeiras, tratores e outros aparelhos necessários à agricultura intensiva característica do regime alimentar atual.²⁵⁴

Esta “petrolificação” da produção alimentícia industrial também gerou reverberações políticas de grandes proporções. A criação do próprio termo “Revolução Verde” foi descrita em 1968 pelo então administrador da Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional (USAID), William Gaud, em contraste com o socialismo soviético e a política conservadora do Irã:

Estes e outros desenvolvimentos no campo da agricultura contêm as sementes de uma nova revolução. Não é violenta como a Revolução

²⁵¹ Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 77.

²⁵² Ver SNODGRASS, Mary Ellen. *Encyclopedia of kitchen history*. Nova Iorque: Taylor & Francis, 2004, p. 428-430.

²⁵³ Ver SMIL (2006), p. 41-42.

²⁵⁴ Ver SMIL (1994), p. 189-191; e MORENO, Camila; CHASSÉ, Daniel Speich; FUHR, Lili. *A métrica do carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016, p. 10-11.

Vermelha dos soviéticos, nem é como a Revolução Branca do *shah* do Irã. Eu a chamo de Revolução Verde.²⁵⁵

Ironicamente, a Revolução Branca de Mohammed Reza Shah foi além das reformas secularistas e da intensa repressão policial aos movimentos de oposição, e incluiu investimentos estadunidenses em agricultura intensiva — apesar de em muito menor proporção do que países como a Índia e o Brasil.²⁵⁶ De forma geral, a Revolução Verde pode ser caracterizada como um instrumento geopolítico de combate à expansão dos movimentos socialistas e da esfera de influência soviética: o crescimento massivo na produção de grãos (e desenvolvimento de grãos transgênicos com altos teores de glúten, substância que intensifica a sensação de saciedade) através da agricultura intensiva foi utilizado para passar a mensagem de que apenas o capitalismo poderia promover o fim do problema da fome, para prover legitimidade a regimes ditatoriais africanos, asiáticos e latino-americanos (incluindo a Revolução Branca de Mohammed Reza Shah e a Ditadura Militar brasileira), e criar enormes excedentes agrícolas que fortalecessem gigantes da área de processamento alimentar.²⁵⁷

Podemos aqui notar também, com o auxílio da Figura 4, que o regime energético petrolífero passou por seus processos de criação e de consolidação de forma simultânea à construção do regime alimentar corporativo atual, descrito por Philip McMichael, começando por experimentos localizados durante a primeira metade do século XX e se cristalizando com um *boom* produtivo global por meio de novas tecnologias e relações com a força de trabalho e geografias locais, a partir do final da década de 1940.²⁵⁸

No entanto, talvez a maior consequência “petrolificante” (pelo menos no tocante a hábitos de consumo e estilo de vida) da baixa de preços do petróleo em meados do século passado seja a geração de quantidades massivas de hidrocarbonetos residuais que, após processos de refinação, transformam-se em diferentes materiais que foram denominados plásticos. Hoje onipresentes, o consumo de plásticos decolou na década de 1940 com o uso do náilon para a produção de escovas de dentes e tecidos elásticos, e o policloreto de vinila (PVC) para a produção de discos fonográficos, adesivos e

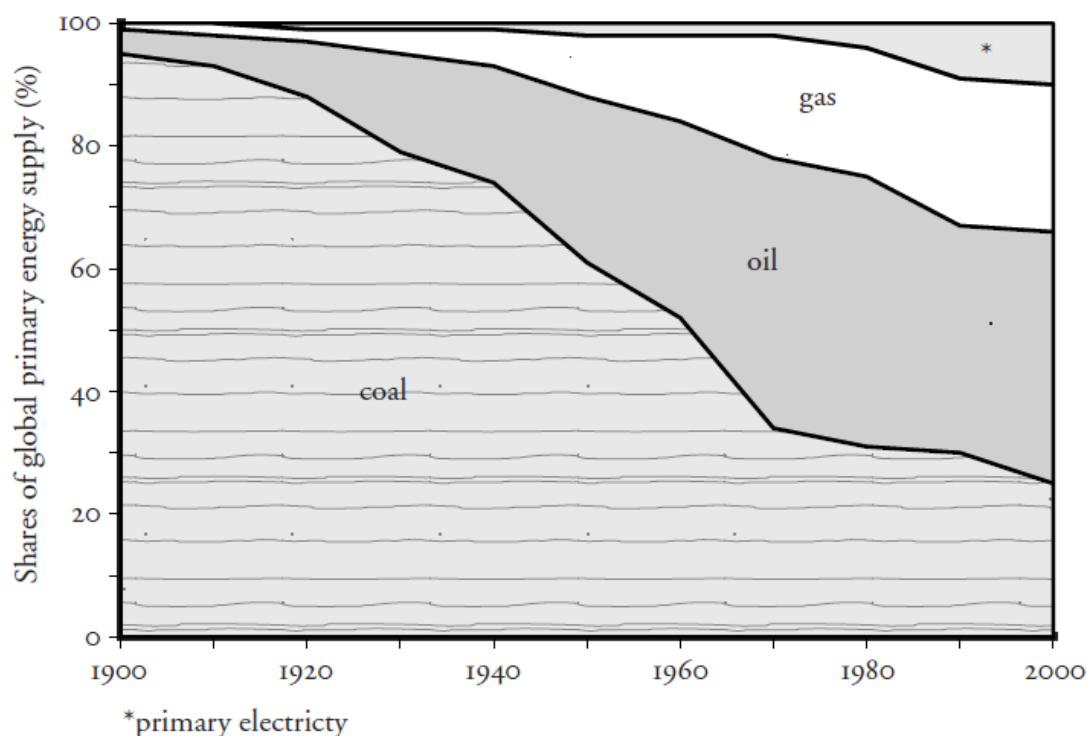
²⁵⁵ Ver ROBIN, Marie-Monique. *The world according to Monsanto: pollution, corruption and the control of the world's food supply*. New York: The New Press, 2010, p. 308. Tradução livre.

²⁵⁶ Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 132-139.

²⁵⁷ Ver PERKINS (1997), p. 145-148; e SPITZ, Pierre. The Green Revolution re-examined in India. In: GLAESER, Bernhard (ed.). *The Green Revolution revisited: critique and alternatives*. London: Allen & Unwin, 1987., p. 42-43.

²⁵⁸ Ver MCMICHAEL (2020), p. 118-120.

Figura 4 – Porcentagens ocupadas por diferentes fontes energéticas na produção global de energia primária



Fonte: SMIL (2006), p. 36.

revestimento de cabos elétricos.²⁵⁹ Nas décadas de 1960 e 1970, novos compostos adentraram o mercado mundial, como politetrafluoretileno (usado na fabricação de superfícies antiaderentes e de materiais rígidos coletivamente denominados “fibra de carbono”), politereftalato de etileno (utilizado na fabricação de fitas magnéticas para gravação audiovisual, de fitas adesivas e de embalagens diversas — como as garrafas PET), polipropileno (composto que, devido à sua grande resistência ao calor, é utilizado na fabricação de tampas de potes e garrafas, revestimentos externos de aparelhos eletrônicos, revestimento de cabos elétricos, cordas, encanamentos, móveis baratos, e apetrechos médicos e científicos), poliestireno (utilizado para embalagens diversas — de alimentos a caixas de isopor), e o poliéster (talvez o plástico mais amplamente utilizado: de embalagens a canoas, de acabamento para madeira a filmes fotográficos, de lonas a roupas sintéticas).²⁶⁰

²⁵⁹ Ver MEIKLE (1997), p. 91-94.

²⁶⁰ Ibidem, p. 202-205; e SNODGRASS (2004), p. 745-752.

Neste sentido, a exploração petrolífera no Khuzistão – e no Golfo Pérsico em geral – não apenas aproveitou-se e foi possível pela transferência metabólica entre campo e cidade como a aprofundou radicalmente em uma escala global. Movidos à óleo combustível, gasolina, querosene, diesel, gás natural e plásticos, o sistema-mundo capitalista na segunda metade do século XX, mais uma vez, conseguiu baixar os preços de alimentação, vestimentas, matérias-primas, energia e força de trabalho necessários para sua contínua existência.²⁶¹ Assim, adiou sua crise sociopolítica e acelerou a crise socioecológica do Capitaloceno em proporções nunca antes vistas; a partir de meados do século passado, o estilo de vida capitalista tornou-se progressivamente mais urbano, rápido, transgênico, sintético e descartável, acentuando seu caráter predatório e demandando mais e mais transferência de recursos naturais e energéticos do solo da fazenda e do solo do deserto para as prateleiras de supermercados, roupas industriais e tanques de carros, navios e aviões.²⁶²

O cenário político global também foi “petrolificado” durante o século XX, especialmente em suas últimas décadas. Ainda é corrente — principalmente no jornalismo, mas também na academia — o conceito da “maldição do petróleo”: a ideia de que os países que possuem grandes reservas de petróleo e cujos Estados extraem uma fatia significativa de sua renda da exportação de petróleo tendem a sofrer com governos autoritários e com históricos negativos de direitos humanos.

Esta ideia é equivocada em dois sentidos. Primeiramente, o conceito é raramente utilizado para referir-se a grandes produtores de petróleo fora do Oriente Médio; a Rússia e a Venezuela são por vezes incluídas, mesmo que a explosão da indústria petrolífera venezuelana na década de 1970 tenha coincidido com um período amplamente lido como marcado pela abertura democrática.²⁶³ O Canadá, a Austrália e os próprios Estados Unidos, outros grandes produtores de petróleo no passado (à exceção do Canadá, que permanece produzindo) são excluídos desta conceituação. Alguns defensores do conceito justificam-se atribuindo a ausência do autoritarismo e

²⁶¹ Ver MOORE, Jason. The end of cheap nature, or how I learned to stop worrying about “the” environment and love the crisis of capitalism. In: CHASE-DUNN, Christopher; SUTER, Christian (eds.). *Structures of the world political economy and the future of global conflict and cooperation*. Berlin: LIT, 2014, p. 291-292 e p. 298-299. Aqui, listei “vestimentas” junto aos outros “Four Cheaps” de que discorre Jason Moore. Tenho consciência de que “vestimentas” pode muito bem ser incluído em “matérias-primas” (algodão, lã, seda, *et cetera*), mas como o poliéster também produz grande parte dos tecidos que utilizamos hoje, decidi por enfatizar esta categoria.

²⁶² Ver MOORE, Jason. The Capitalocene, part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies*, v. 44, n. 3, 2017, p. 7-9 e p. 16-18.

²⁶³ Ver DUNNING, Thad. *Crude democracy: natural resource wealth and political regimes*. New York: Cambridge University Press, 2008, p. 28; e MITCHELL (2011), p. 200-201.

violência política nestes territórios — o que, *per se*, é debatível — à sua não-dependência da exportação dessas mercadorias; no entanto, quase metade da renda do Estado canadense deriva da exportação de petróleo e derivados, ouro e alumínio.²⁶⁴ Assim, a ideia da “maldição do petróleo” carrega um forte teor orientalista, remanescente da ideia de “despotismo oriental” tão característica das Ciências Sociais oitocentistas.²⁶⁵

Em segundo lugar, como extensamente discutido pelo historiador anglo-americano Timothy Mitchell, esta concepção carrega em si uma falha metodológica ao olhar apenas para o capital-dinheiro extraído da exportação de petróleo cru em vez de analisar a cadeia mercantil e produtiva do petróleo e seus derivados. O pensamento dos defensores da “maldição do petróleo” carrega três premissas básicas: a) a ideia de regimes democráticos enquanto um conjunto de processos e formas políticas reproduzíveis e aplicáveis, sem a necessidade de grandes ajustes, em qualquer sociedade;²⁶⁶ b) a noção de que os movimentos reformistas conservadores do mundo muçulmano (como o Salafismo, o Wahabbismo, o movimento Deobandi e o pensamento *Velayat-e Faqih* iraniano) já dominavam as sociedades civis destes países e ascenderam ao poder com o dinheiro advindo da exploração petrolífera;²⁶⁷ e c) a ignorância, acidental ou intencional, dos grandes e conscientes esforços de corporações multinacionais e governos do centro global capitalista em manter a operação contínua e de baixo custo do complexo industrial petrolífero no Oriente Médio, mesmo que isto significasse manter relações e legitimar movimentos políticos e governos autoritários (como no caso saudita) ou gerar as condições sociais para que estes fortaleçam-se no futuro (como no caso iraniano).²⁶⁸

A partir do século XIX, a *Ummah* viverá o florescimento de diversos movimentos de reforma religiosa e política, especialmente em resposta ao colapso dos três grandes impérios muçulmanos da Era Contemporânea (os Mogóis, os Safávidas e os Otomanos) e à penetração de influências “ocidentais” na economia, política e cultura islâmicas. Porém, estes movimentos não são todos conservadores: o Modernismo Islâmico defendido por Muhammad ‘Abduh e Jamal al-Din al-Afghani era um movimento moderado que, no início do século XX, era muito mais difundido no Oriente

²⁶⁴ Ver BROWN (2002), p. 323.

²⁶⁵ Sobre a construção do conceito de “despotismo oriental” e derivados, ver SAID (1979), p. 201-207.

²⁶⁶ Ver MITCHELL (2011), p. 2-3.

²⁶⁷ Ver SAID (1979), p. 316-320.

²⁶⁸ Ver MITCHELL (2011), p. 203-204.

Médio do que o fundamentalismo Wahhabi.²⁶⁹ Além disto, o fim do século XIX e início do XX foi um período de fortalecimento dos nacionalismos seculares árabe e persa, intensamente combatidos pelos governos coloniais da Síria e Iraque (mandatos francês e britânico, respectivamente) e pelo governo de Mohammad Reza Shah no Irã, com extenso apoio britânico e estadunidense.²⁷⁰ Portanto, com a notável exceção do Nejd (a região central da Península Arábica onde o Wahhabismo se originou), nenhuma sociedade médio-oriental era dominada por movimentos políticos islâmicos conservadores.

A infraestrutura da indústria petrolífera global construída no sudoeste iraniano, permanece ativa hoje; as plataformas, dutos, refinarias, residências da companhia e clubes para o entretenimento de funcionários estão de pé. O centro e o bazar de Abadan são locais efervescentes, lotados de iranianos de origem persa e árabe, muitos sendo empregados pela Companhia Nacional Iraniana de Petróleo (CNIP), a estatal que sucedeu a AIOC. A história da vida coletiva que emergiu no Khuzistão é uma história de transformações estruturais que causaram diversas contradições sociais e tecnológicas, entre elas o sucesso da AIOC nas primeiras décadas de sua existência e a formação de um novo regime energético global com a estabilização dos preços do petróleo auxiliados pela enxurrada de petróleo médio-oriental no mercado mundial.

Muito do discurso sobre a construção da indústria petroleira se dá a partir de uma retórica quantitativa de “caixa-negra”: não importam as transformações sociais e locais que fazem do processo de desenvolvimento desta indústria, apenas a quantidade de materiais e recursos que adentram e são geradas pelos poços e refinarias.²⁷¹ Buscamos conectar, através deste texto, os diversos níveis de operação desta indústria, quebrando esta caixa-negra. Podemos identificar um processo de certa simplificação sociotécnica no Irã a partir do estabelecimento de Abadan e seu complexo petroleiro; um impulso que, com graus variados de sucesso no período que abordamos, buscava a gradual suplantação de formas variadas de organização do trabalho, do espaço urbano e do poder político por padrões burocráticos emanados pelo centro ocidental da economia mundial capitalista. No Irã, os novos núcleos urbanos petroleiros foram o palco de confrontos por poder político e econômico e da construção e desconstrução das fronteiras técnicas e sociais do cotidiano industrial, à luz de discursos políticos sobre

²⁶⁹ Ver HOURANI (1981), p. 161-163.

²⁷⁰ Ver HOURANI (1981), p. 291-298; e ABRAHAMIAN (2008), p. 118-122.

²⁷¹ Ver LATOUR, Bruno. *Pandora's hope: essays on the reality of science studies*. Cambridge: Harvard University Press, p. 304.

direitos de propriedade, soberania nacional e movimento operário. Estas fronteiras cambiantes entre o técnico e o político foram o resultado da construção desta indústria e não suas premissas. Portanto, podemos falar da construção da infraestrutura urbana e industrial do petróleo no Irã – e do regime energético petrolífero global – como a construção de relações sociais novas que desrespeitam as divisões entre o material e o abstrato, o técnico e o social: uma nova onda de comodificação de tudo.

No nível discursivo, a AIOC sempre se ateve ao quantitativo em seus relatórios: o volume da produção, taxas de produtividade e fórmulas para o cálculo de lucros e *royalties*, num esforço de simplificar a produção econômica a algumas variáveis estratégicas. Este tipo de esforço também pode ser apontado no direito internacional do período, com o uso constante deste tipo de fórmulas para o desenvolvimento de cada vez mais numerosos acordos concessionários entre novos Estados que emergiam no Sul Global durante a primeira metade do século XX e os atores dominantes do sistema interestatal global.²⁷²

Os dispositivos sociais ligados à indústria petroleira iraniana foram moldados pelos projetos políticos que competiam por eles. Estas novas tecnologias requisitavam um ambiente social próprio para se desenvolverem. A visão dos empresários britânicos acerca das forças política locais, determinada nos termos da ausência da “civilização Ocidental”, informou em grande parte as políticas de contratação e gestão do trabalho e infraestrutura locais, além de sua preocupação maior com as leis britânicas do que com as iranianas. De forma semelhante, certas premissas de cunho racial sobre os trabalhadores iranianos como incapazes de absorver o conhecimento sobre e liderar a operação das tecnologias produtivas do petróleo estavam refletidas na política da companhia sobre compensação e distribuição de lucros.²⁷³ Estes sistemas de poder e práticas cotidianas geraram, na prática, o fortalecimento de grupos contestatórios como os movimentos grevistas e o Partido Tudeh, que lutavam para reconstruir estes sistemas técnicos, sociais e econômicos de forma a melhor representar os atores sociais silenciosos que mobilizavam. A APOC mobilizou estes dispositivos sociais, no entanto, para limitar as possibilidades políticas em favor de seus interesses e dos outros cartéis petroleiros euro-americanos que atuavam na região do Golfo Pérsico.

Reconfigurar a análise histórica como um processo sociotécnico desta respeita as conexões, traduções e redes construída por diversos atores sociais. Na prática, a

²⁷² Ver SHAFIEE (2018), p. 239.

²⁷³ Ver ABRAHAMIAN (2008), p. 57.

construção da indústria petrolífera mundial ocorreu por meio da formação de uma série de zonas tecnológicas. Essas zonas de qualificação e regulamentação envolvem um grande número de órgãos internacionais e nacionais, além de especialistas como consultores privados, cientistas e outros profissionais empregados por multinacionais e instituições da governança econômica global. O efeito foi o estabelecimento de uma fronteira ao longo da primeira metade do século XX, cujos limites não correspondiam ou se determinavam pela fronteira existente do Estado-nação, mas sim a uma esfera móvel de atuação de empresas e instituições internacionais como a Liga das Nações e o Banco Mundial. Com essas fronteiras estabelecidas, a corporação petrolífera foi autorizada a sair das restrições locais e fazer reivindicações universais às diretrizes e padrões internacionais. O foco nas zonas tecnológicas da indústria petrolífera iraniana tornou visíveis as maneiras pelas quais a formação dessas zonas se tornou essencial para a distinção entre formas políticas e econômicas globais/ocidentais e suas outras não ocidentais.²⁷⁴ O Sudoeste do Irã serviu de laboratório para produzir diversos conhecimentos sobre os mundos social e técnico do petróleo e para hibridizá-los, para que formas alternativas de controle, como a nacionalização, não acontecessem.

Correndo o risco de extrapolar os limites temporais deste texto, pode-se falar em como o consórcio petroleiro anglo-iraniano conseguiu reintegrar a produção de petróleo daquele país no pedido de petróleo do pós-guerra, mas de forma efêmera e frágil. Na segunda metade do século XX, coletivos petrolíferos rivais surgiram para combater o poder das grandes petroleiras europeias e estadunidenses. A Venezuela e os principais países produtores de petróleo do Oriente Médio, incluindo Irã, Arábia Saudita e Iraque, coordenaram-se na década de 1960 para estabelecer um cartel rival, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), baseado no direito universal de todos os países à soberania permanente sobre seus recursos naturais. Seu objetivo inicial era coordenar o controle da produção de petróleo de seus campos e desconstruir o “preço postado” do petróleo: a fixação unilateral dos preços controlados pelas corporações euro-americanas para segurar a queda gradual dos preços do petróleo.²⁷⁵ Os próprios trabalhadores usaram de seu conhecimento especializado para interromper as operações de extração e produção de petróleo em várias ocasiões, com a mais importante ação ocorrendo durante a Revolução Islâmica de 1979. Os trabalhadores petroleiros fecharam com

²⁷⁴ Ver BARRY, Andrew. Technological zones. *European Journal of Social Theory*, v. 9, n. 2, mai. 2006, p. 250.

²⁷⁵ Ver YERGIN (1991), p. 520-525.

sucesso, pontos específicos no sistema de energia elétrica para paralisar o regime do *shah* Mohammed Reza. Os trabalhadores vincularam sua ação em solidariedade aos professores em greve e pediram a libertação dos presos políticos. Eles novamente conectaram os pedidos de nacionalização da indústria do petróleo a melhorias nas moradias e no trabalho, mas suas demandas foram direcionadas à Companhia Nacional Iraniana de Petróleo. Todos os contratos de exploração e produção com empresas estrangeiras antes da Revolução foram declarados nulos e sem efeito.²⁷⁶ A República Islâmica assumiu o controle da variável de produção de petróleo na busca de formas mais democráticas de controle; no entanto, ferramentas estavam prontamente disponíveis dentro do sistema energético global neste ponto de seu desenvolvimento para se ajustar a tais interrupções no fornecimento, contando com fontes e aparatos alternativos de controle para proteger os mercados internacionais de petróleo.

Liderada pela Arábia Saudita, a OPEP continua a exercer seu poder no século XXI, enquanto luta em várias frentes para limitar a ação de produtores concorrentes de óleo de xisto nos Estados Unidos e para reajustar-se ao novo crescimento da produção de petróleo iraniana após o fim de certas sanções econômicas ao Irã, ligado às negociações do Plano de Ação Conjunta Global em 2015. Contando também com a segunda maior reserva de gás natural do planeta, o Estado iraniano contemporâneo deseja atrair muitas das companhias petrolíferas internacionais que lutou para expulsar de sua indústria petrolífera no século passado; no entanto, o impacto negativo do consumo de combustíveis fósseis nas mudanças climáticas globais desencadeou uma mudança energética em direção ao desenvolvimento de fontes renováveis de energia. Uma nova análise sociotécnica em perspectiva global pode oferecer melhores ferramentas para buscar novos sistemas alternativos de energia e vida coletiva.

O estabelecimento da indústria petrolífera no Oriente Médio está profundamente ligado aos interesses das economias centrais do capitalismo, o que significa que, como já discutimos, este mesmo processo constituiu uma das últimas ondas de assimilação periférica de territórios ao sistema-mundo capitalista, preservou as contradições sociopolíticas e acelerou as contradições ecológicas do mesmo. Neste sentido, não é surpreendente que o Golfo Pérsico, região em que estes processos e transformações históricas intensas foram condensados socioespacialmente, apresente regimes autoritários que intentem garantir baixos preços de produção através da ausência de

²⁷⁶ Ver JAFARI, Peyman. Reasons to revolt: Iranian oil workers in the 1970s. *International Labor and Working-Class History*, n. 84, jan. 2014, p. 197-199; e ABRAHAMIAN (2008), p. 184-189.

políticas trabalhistas e alfandegárias fortes e um clima político estável através da repressão da oposição; afinal, o poder político das classes dominantes da região teve o petróleo na sua base.²⁷⁷

Em suma, a natureza dos usos do petróleo e seus derivados e o lugar que estes ocupam na economia mundial contemporânea — e não os *royalties* — moldam os Estados do Golfo Pérsico. A estrutura do Estado saudita foi praticamente moldada pela *Aramco*, consórcio petrolífero estadunidense;²⁷⁸ o mesmo pode ser dito do Iraque e da *Turkish Petroleum Company*, e do Irã Pahlavi e a *Anglo-Iranian Oil Company*. Até mesmo nas economias centrais do sistema mundial capitalista podemos encontrar reverberações políticas: os mecanismos empregados pelos Estados centrais para justificar a manutenção de relações diplomáticas e comerciais com estes regimes teocráticos têm em comum a prática antidemocrática de reduzir a legitimidade de quaisquer discussões amplas sobre o assunto através da delegação de formulação de políticas públicas a representantes de corporações e tecnocratas.²⁷⁹ Assim, podemos traçar conexões interescares e mutuamente reforçadoras entre a construção de uma refinaria numa vila de pescadores no sudoeste do Irã no início do século XX; todas as transformações urbanas, econômicas e institucionais no Khuzistão e naquele país; processos similares a partir da introdução da atividade petroleira em países vizinhos no Golfo Pérsico; e alterações nos regimes alimentar e energético globais em meados do século XX.

²⁷⁷ Ver HANIEH, Adam. *Money, markets and monarchies: the Gulf Cooperation Council and the political economy of the contemporary Middle East*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 16; e MITCHELL, Timothy. The limits of the state: beyond statist's approach and their critics. *American Political Science Review*, v. 85, n. 1, mar. 1991, p. 90.

²⁷⁸ Ver MITCHELL (2011), p. 207.

²⁷⁹ Ibidem, p. 8-9 e p. 138-143.

Considerações finais

A produção, comercialização e consumo de petróleo e seus derivados não teve um profundo impacto apenas no Golfo Pérsico, mas em todo o sistema-mundo capitalista. A exploração petrolífera acelerou e modulou a urbanização da paisagem iraniana, uma crescente burocratização das instâncias decisórias da política e da economia locais e, por vezes forçosamente, transformou as relações de trabalho na região, quebrando antigos laços de sociabilidade e buscando a uniformização através do trabalho assalariado, mas acelerou e aprofundou estes processos nas áreas centrais do capitalismo global também. Nunca antes fomos tão dependentes de uma única mercadoria.

A entrada do petróleo médio-oriental no mercado mundial proporcionou o barateamento dos alimentos, da força de trabalho, da energia, das vestimentas e das matérias-primas que era necessário para a continuidade do sistema-mundo capitalista no século XX. Foi também o passo decisivo para a cristalização de uma nova rede de relações econômicas, políticas e mesmo culturais entre a humanidade e fontes de energia, humanidade e mercadorias, e entre humanidade e sistema-mundo, que aqui chamamos de *regime energético petrolífero*. Este novo regime energético global se consolida na primeira metade do século XX, em conjunto com um novo *regime alimentar corporativo*, nas palavras de McMichael, e com uma reorganização do sistema interestatal global com a ascensão dos Estados Unidos da América como potência imperialista hegemônica. Esta dissertação no entanto, deixa algumas lacunas a serem preenchidas por futuros estudos, como as possibilidades e mecanismos de alteração destes regimes pela ascensão da China dentro do sistema-mundo capitalista na virada para o século XXI.

De quebra, a instalação da indústria petrolífera no Oriente Médio, na qual Abadan foi empreendimento pioneiro, possibilitou a assimilação de vários outros territórios à periferia da economia mundial capitalista e aceleração dos meios de

produção e reprodução social dentro do capitalismo. No entanto, estes mesmos processos também aprofundam a crise socioecológica do Capitaloceno, e o sistema demonstra sinais de exaustão: os desastres naturais são cada vez mais potentes e recorrentes, e a dificuldade de encontrar novas reservas de petróleo — face a manutenção de elevadas taxas de consumo global deste recurso — empurra os preços do barril a níveis apenas testemunhados no início da exploração petrolífera durante o século XIX. Petróleo caro leva a combustíveis caros, roupas caras, alimentos caros, utensílios cotidianos caros, eletrônicos caros e até eletricidade cara. A inflação geral de preços, face ao desemprego global crescente, aponta para uma crise social de grandes proporções; este crescimento econômico do século XX, proporcionado em parte pela adoção do petróleo como fonte principal de energia global, pode ter sido a canção do cisne para o sistema como um todo.

Não sabemos e nem temos como saber que sociedades, que economias, que sistemas econômicos virão no pós-capitalismo. No entanto, para que seja garantida a segurança material daqueles que nos seguirão, é urgente a “despetrolificação” da nossa economia, da nossa política e dos nossos modos de vida; por consequência, é também urgente que nós, historiadores reflitemos, em conjunto com pensadores das mais diversas áreas das ciências sociais e naturais, sobre quais os caminhos podem ser trilhados para tal transição energética – e portanto econômica, política, social, etc. – ser realizada, referenciando sempre nossos estudos em perspectivas comparadas, relacionais e transdisciplinares.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMIAN, Ervand. *Iran between two revolutions*. Princeton: Princeton University Press, 1982.

_____. *A history of modern Iran*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ABU-LUGHOD, Janet L. *Before European hegemony: the world-system A.D. 1250-1350*. Nova Iorque/Oxford: Oxford University Press, 1989.

AL-HIJJI, Yakub Yusuf. *Kuwait and the sea: a brief economic history*. Londres: Arabian Publishing, 2010.

AL-UTHMAN, Nasir. *With their bare hands: the story of the oil industry in Qatar*. Boston: Addison-Wesley Longman, 1984.

AMANAT, Abbas. *The pivot of the universe: Nasir al-Din Shah Qajar and the Iranian monarchy, 1831-1896*. Londres: I.B. Tauris, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARONOV, David. The analytical-holistic divide within world-system analysis. In: KORZENIEWICZ, R. P. (ed.). *The world-system as unit of analysis: past contributions and future advances*. Londres: Routledge, 2017.

BARRY, Andrew. Technological zones. *European Journal of Social Theory*, v. 9, n. 2, mai. 2006.

BOGART, Dan; CHAUDHARY, Latika. Railways in Colonial India: an economic achievement? In: CHAUDHARY, Latika; GUPTA, Bishnupriya; ROY, Tirthankar; SWAMY, Anand V. (eds.). *A new economic history of Colonial India*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2016.

BRITISH Petroleum. *The BP workbook of historical data*. 2014. Disponível em <<http://www.bp.com/sectionbodycopy.do?categoryId=7500&contentId=7068481>>. Último acesso em 14/12/2021.

BROWN, Charles E. *World energy resources*. Basingstoke: Springer, 2002.

CENTRO Estatístico do Irã.   ("Evolução da população urbana"). Tehran, 2018. Disponível em <<http://www.sci.org.ir/portal/faces/public/census85/census85.natayej/census85.jadavelmomtakhah>>. Último acesso em 10/03/2021.

CHAUDHURI, Kirti N. *The trading world of Asia and the English East India Company, 1660-1760*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CHAUDHARY, Latika; GUPTA, Bishnupriya; ROY, Tirthankar; SWAMY, Anand V. Introduction. In: _____ (eds.). *A new economic history of Colonial India*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2016.

CLEMMOW, C. A.. Mr. J. W. Williamson. *Nature*, Londres, n. 165, mai. 1950.

CRONIN, Stephanie. Riza Shah and the paradoxes of military modernization in Iran, 1921-1941. In: _____ (ed.). *The making of modern Iran: state and society under Riza Shah, 1921-1941*. Oxford: Routledge, 2003.

_____. *Tribal politics in Iran: rural conflict and the new State, 1921-1941*. Londres: Routledge, 2007.

_____. Popular politics, the new State and the birth of the Iranian working class: the 1929 Abadan oil refinery strike. *Middle Eastern Studies*, v. 46, n.º 5, set. 2010.

CRYSTAL, Jill. *Oil and politics in the Gulf: rulers and merchants in Kuwait and Qatar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

DARWIN, John. *The Empire Project: the rise and fall of the British world-system, 1830-1970*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DEPARTMENT of Admiralty. *A handbook of Arabia*. Londres: Naval Intelligence Division, 1917.

DUNNING, Thad. *Crude democracy: natural resource wealth and political regimes*. New York: Cambridge University Press, 2008.

ELWELL-SUTTON, Lawrence Paul; NEJATIAN, Mohammad Hossein; PLANHOL, Xavier de. Ābādān. In: YARSHATER, Ehsan (ed.). *Encyclopædia Iranica, volume I: Āb-Abd al-Hamīd*. Londres: Routledge/Kegan Paul, 2016.

EWANS, Martin. *The Great Game: documents*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2004.

FERRIER, Ronald. The Iranian oil industry. In: AVERY, Peter; HAMBLBY, Gavin; MELVILLE, Charles (eds.). *The Cambridge History of Iran, volume 7: from Nadir Shah to the Islamic Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FINNIE, David. *The desert enterprise: the Middle East oil industry in its local environment*. Cambridge: Harvard University Press, 1968

FOREIGN Office. No. 308 – Abadan Island. In: _____. *Further correspondence respecting the affairs of Persia, part XVIII*. Londres: Foreign Office, 1909.

_____. No. 476 – Requirements of Oil Company. In: _____. *Further correspondence respecting the affairs of Persia, part XVIII*. Londres: Foreign Office, 1909.

_____. No. 517 – Abadan Island. In: _____. *Further correspondence respecting the affairs of Persia, part XVIII*. Londres: Foreign Office, 1909.

_____. No. 540 – Abadan Island. In: _____. *Further correspondence respecting the affairs of Persia, part XVIII*. Londres: Foreign Office, 1909.

_____. No. 662 – Lease of land to Anglo-Persian Oil Company by Sheikh of Mohammerah. In: _____. *Further correspondence respecting the affairs of Persia, part XVIII*. Londres: Foreign Office, 1909.

_____. No. 14 – Agreement with Sheikh of Mohammerah. In: _____. *Further correspondence respecting the affairs of Persia, part XIX*. Londres: Foreign Office, 1909.

_____. No. 262 – Agreement with Sheikh of Mohammerah. In: _____. *Further correspondence respecting the affairs of Persia, part XIX*. Londres: Foreign Office, 1909.

_____. Wilton, Political Officer, Doha, to Pelly, Political Agent, Bahrain. In: _____. *Persian Gulf: correspondence and papers*. Londres: Foreign Office, 1955.

_____. Notes on the Qatar ruling family. In: _____. *Persian Gulf: correspondence and papers*. Londres: Foreign Office, 1955.

_____. Abdication of Shaikh Abdullah bin Qasim al Thani and accession of Sheikh Ali bin Abdullah. In: _____. *Persian Gulf: correspondence and papers*. Londres: Foreign Office, 1955.

_____. Disturbances in Qatar; Abdication of the Shaikh. In: _____. *Political Departments: General Correspondence from 1906 to 1966*. Londres: Foreign Office, 1967.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. Agriculture and the state-system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis: Journal of the European Society for Rural Sociology*, v. 29, n. 2, ago. 1989.

GINZBURG, Carlo. A proposito della raccolta dei saggi storici di Marc Bloch. *Studi Medievali*, v. 3, n. 6, 1965.

GREAVES, Rose. Iranian relations with Great Britain and British India, 1798-1921. In: AVERY, Peter; HAMBLBY, Gavin; MELVILLE, Charles (eds.). *The*

Cambridge History of Iran, volume 7: from Nadir Shah to the Islamic Republic. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

GRIFFIN, Keith. *The political economy of agrarian change: an essay on the Green Revolution.* Londres: The MacMillan Press, 1990.

HANIEH, Adam. *Money, markets and monarchies: the Gulf Cooperation Council and the political economy of the contemporary Middle East.* Cambridge: Cambridge University Press, 2018

HAY, William Rupert. *The Persian Gulf states.* Washington: Middle East Institute, 1959.

HEIN, Carola; SEDIGHI, Mohamad. Iran's global petroleumscape: the role of oil in shaping Khuzestan and Tehran. *Architectural Theory Review*, v. 21, n. 3, 2016.

HOIBERG, Dale. Ābādān. In: _____(ed.). *Encyclopædia Britannica, volume I: A-Ak Bayes.* Chicago: Encyclopædia Britannica Inc., 2010.

HOURLANI, Albert. *The emergence of the modern Middle East.* Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1981.

_____. *Arabic thought in the Liberal Age, 1798-1939.* Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

INDIA Office. *Kuwait Miscellaneous IV.* Londres: India Office, 1934.

_____. *Persian Gulf Diaries: Kuwait Intelligence Summaries, 1932-1936.* Londres: India Office: 1937.

_____. *Kuwait Miscellaneous V.* Londres: India Office, 1938.

_____. *Administration of Kuwait.* Londres: India Office, 1938.

_____. *Kuwait Political Intelligence II.* Londres: India Office: 1939.

_____. *Kuwait Education, 1936-1940.* Londres: India Office, 1940.

_____. *Political Agency, Bahrain: 1900-1947.* Londres: India Office, 1948.

ISSAWI, Charles. Petroleum: transformation or explosion?. In:_____. *An economic history of the Middle East and North Africa*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1982.

_____. *The Fertile Crescent, 1800-1914: a documentary economic history*. Nova Iorque/Oxford: Oxford University Press, 1988.

_____. European economic penetration, 1872-1921. In: AVERY, Peter; HAMBLBY, Gavin; MELVILLE, Charles (eds.). *The Cambridge History of Iran, volume 7: from Nadir Shah to the Islamic Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

JAFARI, Peyman. Reasons to revolt: Iranian oil workers in the 1970s. *International Labor and Working-Class History*, n. 84, jan. 2014.

KATOUIZIAN, Homa. *The political economy of modern Iran: despotism and pseudo-modernism, 1926-1979*. Londres: Palgrave MacMillan, 1981.

_____. *Iranian History and politics: State and society in perpetual conflict*. Londres: Routledge, 2003.

KLEIN, Martin A. *Slavery and colonial rule in French West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LATOUR, Bruno. *Pandora's hope: essays on the reality of science studies*. Cambridge: Harvard University Press.

LORIMER, John Gordon. *Gazetteer of the Persian Gulf, Oman and Central Arabia*. Westmead: Gregg International, 1970.

LOVEJOY, Paul E. Jihad and the era of the Second Slavery. *Journal of Global Slavery*, n.º 1, 2016.

MACHADO, Pedro. *Ocean of trade: South Asian merchants, Africa and the Indian Ocean, c. 1750-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MACLACHLAN, Keith. Economic development. In: AVERY, Peter; HAMBLBY, Gavin; MELVILLE, Charles (eds.). *The Cambridge History of Iran*,

volume 7: *from Nadir Shah to the Islamic Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MARSTON, Sallie. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 2, 2000.

MARX, Karl. *A contribution to the critique of political economy*. Moscou: Progress Publishers, 1977. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1859/critique-pol-economy/preface.htm>>. Último acesso em 10/03/2021.

MASSEY, Doreen. Imagining globalization: power-geometries of time-space. In: BRAH, Avtar; HICKMAN, Mary J.; GHAILL, Máirtín Mac an (eds.). *Global futures: migration, environment and globalization*. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 1999.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, 2009.

_____. Does China's "going out" strategy prefigure a new food regime?. *The Journal of Peasant Studies*, v. 47, 2020.

MCNEILL, John Robert. *Something new under the sun: an environmental History of the twentieth-century world*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 2000.

MEIKLE, Jeffrey L. *American plastic: a cultural history*. New Brunswick/Londres: Rutgers University Press, 1997.

MELAMID, Alexander. Political geography of Trucial Oman and Qatar. *Geographical Review*, Nova Iorque, v. 43, n. 2, abr. 1953.

MIRZAI, Behnaz. *A history of slavery and emancipation in Iran, 1800-1929*. Austin: University of Texas Press, 2017.

MITCHELL, Timothy. The limits of the state: beyond statist's approach and their critics. *American Political Science Review*, v. 85, n. 1, mar. 1991.

_____. *Carbon democracy: political power in the Age of Oil*. Londres/Nova Iorque: Verso, 2011.

MOORE, Jason. Sugar and the expansion of the Early Modern world-economy: commodity frontiers, ecological transformation and industrialization. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 23, n.º 3, 2000.

_____. The end of cheap nature, or how I learned to stop worrying about “the” environment and love the crisis of capitalism. In: CHASE-DUNN, Christopher; SUTER, Christian (eds.). *Structures of the world political economy and the future of global conflict and cooperation*. Berlin: LIT, 2014.

_____. The Capitalocene, part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies*, v. 44, n. 3, 2017.

MOOREHEAD, John. *In defiance of the elements*. Londres: Quartet, 1977.

MORENO, Camila; CHASSÉ, Daniel Speich; FUHR, Lili. *A métrica do carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

PARTHASARATHI, Prasannan. *Why Europe grew rich and Asia did not: global economic divergence, 1600-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

PERKINS, John H. *Geopolitics and the Green Revolution: wheat, genes and the Cold War*. Nova Iorque/Oxford: Oxford University Press, 1997.

RAY, Indrajit. The myth and reality of deindustrialization in Early Modern India. In: CHAUDHARY, Latika; GUPTA, Bishnupriya; ROY, Tirthankar; SWAMY, Anand V. (eds.). *A new economic history of Colonial India*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2016.

ROBIN, Marie-Monique. *The world according to Monsanto: pollution, corruption and the control of the world's food supply*. New York: The New Press, 2010.

SAID, Edward W. *Orientalism*. Nova Iorque: Random House, 1979.

SCHAYEGH, Cyrus. "Seeing like a state": an essay on the historiography of modern Iran. *International Journal of Middle East Studies*, v. 42, n. 1, fev. 2010.

SHAFIEE, Katayoun. *Machineries of oil: an infrastructural history of BP in Iran*. Cambridge: The MIT Press, 2018.

SMIL, Vaclav. *Energy in World History*. Boulder: Westview Press, 1994.

_____. *Transforming the twentieth century: technical innovations and their consequences*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SNODGRASS, Mary Ellen. *Encyclopedia of kitchen history*. Nova Iorque: Taylor & Francis, 2004.

SPITZ, Pierre. The Green Revolution re-examined in India. In: GLAESER, Bernhard (ed.). *The Green Revolution revisited: critique and alternatives*. London: Allen & Unwin, 1987.

TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 1984.

TINKER, Hugh. *A new system of slavery: the export of Indian labour overseas, 1830-1920*. Londres: Oxford University Press, 1974.

TOPIK Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr. Commodity chains in theory and in Latin American history. In: _____ (eds.). *From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy*. Durham: Duke University Press, 2006.

UDOVITCH, Abraham L. *Partnership and profit in Medieval Islam*. Princeton: Princeton University Press, 1970.

VAN VLECK, Jenifer. *Empire of the air: aviation and the American ascendancy*. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Ottoman Empire and the capitalist world-economy: some questions for research. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 2, n.º 3, 1979.

_____. *Historical capitalism*. Nova Iorque: Verso, 2011.

_____. *The Modern World-System III: the second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840s*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2011.

WARD, Steven. *Immortal: a military history of Iran and its armed forces*. Washington: Georgetown University Press, 2009.

WILLIAMSON, John Woolfenden. *In a Persian oil field: a study in scientific and industrial development*. Londres: Ernest Benn Ltd., 1930.

YERGIN, Daniel. *The prize: the epic quest for oil, money and power*. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1993.

ZAHLAN, Rosemarie. *The creation of Qatar*. Londres: Croom Helm, 1989.